

**UFRRJ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DISSERTAÇÃO**

**A Guerra chega à Baixada Fluminense: Os impactos locais do processo de  
envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial pelas páginas do  
jornal Correio da Lavoura**

**Leila Nascimento Santos Braz**

**2018**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A GUERRA CHEGA À BAIXADA FLUMINENSE: OS IMPACTOS  
LOCAIS DO PROCESSO DE ENVOLVIMENTO DO BRASIL NA  
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL PELAS PÁGINAS DO JORNAL  
CORREIO DA LAVOURA**

**LEILA NASCIMENTO SANTOS BRAZ**

Sob Orientação do Professor  
**Alexandre Fortes**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ  
Outubro de 2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B823      Braz, Leila Nascimento Santos, 1970-  
g          A Guerra chega à Baixada Fluminense: Os impactos  
          locais do processo de envolvimento do Brasil na  
Segunda Guerra Mundial pelas páginas do jornal  
Correio da Lavoura. / Leila Nascimento Santos Braz.  
          2018.  
          100 f.

          Orientador: Alexandre Fortes.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História  
, 2018.

          1. Segunda Guerra Mundial. 2. Baixada Fluminense.  
3. Imprensa. 4. Correio da Lavoura. I. Fortes,  
Alexandre, 1966-, orient. II Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em  
História III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**LEILA NASCIMENTO SANTOS BRAZ**

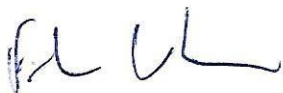
Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 02/10/2018

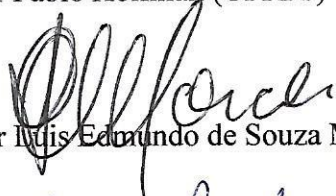
Banca Examinadora:



Professor Doutor Alexandre Fortes  
Orientador e Presidente da Banca (UFRRJ)



Professor Doutor Fábio Koifman (UFRRJ)



Professor Doutor Luis Edmundo de Souza Moraes (UFRRJ)



Professora Doutora Larissa Rosa Corrêa (PUC-RJ)

## AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer a Deus por me permitir chegar até aqui com saúde, coragem e determinação.

O apoio familiar foi importante nesse processo. Aos meus pais, irmãos e familiares que sempre me incentivaram e me deram força para continuar. Não posso esquecer os olhares de contentamento à cada conquista, seja na aprovação das disciplinas, no resultado da qualificação e a cada capítulo encerrado. Ao meu marido e filhos que abriram mão da atenção e tempo para que pudesse dedicar-me à pesquisa. Toda a minha família teve uma participação fundamental para que eu conseguisse completar o curso.

À equipe de recepção da Biblioteca Nacional que de forma solícita ajudou-me a encontrar documentos para a pesquisa.

À equipe do CEDIM, especialmente a Maria Lucia que me ouviu, sempre incentivando, e ajudando na seleção de material de pesquisa. Cada palavra de incentivo teve um peso importante para continuar prosseguindo.

Aos componentes da banca de qualificação, professores Fábio Koifman, Luís Edmundo e Larissa Corrêa, que com muita paciência forneceram idéias preciosas para a reformulação do projeto e capítulos da dissertação. Em especial ao professor Luís Edmundo que dedicou parte do seu tempo dando dicas adicionais para os ajustes finais do trabalho.

Ao grupo de pesquisa que desde a elaboração do projeto me motivou e apoiou. Grata especialmente às observações preciosas de Guilherme e Felipe ao meu projeto, ajudando em sua reformulação.

Ao professor Alexandre Fortes, meu orientador, que desde a graduação acompanha meu trabalho, dando todo o suporte para o andamento da pesquisa. Pela orientação, paciência e todo o tempo dedicado à correção de minhas produções. Por cada conselho. Sinto-me honrada por ter sido sua orientanda, pela sua competência, bagagem e presteza.

À turma de mestrado que teve uma participação importante na minha trajetória, pela motivação, sugestões e companheirismo, dos quais senti muita falta com o término das disciplinas, mas que sempre em momentos oportunos transmitiam mensagens de encorajamento.

À Patrícia Alcântara, quero muito agradecer a forma como dispensou seu tempo para me ajudar a encontrar documentos importantes para o meu trabalho. Uma colega de turma que se tornou uma grande amiga. A minha eterna gratidão.

À secretaria do programa de pós-graduação, em especial ao Paulo, que sempre com muita gentileza esteve pronto a nos atender.

A todos os amigos que encontrei pelo caminho. Amigos muito queridos que guardo no coração. E a todas as pessoas que durante a trajetória do mestrado estiveram presentes me incentivando e encorajando para que tudo desse certo.

A Deus porque Dele, por Ele, para Ele são todas as coisas. A meus pais, que são a base de tudo o que sou. A meu marido, para que perceba o tamanho da minha gratidão por seu apoio incondicional. A meus filhos, para que entendam a importância da perseverança e aprendam a nunca desistir de seus sonhos.

## RESUMO

BRAZ, Leila Nascimento Santos. **A Guerra chega à Baixada Fluminense: Os impactos locais do processo de envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial pelas páginas do jornal Correio da Lavoura.** 2018. 122 p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

Este trabalho pretende analisar o impacto que o processo de envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial causou na região da Baixada Fluminense, tendo como principal fonte o jornal semanário *Correio da Lavoura*. Trata-se de um jornal local sediado no município de Nova Iguaçu, que compreendia um vasto território da Baixada Fluminense e se destacava pela sua contribuição econômica para o estado do Rio de Janeiro e para o país como um todo através da atividade citricultora. A originalidade da pesquisa reside no foco em uma região que, ao contrário das grandes capitais, não está constantemente em evidência, o que também se reflete nos trabalhos históricos sobre o impacto da Segunda Guerra no Brasil. Conforme demonstramos, a guerra produziu reações por todo o Brasil e a realidade na Baixada Fluminense não foi diferente. Fenômenos gerados pelo contexto da guerra como a escassez, o esforço produtivo, as reações populares, as retaliações contra os chamados “súditos do Eixo” tiveram suas manifestações específicas na região, conforme analisamos a partir dos registros jornalísticos. A imprensa é abordada no trabalho tanto pela análise das matérias publicadas no jornal como documentos históricos gerados quanto no que diz respeito à compreensão do lugar do *Correio da Lavoura* e de seus editores na sociedade local. A dissertação também apresenta uma contextualização do município de Nova Iguaçu e de suas demandas sociais, políticas e econômicas na época, pelo prisma do impacto da guerra na região. Dessa forma pretendemos contribuir com a historiografia sobre a Segunda Guerra Mundial no Brasil, incluindo a Baixada Fluminense nos estudos históricos sobre o tema.

### PALAVRAS-CHAVE:

Segunda Guerra Mundial, Baixada Fluminense, Imprensa, Manifestações Populares, Correio da Lavoura.

## ABSTRACT

BRAZ, Leila Nascimento Santos. War comes to Baixada Fluminense: Local impacts of the Brazilian process of involvement in World War II according to the newspaper *Correio da Lavoura*. 2018. 122 p. Dissertation (Master's Thesis History). Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

This work aims at analyzing the impact that the Brazilian process of involvement in World War II caused in the region of Baixada Fluminense, having as its main source the weekly newspaper *Correio da Lavoura*. It is a local newspaper published in the municipality of Nova Iguaçu, that encompassed a vast territory in Baixada Fluminense (Fluminense Lowlands) and offered an important economic contribution to the Rio de Janeiro state and to the country as a whole through its production of citrus. The originality of the research resides in the focus in a region that, as opposed to the great state capitals, is not in constant evidence, something also reflected in the historical works on the impact of World War II in Brazil. As we demonstrate, the war produced reaction all over Brazil and the reality in Baixada Fluminense was not different. Phenomena engendered by the war context, such as scarcity, productive effort, popular reactions, retaliations against the “Axis Subjects” had their specific expressions in the region, as we analyze based on journalistic records. The press is approached in this work both from the analyzes of pieces published in the newspaper as historical documents and in what regards the understanding of *Correio da Lavoura* and its editors in local society. The theses also present a contextualization of the Nova Iguaçu municipality and its social, political and economic demands, through the lenses of the war impact in the region. In that way, we aim to contribute for the historiography on World War II in Brazil, including the Baixada Fluminense in the historical studies on the subject.

### KEYWORDS:

World War II, Baixada Fluminense [Region of Rio de Janeiro State], Press, Popular Manifestations, *Correio da Lavoura* [Local Newspaper from Nova Iguaçu, Brazil]



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO I – IMPRENSA E SOCIEDADE: O OLHAR DO HISTORIADOR</b>	<b>16</b>
1.1 Considerações Teóricas e Metodológicas .....	16
1.1.1 A escolha do objeto.....	16
1.1.2 Imprensa e Sociedade.....	18
1.1.3 Imprensa como fonte.....	22
1.2 A Imprensa Durante o Estado Novo.....	24
1.2.1 Resistência.....	31
1.2.2 Um jornal da Pequena Imprensa.....	36
<b>CAPÍTULO II – NOVA IGUAÇU, O <i>CORREIO DA LAVOURA</i> E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL</b>	<b>38</b>
2.1 O Município de Nova Iguaçu.....	38
2.1.1 Panorama econômico de Nova Iguaçu .....	38
2.1.2 Questões sociais .....	44
2.1.3 Questões políticas .....	47
2.1.4 A face ideológica da guerra em <i>Nova Iguassú</i> .....	53
2.2 O Editor e Seu Jornal.....	56
<b>CAPÍTULO III – A PERCEPÇÃO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NA BAIXADA FLUMINENSE</b>	<b>65</b>
3.1 A Natureza da Guerra – Guerra Total e Suas Consequências Sociais.....	65
3.2 A Percepção da Guerra no Brasil .....	69
3.3 A percepção da guerra na Baixada Fluminense .....	78
3.4 O Envolvimento Com a Guerra Através da LBA .....	87
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>92</b>

## INTRODUÇÃO

A Segunda Guerra Mundial é o cenário de conflitos que marcaram os anos de 1939 a 1945. Assim como vários lugares do mundo foram abalados de alguma maneira pela guerra, o Brasil passou por experiências que deixaram marcas profundas. A guerra mexeu com a história de várias nações gerando mudanças geográficas, econômicas, políticas e sociais nas diversas sociedades nela envolvidas direta ou indiretamente.

O conflito também provocou em diversos locais do mundo uma inflexão na visão sobre o bem-estar social. Algumas ações de solidariedade realizadas durante a guerra, longe de serem efêmeras, tornaram-se legados do conflito, gerando políticas sociais que se tornaram verdadeiras instituições, muito bem-vindas pela sociedade carente.

A participação popular nas manifestações de rua do período em que o país se envolveu com a guerra também foi marcante, coisa que não havia sido comum no Brasil até então durante o governo de Getúlio Vargas no período do Estado Novo. O conflito despertou paixões em todo o país, movidas pelo apelo emocional que as agressões da guerra provocaram, sendo na verdade, um estopim para um movimento popular sem precedente na história do Brasil. Essa participação teve um peso importante no cenário político durante a guerra. O panorama do Brasil durante tal episódio registra diversas mobilizações sociais em diferentes locais do país refletindo a reação de populares às agressões da guerra em território brasileiro.

O fato de ter estudado de forma preliminar as reações dos brasileiros às ações do Eixo contra o Brasil durante a graduação despertou minha atenção para essas reações em local específico, fora do espaço das grandes capitais, como a Baixada Fluminense. A forma como a região viveu os momentos do conflito mundial pode ser percebida pelos registros na imprensa local. Nosso foco principal de análise foi a cobertura relacionada ao impacto da guerra por parte do jornal *Correio da Lavoura*, um periódico do município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, que fornece informações preciosas sobre a vida na cidade.

A imprensa tem um papel importante na viabilização das informações e a maneira como uma notícia chega ao leitor tem impactos distintos dependendo de seu formato, frequência e conteúdo. Para imaginar o impacto das notícias sobre a tragédia humana dos afundamentos de navios brasileiros por submarinos do Eixo em 1942, podemos fazer um paralelo com um acontecimento recente. Quando um socorrista alemão resgatou do Mediterrâneo um bebê sem vida<sup>1</sup> há dois anos, a imagem chocante correu o mundo, provocando comoção e discussões acerca de questões diplomáticas e humanitárias. A frequência com que esse assunto foi abordado na imprensa e a forma como as matérias circularam, com fotos chocantes e palavras dramáticas, contribuiu para o surgimento de um apelo emocional acerca do assunto. O mundo já conhecia os problemas humanitários decorrentes dos conflitos que assolam alguns países da Europa Oriental, mas um novo grau de comoção surgiu com as manchetes enfocando aquele episódio, demonstrando o quanto o formato jornalístico pode ser importante no impacto das notícias.

<sup>1</sup> Trata-se de um resgate realizado em 30 de maio de 2016 por agentes alemães no Mar Mediterrâneo. Informação encontrada no site: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,foto-de-bebe-morto-nos-bracos-de-socorrista-ressalta-drama-vivido-no-mediterraneo,1874581> em janeiro de 2018.

O *Correio da Lavoura* é um periódico regional e que noticiou a guerra à sua maneira. O Brasil vivia um momento político bem peculiar quando a guerra foi deflagrada na Europa. A imprensa trabalhou em meio a demandas específicas de controle, características do regime político estabelecido na época, com o objetivo de apresentar aos seus leitores o que estava acontecendo no mundo.

A guerra teve seu início em um contexto que não incluía o mundo americano, mas apresentou uma dinâmica que, aos poucos, foi incorporando as Américas ao conflito. Helio Silva<sup>2</sup> apresenta uma cronologia bem complexa, através de um vasto acervo de documentos oficiais, principalmente dos Estados Unidos e do Brasil que ajudam a entender o comportamento político da época. A guerra fundamentou-se em alianças surpreendentes que superaram ideologias em busca da defesa de territórios, proporcionando oportunidades de projeção, como ocorreu com o Brasil, de uma maneira jamais vista no contexto geopolítico.

A partir de 1939, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a dinâmica do mundo mudou. De acordo com Silva (1972)<sup>3</sup>, desde 1936 a Europa vinha sendo abalada por conflitos localizados, como a Guerra Civil Espanhola. Enquanto aos poucos os países foram se agregando em blocos, declarando guerra uns aos outros, na América os países assinaram a Declaração do Panamá, garantindo neutralidade das nações americanas diante da guerra na Europa.

No Brasil, já em 1940, foi organizada no Rio de Janeiro a Comissão Interamericana de Neutralidade, fruto da *Conferência do Panamá*<sup>4</sup> e mais tarde, em julho do mesmo ano, ocorreu a Conferência de Havana, firmando uma solidariedade continental em caso de qualquer agressão externa a qualquer país americano. Em agosto ocorreu o primeiro ataque aéreo da Alemanha, através da *Luftwaffe*,<sup>5</sup> à Inglaterra.

Ainda em 1940, os americanos iniciaram o processo de comprometimento com a guerra. A Inglaterra, que precisava se fortalecer depois da tomada da França, assinou acordo com os Estados Unidos, fortalecendo sua esquadra, cedendo bases no Atlântico Norte em troca de destróieres norte-americanos. Enquanto isso o Brasil começou a esbarrar nos problemas do conflito. Silva (1972, p. 08) ainda relata que em outubro, notícias do navio *Siqueira Campos* que transportava armas alemãs para o Brasil, levaram o governo a solicitar à Inglaterra a liberação da embarcação, já que a mercadoria tinha sido adquirida antes da guerra. E mais um desconforto entre Inglaterra e Brasil ocorreu quando os ingleses confiscaram parte da carga do navio mercante brasileiro *Buarque*, levando o governo brasileiro a protestar contra o incidente.

Esse panorama revela os fatos que antecederam a chegada do conflito ao continente americano. Até então, a postura americana de neutralidade impedia um envolvimento direto com a guerra, embora já ocorresse indiretamente, como no acordo da Inglaterra com os

---

<sup>2</sup> Jornalista e médico brasileiro, convocado pelo Exército para servir na guerra, registrou cronologicamente os acontecimentos da Segunda Guerra.

<sup>3</sup> As informações foram tiradas da primeira parte do seu livro que ele intitula como “Antecedentes”.

<sup>4</sup> Através das conferências interamericanas, o governo norte-americano vinha procurando garantir para si, na hipótese de generalização do conflito, o apoio do conjunto dos países latino-americanos. Inicialmente, na conferência do Panamá (1939), foi declarada a neutralidade das repúblicas americanas diante da guerra na Europa. A seguir, em Havana (1940), foi afirmada a solidariedade continental em face de uma agressão externa a qualquer país do continente. (<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil> em 08 de maio de 2017).

<sup>5</sup> Luftwaffe – Ramo da Força Aérea Alemã.

Estados Unidos para reforçar a esquadra inglesa, nos incidentes no Rio da Prata<sup>6</sup> e também com os navios brasileiros *Siqueira Campos* e *Buarque*, vitimados pelo bloqueio continental inglês. Nesse meio tempo, o Brasil já vinha sofrendo com problemas de exportação e abastecimento.

A partir de 1941, a guerra foi se aproximando perigosamente das Américas. O continente encontrava-se a uma distância geográfica considerável do conflito. Os mares que o circundam representavam em tese, uma defesa natural, mas a guerra no mar colocou em cheque esse pensamento e tornou-se um perigo iminente que não pouparia seu território, principalmente após a queda da França, com a Inglaterra sentindo-se sozinha na defesa dos mares. Segundo Silva (1972), o Brasil acabou por se encontrar em local de destaque no cenário mundial. Sua dimensão continental atraiu interesses de potências rivais, como Estados Unidos e Alemanha, fazendo com que o governo brasileiro tirasse proveito da ocasião. Os Estados Unidos procuraram manter o quanto puderam a neutralidade protegendo o hemisfério ocidental, mas seu envolvimento foi inevitável diante da *Guerra Total*<sup>7</sup> que se anunciava tornando-se uma ameaça constante.

O Brasil então tomou uma nova postura tanto na interação com os Estados Unidos como na sua relação com cidadãos estrangeiros. Entre negociações e acordos através do General Góis Monteiro<sup>8</sup>, chefe do Estado Maior, com os Estados Unidos o governo brasileiro alterou as regras de neutralidade, estabelecendo restrições a cidadãos de países beligerantes. Em meio a esses acontecimentos, em março de 1941 o navio brasileiro *Taubaté*, que navegava no Mediterrâneo foi metralhado com ações da *Luftwaffe*. (O Brasil na Batalha do Atlântico, Erik de Castro, 2013/2014)

Segundo Silva (1972) vários fatores contribuíram para o envolvimento do continente com a guerra. Roosevelt preocupou-se com a ampliação da zona de segurança nas áreas do Atlântico Norte e o governo britânico foi comunicado. Em abril de 1941, Oswaldo Aranha<sup>9</sup> fez uma intermediação com os Estados Unidos buscando estabelecer acordos para financiamento de uma companhia aérea brasileira, em troca do uso de portos do Nordeste do Brasil enquanto o governo norte-americano se ofereceu para treinar pilotos brasileiros nos Estados Unidos. Enquanto as relações de troca do Brasil com os Estados Unidos estavam em andamento, em maio o Embaixador japonês Nomura propôs “ajustes” com os Estados Unidos. Durante o mês de maio, o Brasil tomou providências para encerrar as atividades da empresa aérea *Lufthansa*<sup>10</sup> no Brasil. No dia 09 de maio de 1941, Góis Monteiro sinalizou o risco para a segurança nacional da atuação da companhia aérea *Sindicato Condor*, que na época operava na região entre Piauí e Maranhão e no dia 16, Oswaldo Aranha informou ao Embaixador Caffery<sup>11</sup> que a *Lufthansa* não operaria mais no Brasil. Ainda no mês de maio mais alguns navios foram afundados no Atlântico Norte e as relações entre alemães e italianos com os Estados Unidos ficaram tensas a ponto de ambos pedirem que se retirasse a embaixada americana de seus territórios, pagando com a mesma moeda o governo norte-americano (SILVA, 1972, p. 14).

<sup>6</sup> “O cruzador alemão *Graf-Spee* é afundado no Rio da Prata por sua própria tripulação, após uma batalha naval com navios ingleses.” (SILVA, 1972, p. 05)

<sup>7</sup> Conceito de Hobsbawm, dando ênfase à natureza da guerra e sua capacidade de envolvimento total.

<sup>8</sup> Chefe do Estado Maior do Exército Brasileiro entre 1937 e 1943.

<sup>9</sup> Ministro das Relações Exteriores do Brasil desde 1938.

<sup>10</sup> “A Condor Syndikat foi uma companhia aérea alemã, que deu origem à Lufthansa. Chegou ao Brasil, em 1927. (<https://www.aviacaobrasil.com.br> - em 18 de abril de 2017).

<sup>11</sup> Jefferson Caffery – diplomata americano que serviu como embaixador no Brasil entre 1937 e 1944. (<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/verbete-biografico/caffery-jefferson> - em 20 de abril de 2017)

Os Estados Unidos, temendo que os alemães se aproximassem do ocidente, apressaram os planos para ocupar uma base no Nordeste brasileiro. Em outubro mais alguns navios norte-americanos foram atacados. Em novembro, o embaixador dos Estados Unidos no Japão alertou seu governo do perigo de ataque surpresa do Japão fazendo com que os norte-americanos voltassem sua atenção para o Pacífico. Após tentativa de negociações de paz dos Estados Unidos com o Japão, bases norte-americanas de Pearl Harbor foram atacadas pelos japoneses. Esse fato foi um marco para os Estados Unidos entrarem na guerra e o governo brasileiro foi consultado sobre sua posição quanto aos últimos acontecimentos. O Brasil então declarou solidariedade aos Estados Unidos, enfatizando a necessidade de apoio bélico. A Grã-Bretanha e vários países sul-americanos declararam guerra ao Japão. Ainda em dezembro, Alemanha e Itália declararam guerra aos Estados Unidos e boa parte da América do Sul rompeu relações comerciais com Alemanha e Itália.

Na ocasião do ataque à base americana de Pearl Harbor, o quadro geral do mundo era de um estado de beligerância e a tensão só aumentava, agora envolvendo o hemisfério ocidental. Enquanto Hitler enfrentava problemas climáticos na ofensiva contra a Rússia, o secretário de Estado norte-americano Cordell Hull fazia uma solicitação urgente ao Diretor Geral da União Pan Americana Leo Rowe para uma reunião de consulta, que foi marcada para o mês de janeiro de 1942 no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. A Conferência dos Chanceleres ocorreu na data prevista e foi então presidida por Osvaldo Aranha. Silva (1972) cita a advertência dos alemães, italianos e japoneses ao Brasil quanto às consequências de um rompimento nas relações com seus países. No entanto Aranha respondeu dizendo que o Brasil permaneceria fiel aos princípios pan-americanos. Nesse momento o Brasil já se encontrava bem comprometido com os aliados, envolvendo-se ainda mais com a guerra.

Nessa conferência surgiu a proposta de todos os países americanos aderirem à Carta do Atlântico<sup>12</sup>, assinada por Roosevelt e Churchill em 14 de agosto de 1941. Após a Conferência dos Chanceleres, o Brasil declarou seu rompimento nas relações diplomáticas com o Eixo. Durante o mês de fevereiro de 1942 as relações de troca entre Brasil e Estados Unidos se concretizaram. Os norte-americanos se prepararam para enviar material bélico ao Brasil.

Navios mercantes brasileiros começaram a ser torpedeados (O Brasil na Batalha do Atlântico, Erik de Castro, 2013/2014) e o governo formou uma Comissão de Defesa Nacional, pressionando os Estados Unidos por medidas de proteção a seus navios. Em 11 de março foi tomada uma medida importante no Brasil quanto aos atos de agressão. “O Presidente da República assinou o Decreto Lei Nº 4.166 que dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado brasileiro ou contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil.” (SILVA, 1972, p. 26). Essas ações refletem o nível de tensão causado pela guerra e como o Brasil estava sendo diretamente atingido. Silva (1972) destaca que no Japão, diplomatas brasileiros começaram a passar dificuldades. O Brasil passou a fazer parte do conflito.

Segundo Ferraz (2005, p. 39), o rompimento com o Eixo provocou hostilidades. A Companhia Loyde Brasileiro<sup>13</sup> era uma das empresas de navegação que supria o transporte

---

<sup>12</sup> A Carta do Atlântico foi um documento importante acerca de relações internacionais na tentativa de garantir a autonomia, liberdade e paz entre os países envolvidos no pós-guerra, assinado em agosto de 1941.

<sup>13</sup> A maior e mais tradicional armadora brasileira foi fundada em 19 de fevereiro de 1890, na República, durante o governo do marechal Hermes da Fonseca. Na segunda década do século XX, a companhia já era a maior do

nas transações comerciais do Brasil com outros países, inclusive com a Alemanha e Estados Unidos. No mês de agosto, o U-507, submarino alemão, sob comando de Harro Achacht<sup>14</sup>, atacou várias das nossas embarcações mercantes em águas brasileiras. Segundo Sander (2011, p. 217), ainda que orientados pela Lloyd's a não se distanciarem da Costa devido aos perigos no Atlântico, cinco navios foram violentamente atingidos em menos de uma semana, trazendo consequências históricas. Muitos outros navios foram afundados após agosto de 1942, alguns até mesmo no ano de 1943, porém o afundamento desses cinco navios ficaram marcados na história do país pela frequência e o tempo que levou para que tudo acontecesse, além de terem ocorrido no litoral brasileiro.

Esses fatos históricos nos ajudam a entender como gradativamente o Brasil se viu envolvido com a guerra, no entanto, a percepção dos brasileiros sobre o conflito merece destaque por suas características distintas de acordo com o momento, o local e a forma como a imprensa apresentou as notícias. O envolvimento do Brasil na guerra pode ser percebido através do estudo de um caso – A Baixada Fluminense, sob a ótica do jornal *Correio da Lavoura*. A busca é por uma análise de como o jornal pode contribuir para a percepção local da guerra e, com esse olhar, analisar o nível de envolvimento da Baixada Fluminense no conflito mundial. A investigação parte da constatação da ausência de estudos sobre os reflexos da Segunda Guerra Mundial na Baixada Fluminense. Em contraste com alguns estudos sobre as demandas da guerra nas grandes cidades e capitais, este trabalho propõe uma análise sobre suas implicações na região da Baixada Fluminense, sobretudo após 1942, quando o Brasil foi atingido de maneira mais direta, provocando uma mudança na percepção local do conflito.

A forma como o jornal apresentou a história da guerra a seus leitores desde o início do conflito até o seu desfecho tem um peso na maneira como os moradores da Baixada Fluminense, que se encontravam relativamente longe do local das agressões, a perceberam, e, de alguma maneira, essa percepção mexeu com seu cotidiano.

Para essa abordagem, é necessário caminhar por pressupostos teóricos. A análise sobre o trabalho histórico baseado na imprensa é essencial para o embasamento da pesquisa.

No primeiro capítulo, faço um breve comentário sobre considerações teóricas no trabalho do historiador, justificando a escolha do objeto e dos documentos históricos utilizados, partindo de alguns pressupostos de Rüsem (RÜSEM, 2001). Também faço algumas considerações sobre o papel da imprensa, evidenciando seu papel como elemento de interação dinâmica com a sociedade. Essa interação evidencia sua importância como documento histórico. Esse enfoque tem como base o conceito de *experiência* de Thompson (THOMPSON, 1998), caracterizada como mediação entre o ser social e a consciência social, que pode ser exemplificada pela forma de interação entre o leitor e seu jornal. Como base teórica do uso da imprensa como fonte utilizarei autoras como Marialva Barbosa (BARBOSA, 2007 e 2010), Tânia De Luca (LUCA, 2005 e 2008) e Thompson (THOMPSON, 1981). A partir de um debate historiográfico, exemplificarei como a imprensa vem sendo utilizada com grande eficácia, trazendo contribuições para a pesquisa histórica. Por fim, farei uma abordagem sobre a política vigente no país no momento do seu envolvimento com a Segunda Guerra Mundial a partir da contribuição teórica de Ângela de

---

País. Em 1939, por exemplo, tinha frota de 122 navios, que dava ao Brasil a liderança no setor marítimo na América do Sul. Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, o Lloyd perdeu alguns navios da frota, torpedeados pelos alemães. Retirado do site: <http://www.novomilenio.inf.br/rossini/loydbra2.htm>, em 15/08/2016.

<sup>14</sup> Capitão de Corveta de Hamburgo, comandante do U-507 (SANDER, 2011, p. 216, 217).

Castro Gomes (GOMES, 1988), entre outros. O meu foco é, especialmente a história da imprensa no Brasil durante os anos da guerra, dando ênfase a questões de resistência e apresentando o *Correio da Lavoura* como um jornal da pequena imprensa.

O conceito de *experiência* de Thompson (THOMPSON, 1998) também embasa a questão da resistência que amplia a análise dos comportamentos, porque inclui pessoas comuns, que tem suas vivências analisadas à luz de suas próprias necessidades, independente de demandas políticas e econômicas. O destaque às experiências individuais é importante porque dá um panorama mais próximo à realidade dos fatos. A abordagem a partir das autoridades e governantes e de uma sociedade generalizada é superada por experiências dos “de baixo”, pessoas que vivem em busca de seus interesses e que revelam “histórias”, ajudando a compor uma história mais democrática e ampla. A experiência da sociedade em Nova Iguaçu, principal município da Baixada Fluminense, tem suas peculiaridades, que precisam ser consideradas. Também utilizo a contribuição de Michel de Certeau (CERTEAU, 1994) para o estudo das ações humanas diante de situações de conflitos, embasando as situações de agências individuais e grupais diante da guerra e das demandas políticas decorrentes dela.

No segundo capítulo apresentamos uma análise panorâmica da região, resgatando um pouco de sua história econômica, política e social, fazendo uma contextualização local no período da guerra e a relação do município de Nova Iguaçu com o governo federal. A Baixada Fluminense era uma região localizada a pouca distância da capital. Essa conexão era facilitada ainda mais com o recurso da linha férrea, possibilitando fácil acesso à cidade do Rio de Janeiro. Apesar disso, era considerada uma área rural. A região tinha uma grande importância econômica para o estado do Rio de Janeiro e também apresentava muitos problemas sociais e de infraestrutura. O próprio *Correio da Lavoura* contém em seus registros muitas informações para esse estudo. Faço também uma leitura das questões ideológicas que envolveram a guerra, como as aspirações democráticas que o conflito despertou entre os Aliados e o esforço de conquistar e proteger ideais democráticos que estavam presentes de maneira marcante na imprensa local de Nova Iguaçu, cidade sede do jornal *Correio da Lavoura*, principal periódico utilizado na pesquisa. Analisamos o periódico e seu editor, obedecendo a pressupostos teóricos que ressaltam a importância do conhecimento dos bastidores e detalhes acerca da produção de cada jornal.

Por fim, no terceiro capítulo abordamos a questão da guerra de uma forma geral e as sequelas importantes que deixou na sociedade. A necessidade de abordar a guerra como um processo de transformações tornou-se fundamental no conceito de *Guerra Total*, aqui adotado no sentido a ele atribuído por Hobsbawm (HOBSBAWM, 1995), ou seja, o de uma guerra que envolve todas as esferas da sociedade de uma maneira intensa. Tratam-se de conflitos longos, envolvendo grande número de países, número gigantesco de mortes e invasões territoriais. A economia e a política passaram a ser geridas em função da guerra, a população nela é envolvida, o nacionalismo desperta sentimentos extremos de ódio entre nações, a destruição total do inimigo foi o objetivo. Hobsbawm destaca aspectos que alteraram o panorama dos conflitos armados desde a Primeira Guerra Mundial: o aumento do potencial de destruição das armas, a trincheira como estratégia de guerra que mudou a vida dos combatentes, condicionando-os a longas jornadas de permanência no campo de batalha em condições precárias. Essas características que justificam o termo *Guerra Total* esclarecem e justificam a existência de reações extremas das pessoas. Fazer essa análise é importante para fornecer um parâmetro comparativo entre a intensidade da guerra e a percepção que se tem dela no local estudado.

Faremos uma análise através de diversos periódicos sobre a percepção da guerra baseada nas reações populares em diversos locais do Brasil, incluindo sua percepção na Baixada Fluminense, através do comportamento da sociedade local registrado no *Correio da Lavoura*, mencionando o legado social que a guerra deixou, tendo como ponto de partida os objetivos assistencialistas propostos pelo governo para as vítimas do conflito que se encontravam em território brasileiro.

A pesquisa caminhou para a investigação sobre o comportamento dessa sociedade frente às tragédias da guerra. Com essa base teórica, importantes referências bibliográficas de outros historiadores e com as fontes escolhidas, tentarei analisar sob o olhar da imprensa local o envolvimento da Baixada Fluminense, sobretudo de Nova Iguaçu com a Segunda Guerra Mundial. Estudar a forma como isso aconteceu é uma maneira de contribuir com a historiografia sobre esse momento tão peculiar da história na região.



# CAPÍTULO I – IMPRENSA E SOCIEDADE: O OLHAR DO HISTORIADOR

## 1.1 Considerações Teóricas e Metodológicas

O trabalho historiográfico baseado na imprensa exige alguns cuidados e considerações metodológicas para que a pesquisa não se perca em conteúdo meramente informativo. Documentar as demandas de uma guerra não é um assunto tão simples como simplesmente contar uma história. O trabalho inclui subjetividade, tanto de quem escreve quanto de quem está recebendo a informação. Ao fazer a leitura de jornais sobre assuntos da guerra, é necessário levar em consideração tais pressupostos.

O ofício do historiador, como tantos outros, é permeado por desafios constantes. O desafio descrito acima é apenas um deles. Os desafios incluem desde a inquietação que resulta na escolha do objeto de estudo até a escrita dos resultados da pesquisa. Segundo Bloch (2002), a história é o movimento que se desenha no tempo, realizado pelo homem e o historiador vai estudar essas ações humanas realizando uma investigação minuciosa, ancorada nas informações que lhe são transmitidas pelos vestígios históricos, presentes nos diversos documentos disponíveis, que podem denunciar e confirmar ou não tais ações.

Dessa forma, o uso de um arcabouço teórico ajuda a enxergar realidades complexas, interpretar as ações humanas e sistematizar o trabalho científico. Enxergar uma sociedade através de um conceito ou por um determinado viés, vai ajudar a organizar mentalmente uma realidade.

### 1.1.1 A escolha do objeto

No início de setembro de 2015, o mundo se comoveu com a imagem de uma criança síria morta em uma praia na Turquia. Essa comoção provocou questionamentos importantes acerca de assuntos humanitários e de relações internacionais. Esse tipo de questionamento normalmente produz mudanças de alguma natureza, concretas ou subjetivas, na sociedade. Esse fato ilustra o quanto a imagem de inocentes mortos numa praia pode ser impactante, podendo também causar inquietação no historiador. Não importa aqui a veracidade nos detalhes das notícias, mas o efeito que podem causar, afinal, uma notícia precisa ser analisada de forma crítica, por sua natureza subjetiva. O fato é que, de uma maneira ou de outra, seu conteúdo pode causar impacto emocional.

A Segunda Guerra Mundial proporcionou ao Brasil, entre tantas outras coisas, a experiência marcante de encontrar em parte de seu litoral centenas de vítimas dos torpedamentos de navios brasileiros. O efeito que as notícias desse fato causaram nas pessoas deve ser considerado como um possível causador de mudanças na percepção do conflito. Pode-se dizer que constituiu um marco na forma dos brasileiros perceberem a guerra. A leitura que os brasileiros fizeram do conflito mundial baseado nos noticiários, foi o que promoveu a inquietação para a pesquisa. Essa inquietação gerou a escolha do objeto e é o que Rüsem chama de “*carência*”.

Pode-se chamar esse ponto de partida da reflexão sobre os fundamentos da ciência

da história, resumidamente, de *interesses*. Trata-se do interesse que os homens têm – de modo a poder viver – de orientar-se no fluxo do tempo, de assenhorear-se do passado, pelo conhecimento, no presente. Interesses são determinadas carências cuja satisfação pressupõe, da parte dos que as querem satisfazer, que esses já as interpretem no sentido das respostas a serem obtidas. Tais interesses são abordados pela teoria da história a fim de poder expor, a partir deles, o que significa pensar historicamente e por que se pensa historicamente. (RÜSEM, 2001, p. 30).

O interesse é onde tudo começa. De acordo com Rüsem (2001, p. 30), mesmo antes de a história se constituir como ciência, os interesses já significam o “*ponto de partida que o pensamento histórico toma*”. No entanto, o autor deixa claro que esse interesse precisa ser transformado em interesse histórico.

As carências de orientação no tempo são transformadas em interesses precisos no conhecimento histórico na medida em que são interpretadas como necessidade de uma reflexão específica sobre o passado. Essa reflexão específica reveste o passado do caráter de ‘história’. (RÜSEM, 2001, p. 31).

A inquietação gerada pela presença daquela criança síria morta na praia representa esse ponto de partida para que o interesse se transformasse em interesse histórico – a percepção e o envolvimento na guerra. À medida que o historiador avança nesse interesse, surge a necessidade da “*reflexão específica sobre o passado*” a que o autor se refere.

As considerações de Rüsem ajudam a esclarecer como o caso do menino sírio na praia despertou-me interesse na maneira dos brasileiros enxergarem a guerra antes e após a experiência com os afogados de 1942, durante a Segunda Guerra Mundial. O objeto foi se constituindo a partir da inquietação de como teria sido a percepção dessa tragédia para o Brasil. Havendo a necessidade de um recorte espacial, também há uma justificativa para a região escolhida. Alguns trabalhos historiográficos têm se ocupado de pesquisar as reações de populares das grandes capitais do país. O Brasil é constituído de um vasto território que vai muito além das grandes capitais, e que também vivenciou os momentos da guerra. A escolha de se investigar a guerra na Baixada Fluminense se justifica pela necessidade de ampliar os estudos sobre as consequências da Segunda Guerra Mundial no Brasil, em seus diversos territórios.

A região está localizada não tão longe da capital do país, mas ainda caracterizada como interior do estado fluminense, com uma configuração mais rural. Essa área rural, cuja população sentia-se distante do conflito, em alguns momentos sentiu-se também afetada pelos desmandos da guerra. Como as pessoas da região perceberam o conflito mundial, baseado nos problemas enfrentados e nas leituras das publicações do jornal? As respostas dependerão da leitura sistemática dos documentos escolhidos. Nesse caso, a leitura de periódicos que narram experiências da sociedade local pode ser eficaz na investigação.

A imprensa pode ser uma aliada importante no trabalho historiográfico. É fato que o historiador não pode pensar em seu conteúdo como verdade incontestável, nem é pretensão aqui analisar a veracidade dos fatos, mas o que seu conteúdo provocou em termos de reação à guerra. Mas pensar na forma como é constituída, seu contexto, os atores envolvidos faz parte da sistematização da pesquisa para que o trabalho alcance seu objetivo de maneira eficaz. Vejamos algumas considerações metodológicas a respeito da pesquisa através da imprensa.

### 1.1.2 Imprensa e Sociedade

Ao pensar na imprensa, é necessário considerar o ambiente em que ela está inserida, sem o qual sua existência não faria sentido. A sociedade é sempre complexa, por se caracterizar como um conjunto de relações sociais que se entrelaçam em determinado tempo e lugar. Muitas são as formas de fazer parte dessas relações. Vivenciar o cotidiano de uma sociedade, por exemplo, significa interagir com ela de forma direta, fazendo argüições, tentando entender sentimentos e comportamentos, ou, de forma indireta, como espectador, tornando-se parte de alguma maneira de sua história social. Pode-se dizer, então, que a imprensa é parte integrante da sociedade em que está inserida, sendo um dos meios pelo qual pode-se contar sua história.

A imprensa não só observa, mas integra essa rede de relações que constitui a sociedade, participando de suas vivências. Dessa forma, estamos falando de uma fonte importante, já que ela é gerada por uma interação ativa com seu ambiente, que acaba sendo refletida em seu espaço midiático.

Considerando esse aspecto, não se pode pensar na imprensa como um elemento rígido, mas sim como um instrumento de interação social contínuo e dinâmico. Contínuo porque está sempre a postos, atenta aos acontecimentos. Dinâmico, porque sua atividade envolve uma interação entre partes distintas. Se por um lado existe um editor - como aquele que por vezes observa e acompanha os fatos procurando se inteirar deles, aquele que decide o que vai ser publicado e aquele que escreve a informação de acordo com sua interpretação, de outro lado há o leitor, o consumidor da informação, que vai interpretá-la de acordo com suas experiências de vida. Assim, as informações são passadas de maneira subjetiva, com perspectivas distintas e recebidas de igual modo subjetivamente, de acordo com a interpretação pessoal de seus leitores. Um mesmo acontecimento pode ser descrito e compreendido de diversas maneiras.

O jornalismo é um conceito complexo por envolver essa diversidade de relações que estão presentes desde a sua confecção até o destino final nas mãos dos leitores. A leitura que se faz do conteúdo dos jornais para investigação histórica, portanto, deve considerar todas essas relações e motivações dos atores envolvidos. Dessa forma, pode-se pensar em jornalismo como uma experiência coletiva, entrelaçada nas relações sociais.

Propõe pensarmos o jornalismo a partir do conceito de experiência. Uma experiência em estado sempre nascente, revivida a cada momento no mundo da vida onde o sujeito, tanto quanto a percepção, são construídos pela própria experiência. Ela ocorre em uma teia de relações que se tece e entretece continuamente, criando e recriando mantos de significados que nos recobrem. A notícia como experiência de atualização da vida social, protagonizada por cada um de nós (ANTUNES, E. & VAZ, 2006, página da apresentação).

Eis outro conceito importante que pode nos ajudar a enxergar a imprensa sob perspectiva histórica - a *experiência*. A *notícia* vista como *experiência* vivida pelas pessoas na sociedade, pode ser considerada uma informação histórica. De acordo com o conceito de Thompson (1998), a experiência de vida norteia os pensamentos e as ações dos homens. O autor destaca a experiência como elemento essencial das ações humanas. Thompson procura, através da experiência britânica, resgatar os homens comuns como agentes históricos.

O comportamento dos homens comuns residentes na região da Baixada Fluminense no período da guerra precisa ser analisado à luz de suas experiências. A forma

cominterpretaram as notícias e suas ações decorrentes, está diretamente ligada às suas experiências e formas de enxergar o mundo ou a sua maneira de perceber a guerra.

Thompson demonstra, através das experiências dos trabalhadores da Inglaterra do século XVIII, as relações de poder existentes naquela sociedade. Ao contrário de interpretações anteriores, que analisavam fenômenos de motins populares como ações espasmódica, guiadas apenas por motivos econômicos, Thompson (1998, p. 152) afirmou que “É possível detectar em quase toda ação popular do século XVIII uma noção legitimadora.” O autor enxergou motivos que estavam ligados a experiências específicas daquela sociedade. Uma ação realizada pela multidão não significa que ela seja movida apenas por um estímulo específico e efêmero, seja a fome do século XVIII ou os naufrágios de 1942. Há motivações e objetivos maiores por trás das ações e elas são legitimadas de alguma forma pela população e em alguns casos, pelas autoridades, particularmente no contexto de tradições políticas paternalistas.

No caso inglês, os motins eram causados pela fome e aumento de preços, mas havia também uma busca pelo respeito às normas e obrigações sociais que constituíam “*a economia moral dos pobres*” na época. No caso brasileiro, os protestos ocorridos em 1942 foram inflamados pelos naufrágios, mas a busca por uma atitude do governo que revelasse respeito pela vida dos cidadãos brasileiros e que pudesse punir os responsáveis por tal violência, estava nas entrelinhas das ações da multidão. Os movimentos sociais inflamados não podem ser interpretados sem antes entender as experiências dos brasileiros no período da guerra. Thompson ainda pontua que saber o motivo das ações, é importante para descobrir se os objetivos são alcançados. E encontrar essa resposta revela a dimensão abrangente das ações da multidão, que não se limita a motivos efêmeros.

De uma maneira muito prática, Thompson faz uma demonstração de como a população agia de acordo com a conjuntura ou experiências sempre buscando um objetivo claro, demonstrando a existência de um poder de contestação.

Assim como falamos do nexo monetário que emergiu com a Revolução Industrial, em certo sentido podemos falar do nexo do pão no século XVIII. O conflito entre o campo e a cidade era mediado pelo preço do pão. O conflito entre o tradicionalismo e a nova economia política girava em torno das Leis dos Cereais. O conflito econômico das classes na Inglaterra do século XIX encontrou sua expressão característica na questão dos salários; no século XVIII, os trabalhadores mobilizavam-se rapidamente e partiam para a ação por causa do aumento dos preços. (THOMPSON, 1998, p. 153).

A experiência dos ingleses em relação à escassez de material para fazer pão, demonstra a complexidade da situação e a necessidade de uma análise cuidadosa, antes de se caracterizar as reações populares. O contexto mostra uma variedade de relações, nas quais a fluidez é uma característica importante. Thompson destaca a capacidade dos seres humanos de agir, de negociar e de fazer escolhas autonomamente. A própria fúria popular era um elemento regulador na aplicação da Lei. Nesse sentido, os protestos, em alguma medida, poderiam até ser vistos como convenientes pelas autoridades.

Na verdade, cresce a convicção de que o tumulto popular contra os que faziam compras antecipadas de grão não era malvisto pelas autoridades. Desviava a atenção das pessoas dos fazendeiros e dos que viviam de rendas, enquanto as ameaças vagas das sessões trimestrais do tribunal contra os que compravam os cereais de antemão davam aos pobres a noção de que as autoridades estavam cuidando de seus interesses. (THOMPSON, 1998, p. 166).

O “*modelo paternalista*” a que Thompson se refere, dava margem para que se criasse um simbolismo em torno dos cuidados das autoridades para com os pobres.

[...] “Embora a lei de Edward VI tenha sido revogada[...], ainda assim essa prática continua a ser um delito pelo direito consuetudinário coevo com a constituição”: A torrente de acusações que pode ser observada durante todo o século – em geral de pequenos delitos, e apenas nos anos de escassez – não secava: na realidade, houve provavelmente mais acusações em 1795 e 1800-1 do que em qualquer momento nos 25 anos anteriores. Mas é claro que tinham a intenção de produzir um efeito simbólico, eram uma demonstração para os pobres de que as autoridades agiam diligentemente para defender os seus interesses. (THOMPSON, 1998, p. 160).

Essa relação da população com as autoridades representava, na verdade uma troca de poderes. Cada grupo tinha a capacidade de exercer o poder a sua maneira, visando alcançar objetivos próprios.

Assim, o modelo paternalista tinha uma existência ideal e, igualmente uma existência real fragmentaria. Nos anos de boas colheitas e preços moderados, as autoridades caíam no esquecimento. Mas se os preços subiam e os pobres se tornavam turbulentos, o modelo era ressuscitado pelo menos para produzir o efeito simbólico. (THOMPSON, 1998, p. 160).

Esse modelo paternalista desempenhava um papel de legitimação para as atitudes da multidão. Para as autoridades era importante que a população contasse com seu apoio, ao mesmo tempo, a aplicação das leis protegia as propriedades porque acalmava a população. Assim lucravam as autoridades porque conseguiam manter a ordem, os fazendeiros e moleiros porque, ainda que por meios duvidosos de fraudes nos pesos e medidas, continuavam com seus lucros monetários e o povo porque faziam valer as leis a seu favor. Nesse jogo político, de alguma forma todos lucravam, ainda que os pobres sempre estivessem em desvantagem, no entanto, vale lembrar que o que Thompson quer mostrar são as diferentes noções de poder existentes nessa sociedade.

Nos textos analisados, o autor não se preocupa tanto com a origem do poder ou como ele se estabelece, mas sim em como esse poder se manifesta nas diversas esferas. Na lógica dessa sociedade o poder está no costume. Os instrumentos de poder são os instrumentos de ação. Ainda que exista dominação, que os pobres sempre estejam do lado mais prejudicado, Thompson procura mostrar que o poder se manifesta em todos os lados.

Assim, o conceito de *experiência* é fundamental para a análise dos comportamentos, tanto da forma de se interpretar os noticiários como das ações que decorrem dessas informações. Numa análise geral os motins dos trabalhadores ingleses do século XVIII poderiam ser facilmente interpretados como reações espasmódicas relacionada com questões econômicas. No entanto, Thompson mostra que a análise do conceito de experiência aponta para dimensões que vão muito além disso.

Para os fins da nossa pesquisa, é fundamental analisar a imprensa observando os conceitos de *interação social* e de *experiência*. Sob esse aspecto, a imprensa pode ser vista como um ambiente também de emoções que são reflexos das leituras e perspectivas constituídas a partir do contato com os processos midiáticos. A representação jornalística observada durante a Segunda Guerra Mundial baseou-se não só em questões políticas, mas também em tragédias, despertando sentimentos, que são elementos presentes na relação do leitor com a imprensa. O contato do leitor com o jornal gerou uma série de reações que se relacionam com suas experiências. A distância ou a aproximação na percepção da guerra

condicionou-se à maneira como o leitor entendeu o lugar que o conflito ocupou em sua história ou em seu momento vivido.

Além desses pressupostos importantes para a análise histórica da imprensa, o trabalho também exige outros critérios científicos, evitando equívocos na utilização de suas informações. Para começar, pela sua natureza de relações complexas, o estudo de eventos históricos através de jornais abarca não apenas a pesquisa de periódicos em si, mas dos agentes envolvidos tanto na publicação como no consumo (leitores). A publicação de periódicos envolve um misto de atores sociais, períodos, localização e recursos tecnológicos. Para Barbosa (2010), a imprensa por si só já constitui uma fonte de investigação, já que os produtos por ela gerados carregam uma série de informações sobre o seu processo de produção.

[...] produz textos que falam de seu cotidiano e outros que deixam pistas sobre suas relações com as instâncias do poder. Por trás das letras impressas, das fotos e das ilustrações publicadas, é possível remontar todo o circuito da comunicação: o que eram essas publicações, quem escrevia nesses jornais, para quem se escrevia e, sobretudo, que interpretações fazia esse leitor anônimo, que gradativamente, pelos indícios que um olhar mais detido poderá seguir, se transforma num ilustre conhecido. (BARBOSA, 2010, p.11).

As instâncias de poder estão presentes tanto na produção jornalística como no consumo das informações. E nesse processo, o fator de controle ou manipulação é uma possibilidade que não pode ser ignorada.

Juarez Bahia (1964) afirma no prefácio de seu livro que o jornalismo deve ser visto como uma “poderosa energia a serviço da comunidade”. E acrescenta: “O pior que pode acontecer, no atual estágio do desenvolvimento brasileiro, é a “imprensa dirigida” ou o controle da opinião por conhecidos métodos de pressão.” Bahia, como jornalista, reconhece que essa tentativa de controle é uma realidade, mas critica tal postura descrevendo-a como “*aspectos negativos do jornalismo no Brasil*”. É claro que o autor fala do que é ideal. A realidade está repleta de publicações tendenciosas e por vezes manipuladoras.

Por se tratar de um instrumento de comunicação de grande alcance, a tentativa de controle faz parte do mundo da imprensa. Esse controle pode ser visto numa dupla perspectiva: a tentativa de controle à imprensa e a manipulação da imprensa sobre os leitores. Na realidade do Estado Novo, especialmente na conjuntura política da primeira metade da década de 1940, o controle à imprensa por parte do governo era explícito e rigoroso, ainda que proprietários e diretores de periódicos tentassem driblar o sistema, como veremos adiante. O poder de influência da imprensa sobre os leitores era mais sutil e dependia da forma como a informação chegava ou de como o leitor recebia tal informação. Esses pressupostos podem explicar como o uso da imprensa nas décadas de 1930 e 1940 ajudou a consolidar o governo autoritário de Vargas, especialmente através de programas radiofônicos.

Os meios de comunicação são espaços para expressão de ideias. A utilização da imprensa pode atender a grupos específicos. O poder da imprensa pode beneficiar dominantes e também dominados. Muitas vezes jornais são utilizados como forma de protestos contra a classe política ou outros grupos. É comum encontrar na história casos de resistência por parte de jornalistas. Durante a Primeira República, muitos jornais de pequeno porte surgiram no Brasil, com ideais específicos, alguns deles com viés socialista, anarquista ou proletário. Falando um pouco da história da imprensa no Brasil, Bahia destaca que “Dos últimos anos desse [sic] século aos primeiros do século XX surgiram jornais de cunho sindicalista e

socialista de esquerda, inclusive anarquistas, por todo o país.” (1964, p. 56). Foram espaços preciosos para as vozes reprimidas do início do século. Por outro lado, durante o Estado Novo, Getúlio Vargas se valia da imprensa para atingir seus objetivos políticos.

O fato é que a mídia pode ser uma poderosa arma de expressão. Por essa flexibilidade, o uso da imprensa como fonte histórica tem sido alvo de algumas críticas. Esse ambiente de interações e experiências pode ser um instrumento importante de pesquisa, mas sua utilização como fonte tem sido alvo de discussões no meio acadêmico. Essa discussão tem gerado resultados, como veremos a seguir, pela maneira como a imprensa tem sido explorada nos trabalhos históricos dos últimos anos.

### **1.1.3 Imprensa como fonte**

A utilização de documentos tendenciosos pode corromper as informações. No entanto, a orientação de Thompson (1981) em relação a esse tipo de risco é que a maior diversidade de documentos, fontes ou evidências intencionais ou não deve ser utilizada na pesquisa histórica, já que a própria intencionalidade pode ser considerada objeto de pesquisa e isso inclui a imprensa, considerada um palco de expressões e vozes que muitas vezes não encontram espaço na sociedade, portanto carregada de subjetividade.

Thompson (1981, p. 38) destaca que o historiador deve estar atento a essas tendências. “A evidência histórica existe, em sua forma primária, não para revelar seu próprio significado, mas para ser interrogada por mentes treinadas numa disciplina de desconfiança atenta.” O trabalho do historiador é estar atento a essas possibilidades subjetivas e delas tirar as informações necessárias para sua investigação.

Tânia de Luca (2005) sugere que tal subjetividade se constituiu uma barreira para a aceitação do jornal como fonte histórica, um tipo de crítica que foi pontuada por muitos historiadores, fazendo que o jornal fosse rejeitado como fonte por um longo período.

Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual, precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. (LUCA, 2005, p.112)

A necessidade de objetividade era uma tônica, e um forte argumento para a rejeição do documento para os objetivos da historiografia.

Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. [...] forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. (LUCA, 2005, p.112).

Dessa forma, por muito tempo a subjetividade foi o incômodo que limitou o uso de jornais como fonte. Até a década de 1970 o uso de periódicos foi bem pequeno. Com a ampliação das possibilidades de pesquisa, considerando novos objetos, abordagens e

documentos, a partir das reflexões da terceira geração dos *Annales*, os periódicos passaram a despertar interesse (LUCA, 2005). Essa nova perspectiva foi gradativa. Aos poucos a visão dos historiadores sobre a utilização de jornais como fonte foi mudando.

A discussão dos *Annales* a partir da segunda metade do século XX tornou a natureza das pesquisas historiográficas, mais abrangente. As investigações históricas passaram por uma mudança de foco para assuntos mais específicos.

Quando, sob o influxo das renovações da disciplina, a atenção ampliou-se para além do movimento organizado com o acréscimo de questões sobre gênero, etnia, raça, identidade, modos de vida, experiências e práticas políticas cotidianas, formas de lazer e sociabilidade, produção teatral e literária, a imprensa operária continuou a ser um manancial imprescindível, ao lado dos depoimentos orais, das fontes judiciais e dos arquivos policiais [...]. (LUCA, 2005, p.119-120).

Os estudos sobre trabalhadores, por exemplo, ganharam um espaço considerável e tinham na mídia, um aliado importante para suas pesquisas. Como um espaço de experiências e interações sociais, a subjetividade presente não é prerrogativa somente da imprensa. É uma realidade em qualquer trabalho jornalístico, mas também, ao analisar quaisquer documentos históricos, fontes de diversas naturezas como processos criminais, atas, anais, ou qualquer tipo de registros, verifica-se que não deixam de carregar em si aspectos subjetivos, como bem pontua De Luca (2005, p. 116) “[...] Nos dois casos, já não se questionava o uso dos jornais por sua falta de objetividade – atributo que, de fato, nenhum vestígio do passado pode ostentar [...].”

A mudança foi sentida mais intensamente em pesquisas feitas a partir da década de 1980, quando alguns historiadores fizeram ampla utilização em seus trabalhos de jornais como documento histórico. No entanto, na década de 1960 já encontramos trabalhos acadêmicos importantes que contaram com a contribuição desse tipo de documento. Um bom exemplo é Emília Viotti da Costa<sup>15</sup>, que em sua pesquisa sobre a escravidão no Brasil e os aspectos sociais, econômicos, políticos e ideológicos da transição do trabalho servil para o livre, utilizou anúncios de jornais que mostravam ofertas de escravos no mercado, queixas de maus-tratos perante o juiz, entre tantas outras situações, para compor, por exemplo sua obra *Da senzala à colônia*. Vários jornais da segunda metade do século XIX como *Correio Paulistano*, *Diário de São Paulo*, *Diário Popular*, *O Besouro*, *A Luta*, entre outros, serviram para enriquecer seu trabalho com estudos de casos, mostrando um pouco do cotidiano daquela sociedade. Sua pesquisa demonstra uma funcionalidade dos jornais para a pesquisa que talvez não seja encontrada em nenhum outro tipo de fonte.

Leôncio Martins Rodrigues<sup>16</sup> foi outro autor de grande importância para a compreensão da experiência de transição campo-cidade dos trabalhadores brasileiros no início da República. Sua pesquisa reflete uma realidade de ruptura com uma sociedade tradicionalmente rural e o processo de adaptação com um contexto urbano-industrial. Seu trabalho ajuda a entender aspectos importantes dessa transição vivida pela classe trabalhadora, a discussão sobre o conflito industrial e a atuação sindical, as greves operárias, a atuação anarquista e o movimento operário em geral, que fazem parte desse cenário. Ele utilizou jornais como *Novo Mundo* e *União Operária* (1904), do Rio de Janeiro e o *Avanti*, um semanário socialista de São Paulo (1900 a 1915). As notícias sobre as greves operárias foram

<sup>15</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala a colônia*. São Paulo : Difel, 1966.

<sup>16</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e radicalismo no Brasil*. São Paulo:Difel, 1966.



colhidas nos jornais o que mostra como o uso de periódicos representou um peso importante em sua pesquisa.

Um exemplo bem recente é o trabalho do historiador Marcello Basile<sup>17</sup>, que tem sua pesquisa voltada para a História do Brasil Império. Reconhece a crescente valorização desse tipo de material de pesquisa e enxerga nos panfletos e pasquins, por exemplo, uma documentação importante para investigação histórica.

Novas abordagens buscam, então, ir além das tradicionais análises limitadas à exposição das ideias de um autor isoladamente ou de toda uma corrente de pensamento (cujas obras são tidas como dotadas de um significado intrínseco, dado pelo autor ou conformato a um determinado estilo), geralmente vinculadas a um contexto social que mecanicamente determinaria a produção e a recepção (esta, reduzida às influências) das ideias. Observa-se, assim, uma atenção crescente por temas e questões antes praticamente ignorados, como a apropriação e a circulação social das ideias, os mecanismos de mediação e de vulgarização das grandes obras, a literatura marginal e de circunstância, os pasquins e panfletos, os recursos de argumentação retórica e a linguagem política. (BASILE, 2001, p. 01).

Um de seus trabalhos mais recentes, em conjunto com José Murilo de Carvalho e Lúcia Bastos, é a organização de uma coletânea de documentos incluindo cartas e panfletos que dão vozes a pessoas comuns da sociedade sobre o processo de independência do Brasil. Esse trabalho fornece um leque de novas interpretações sobre esse importante processo político do país.

Os exemplos citados, de autores com pesquisas tão distintas, demonstram como historiadores, a partir da década de 1960, já se abriam para o horizonte da mídia como documento histórico e como atualmente essa prática continua ampliando as possibilidades de investigação histórica. Por vezes quando se trata de “pormenores”, detalhes do cotidiano, experiência de pessoas comuns ou informações dessa natureza, os jornais podem ser uma opção bem eficaz.

A subjetividade não deve ser encarada como um problema. Toda fonte deve ser investigada com critérios, e não podemos nos permitir uma leitura que trate as fontes como expressão de uma verdade incontestável. Com o jornal não deve ser diferente. No processo de investigação em jornais, uma série de cuidados devem ser tomados. Tânia De Luca (2005, p. 142) nos ajuda com esses cuidados, pontuando algumas regras importantes, apesar de destacar que “[...] não há uma receita pronta a ser aplicada, [...]”, mas seguir alguns passos podem ajudar como identificar os responsáveis pela publicação e seus colaboradores, bem como identificar o público-alvo. Conhecer os bastidores da produção do periódico e a conjuntura vigente é fundamental para a análise do jornal como fonte, e é o que pretendemos fazer mais adiante.

## 1.2 A Imprensa Durante o Estado Novo

Segundo Barbosa (2007) Escrever história é percebê-la como um processo complexo, que inclui relações sociais, culturas, palavras ditas ou a ausência delas. É necessário questionar o silêncio e suas razões. O trabalho histórico exige uma contextualização de

---

<sup>17</sup> Marcello Basile é graduado em História (Bacharelado e Licenciatura, 1996) pela UFRJ, possui Mestrado (2000) e Doutorado (2004) em História Social, também pela UFRJ. Atualmente, é professor associado de História do Brasil do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

questões sociais, os fatos e eventos, a cultura, os costumes, a política e as instituições. Então, para fazer a análise sobre a percepção da guerra baseado nas informações da imprensa, é essencial estudar o seu contexto. Além disso, merece destaque o reconhecimento da importância e funcionalidade dos jornais e sua contribuição para o país no período, ajudando a entender o lugar que os jornais ocupavam na sociedade da época.

O Brasil, particularmente, com sua geografia de longas distâncias, tinha a imprensa como uma importante fonte de informação. Nos ambientes institucionais, o telégrafo era um instrumento fundamental. Muitos utilizavam o rádio como uma via de acesso à informação, já que boa parte da população era analfabeta. Apesar de muitos não terem condições financeiras de adquirir um aparelho de rádio na época, muitas vezes o recurso era compartilhado entre vizinhos, promovendo um grande alcance. Os periódicos também foram importantes para a divulgação e puderam contribuir para a construção da percepção dos brasileiros sobre o conflito.

A imprensa da década de 1940 tem suas peculiaridades. A realidade do Estado Novo impôs restrições importantes ao trabalho jornalístico que precisam ser consideradas na perspectiva do projeto ideológico dominante no período. Tais restrições aliadas à utilização da mídia como uma ferramenta para alcançar as finalidades do governo, que incluía a conquista da simpatia dos trabalhadores, formaram o cenário da situação da imprensa no período. Segundo Barbosa,

O Estado Novo, o pilar para a construção de um projeto de identidade nacional foi a inclusão, via formulação discursiva e ideológica, do grupo urbano em maior crescimento nas cidades: os trabalhadores. E também para realizar essa proposta, a ação dos meios de comunicação é decisiva. (BARBOSA, 2007, p. 110).

A guerra teve seu início num momento em que, no Brasil, a política vinha tomando novos rumos, momento de mudanças profundas, de expectativas e incertezas. Diante desse quadro, as relações do poder vigente com a sociedade e especificamente com a imprensa tiveram um peso importante nos desdobramentos políticos vivenciados no período. A intenção de Vargas em dirigir-se aos trabalhadores representou uma transformação importante nesse tipo de relação, desenvolvida como estratégia para atender aos interesses do governo.

Em sua clássica obra sobre o trabalhismo, Ângela de Castro Gomes afirma:

A história da relação povo/Presidente era fundamentalmente a história da resolução da questão social no Brasil, questão que, ignorada até a década de 30, manchava nossa tradição republicana e impedia qualquer tipo de contato real entre governantes e governados. (GOMES, 1988, p. 246).

A outorga de benefícios referente às leis trabalhistas fez surgir uma nova configuração nas questões sociais, e nesse processo os recursos midiáticos foram imprescindíveis. Ângela de Castro Gomes (1988, p. 230), relembra que “Era a primeira vez no Brasil que uma autoridade do porte de um ministro de Estado se dirigia a tão grande público, usando sistematicamente, como instrumento divulgador da mensagem, o rádio.” referindo-se ao programa apresentado por Marcondes Filho que fazia a propaganda política, informando as resoluções do governo. Ao relembra as grandes distâncias no território nacional e o problema do analfabetismo, conseguimos mensurar a importância desse projeto. Todo esse movimento em torno das relações entre o governo e trabalhadores fazia parte do projeto ideológico em torno da figura de Vargas.

Durante as décadas de 1930 e 1940, a relação do governo com a imprensa também

teve papel de destaque nos planos do poder. Barbosa destaca essa relação como um elemento fundamental para os objetivos do governo no período.

O Estado Novo é também o momento de construção de uma dada história da imprensa no Rio de Janeiro, na qual se destacam as relações da imprensa com o poder e o papel engendrado pelos jornalistas para o seu lugar social e político, ante esta batalha de e pelo poder. (BARBOSA, 2007, p. 108).

A imprensa tem peso importante na formação de opinião pública, desempenhando um papel de divulgação fundamental para o governo do Estado Novo.

A sociedade política depende das instituições da sociedade civil, onde os jornais se incluem, para divulgar o simbolismo do novo tempo. Por outro lado, os símbolos incorporados ao cenário social precisam se materializar sob as mais variadas formas, onde transfiguração em realidade sobressai. (BARBOSA, 2007, p. 111)

O projeto de construção da imagem de Vargas tomou corpo à medida que a imprensa foi conduzida como utilização pública.

Os jornais disseminam ideias, mas também transportam as narrativas para o mundo, sendo responsáveis pela criação de uma outra realidade. Ao mesmo tempo em que materializam o Estado, tornando pública a sua simbologia e ideologia política – a ideologia estadonovista –, os periódicos, ao narrar as ações, criam contextos para a descrição, referendando convenções que passam a ser interpretadas significativamente de uma forma ou de outra. Estado, hegemonia e cultura são dimensões dos mecanismos de exercício de dominação de classe e da reprodução social. (BARBOSA, 2007, p. 111).

Os processos midiáticos são participantes no exercício de dominação, no sentido de serem utilizados como ferramentas para promover simbologias e ideologias. Nesse jogo, embora os jornais pudessem ser um aliado importante para a realização das aspirações governistas, isso não impedia que formas de interpretações fossem diversas, gerando resultados surpreendentes. A hegemonia não necessariamente é consensual, mas formas de resistência se estabelecem no processo de interação entre poder e sociedade.

Sobre esse aspecto, é relevante tecer considerações sobre o conceito de *memória* como um elemento importante na relação de leitores com os informativos. De acordo com Ricoeur (2001, p. 374, 375), a memória é uma porta de entrada para nossa relação com o passado. Não nos cabe aqui fazer considerações profundas sobre tal conceito, mas a dinâmica que envolve a memória no processo de retenção das informações pode ajudar a esclarecer como funciona a tentativa de manipulação. A memória, que diz respeito ao passado, é acionada no presente e dele depende a forma como tais lembranças surgirão. Barbosa (2010) destaca que a pesquisa em torno da imprensa deve considerar o conceito de memória, porque a mídia envolve uma dialética entre memória, lembrança e esquecimento. Assim, a mídia pode construir uma seleção de informações, valorizando algumas e omitindo outras, forjando o presente à sua maneira, para que fique na memória somente o que for conveniente.

Assim, algumas publicações que podem apresentar alguma identificação com o leitor, podem reter informações, fazendo uma seleção subjetiva e apropriada aos seus propósitos. Outra estratégia utilizada é fracionar informações da realidade, apresentando fatos sem conectá-los de maneira lógica. Isso pode contribuir para que fatos que são de grande relevância passem despercebidos por fazerem parte de um amontoado de informações sem

relação umas com as outras. Colocar, por exemplo, em uma mesma página, crimes, espetáculos, assuntos políticos e econômicos, podem provocar essa sensação. É uma estratégia eficaz quando se quer que uma informação seja esquecida. Barbosa (2010) chama os editores de “*senhores da memória*” por serem capazes de classificar o que deve provocar uma lembrança efêmera e o que deve ser fixado até um futuro distante.

Entre os anos 1939 e 1945, a imprensa como principal veículo de divulgação do andamento do conflito tinha em suas mãos a responsabilidade de promover uma percepção da guerra. A questão é averiguar qual foi o resultado de seu trabalho. O papel do jornal como formador de opinião merece destaque aqui. No decorrer da história, a relação do acirramento das discussões políticas com a proliferação da imprensa é um fato a se considerar. Nos estudos do professor Basile (2001) sobre o Império, verifica-se uma ampliação nas discussões políticas à medida que se multiplicam os jornais no país.

Entre 1820 e 1822, o movimento vintista português tornou-se responsável por uma inédita divulgação no Brasil das ideias liberais, embaladas pela grande proliferação de jornais e panfletos que passaram então a ser produzidos e circulavam nos dois lados do Atlântico, formando uma densa rede de debates. (BASILE, 2001, p. 02).

A quantidade de jornais circulando provocou uma onda de debates e discussões sobre as questões políticas da época, revelando uma relação estreita entre leitura de periódicos e a formação da opinião política. São as estratégias da arte de comunicar que fazem parte dos processos midiáticos para o atendimento de ideais e objetivos diversos. O governo do Estado Novo soube fazer isso muito bem! Além de fazer uso da imprensa em seu favor, procurou manter o controle dos jornais, podendo ter provocado uma interferência no conteúdo das publicações a respeito do conflito global, que normalmente destacavam o chamado “esforço de guerra” tão batido pelo governo.

Um recorte de jornal mineiro é um exemplo de como a imprensa seguia seu curso demonstrando suas dificuldades e aspirações. O fragmento revelou outra face do problema. O discurso jornalístico muitas vezes tendia a colocar-se como “herói” para seus leitores! Não perdia a oportunidade de mostrar-se como o “benfeitor” em dias difíceis.

#### O patriotismo da imprensa

[...] O título deste artigo se refere ao patriotismo da Imprensa brasileira. Pois é justamente a classe que mais se distingue no labor e na dedicação pelo triunfo nacional. A luta que os jornais empregam para que o nosso povo esteja a salvo das contingências sinistras dos dias presentes, é uma luta que sensibiliza o mais pacato dos cidadãos. A sinceridade das campanhas em prol da democracia desvanece o entusiasmo até os indiferentes.[...]” (LAVOURA E COMÉRCIO, ed. 08879 de 27/08/1941, p. 02)<sup>18</sup>

O artigo acima é um desabafo de um jornalista acerca da situação da imprensa durante o Estado Novo. O jornalista fez questão de destacar a importância e a funcionalidade do jornal para o Brasil, no seu papel de “*salvar o povo das contingências sinistras*”. Tal discurso reforça a ideia de um jornal que está ao lado de seus leitores, lutando por eles. Nos dias do Estado Novo, os jornais procuravam se mostrar um “*alento*” ou um “*promotor de esperanças*”, podendo ser visto como uma estratégia para ampliação de suas tiragens. Esse

---

<sup>18</sup> Artigo de Plínio Luiz, retirado do Jornal *Lavoura e Comércio* – Diário vespertino de Uberaba, MG. Tem como diretor Quintiliano Jardim, redatores George C Jardim e Raul Jardim e gerente Brasilino Sivieri. Edição 08879 de 27/08/1941, p. 02.

fato também tem um ar de resistência que será comentado mais adiante. O fato é que a imprensa foi amplamente explorada.

Em depoimento a um documentário (*U-507*. 15 min, de Rubens Carvalho, Sergipe, 2008), o morador de Aracaju<sup>19</sup> Murilo Melins comentou: “Acompanhávamos a guerra na Europa através do rádio, através dos jornais, e... de algum noticiário no cinema passava um jornal antes do filme...”. Assim como o rádio, as informações dos jornais eram compartilhadas nos locais de encontro como bares e cafés, como explica o professor Dilton Maynard<sup>20</sup> sobre a realidade da cidade de Aracaju.

Deste modo, era como algo devidamente localizado, europeizado, que a Guerra chegava ao aracajuano, ocupava seu imaginário e era noticiada diariamente. Dos jornais, a notícia se desprendia, chegando às esquinas, aos bancos das praças, aos cafés, bares, snookers e repartições. Neste oceano urbano, os cafés da *Rua João Pessoa* eram pontos dos mais importantes. Locais do “bate-papo”, do “disse-me-disse”, são sempre mencionados nos jornais como pontos de encontros dos mais conhecidos da cidade.” (MAYNARD e MAYNARD, 2009, p. 139, 140).

Socialmente falando, o uso de jornais não se restringia a leitores diretos. Com um número expressivo de analfabetos, os encontros em bares e cafés ou até mesmo nas esquinas, entre vizinhos, proporcionavam a oportunidade de compartilhamento de informações. Segundo Barbosa (2007), assim como acontecia no século XIX, esse compartilhar se estendeu durante muito tempo. Essa forma de transmissão de informações aponta para o fato de que em um país onde a imprensa é recente ela se funde aos meios de comunicação oral. Então, mesmo com as restrições de leitura por parte da população, a informação era passada oralmente nos momentos de sociabilidade.

Nessas circunstâncias houve uma movimentação em torno dos periódicos em função da nova situação política do país. O interesse das pessoas pela imprensa reforçou a necessidade de controle e uma grande oportunidade para Vargas promover seu governo.

A chegada de Getúlio Vargas ao poder implicou deslocamentos importantes no cenário da grande imprensa: alguns órgãos perderam parte de seu antigo brilho, caso do *Correio Paulistano*; outros não resistiram aos novos ventos e acabaram desaparecendo, como *O País*; enquanto houve aqueles que, a exemplo do *Jornal do Brasil*, mudaram de proprietários e/ou alteraram sua linha editorial. (LUCA, 2008, p. 16).

De Luca (2008) pontua que as mudanças políticas da década de 1930 explicam algumas ações. O receio à ameaça comunista levou alguns proprietários da imprensa a apoiar as ações de Vargas, mas isso não impediu a vigilância do governo aos jornais, até que medidas mais drásticas e inovadoras foram tomadas. A quebra do esquema café-com-leite da Primeira República sinalizava uma vitória para o sistema democrático, no entanto, o que estava por vir representava para a imprensa uma repressão ainda maior – a ditadura varguista.

---

<sup>19</sup> O litoral de Aracaju foi um dos locais onde alguns navios brasileiros foram torpedeados e onde chegaram cadáveres vítimas dos naufrágios.

<sup>20</sup> Dilton Maynard é Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Membro do GET/UFS. Andreza Maynard é Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora substituta do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Coordenadora da Especialização lato Sensu em Ensino de História Faculdade São Luís de França. Membro do GET/UFS. Site: [www.ufs.br](http://www.ufs.br). Acesso em maio de 2017.

Bahia (1964) registra o novo ânimo que dominou os profissionais do jornalismo logo no início da chamada Revolução.

Já em 32 podia a imprensa engajar-se num movimento pela reconstitucionalização do País, e anos depois, provocar a queda da ditadura e ajudar a construir com a recuperação democrática, um regime constitucional baseado nos princípios universais de respeito à dignidade humana e de confiança na utilização da liberdade de pensamento. (BAHIA, 1964, p. 66).

Esperava-se do novo período político a liberdade de pensamento tão importante para os profissionais de jornalismo. No entanto, o governo provisório foi um prenúncio da ditadura do Estado Novo. A proibição do funcionamento da ALN em 1935 foi a deixa para ações mais rigorosas por parte do governo. Foi assim que o movimento comunista antecedeu o estabelecimento do Estado Novo, que representou um período de longa ditadura. Para a imprensa, o período foi de intensa vigilância baseada na proibição da liberdade de expressão. A criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) pelo governo Vargas, em 1939 veio completar o controle absoluto ao jornalismo brasileiro.

Bahia descreve as dinâmicas da imprensa daqueles dias.

Jamais fazer jornal no Brasil tornou-se aventura tão perigosa quanto nestes anos difíceis de estadonovismo e obscurantismo. Entretanto, à exceção de poucos órgãos, que sustentaram uma posição independente ou hostil, a maioria da imprensa adaptou-se facilmente ao sistema ditatorial. A não ser esses poucos órgãos e alguns boletins que circulavam clandestinamente, pregando a redemocratização do País e o respeito aos postulados constitucionais, o expressivo grupo de jornais e revistas, agências noticiosas e estações de rádio, sem maiores exigências que não as de boa remuneração, aceitou a tutela do DIP. (BAHIA, 1964, p. 79).

A clandestinidade era a única opção para quem insistiu em manter a postura contrária ao autoritarismo do governo. Bahia ainda pontua que a questão financeira também representou um problema a mais nesse processo, pois as novas demandas de um jornalismo crescente exigiam maiores investimentos e muitos sucumbiam às “facilidades” financeiras que o governo oferecia.

Ante o silêncio e a conivência de muitos, crescia a organização industrial da imprensa. Funcionando com o dinheiro do Governo, à custa dos favores públicos, semanários passaram a diários, revistas mensais a semanais, emissoras de reduzida frequência a poderosas, matutinos a matuninos e vespertinos. Adiando a tarefa patriótica de reconquistar a legalidade democrática, essas organizações cuidaram mais de si mesmas que da sorte do Brasil. (BAHIA, 1964, p. 79).

A opinião do jornalista sobre a imprensa daqueles dias reflete um desapontamento com a situação promovida pelo Estado Novo. A criação da Agência Nacional<sup>21</sup> já foi um duro golpe para a imprensa. Não só periódicos como jornais e revistas, mas também rádios e cinemas foram obrigados a fornecerem espaço para divulgações do governo.

É importante ressaltar o papel desenvolvido pelos cinemas, espaços de farta divulgação do *American way of life*. Além disto, destaca-se o seu uso pelo Estado Novo como disciplinador e como referencial na construção de opiniões sobre a Guerra. Contudo, os diferentes grupos sociais frequentadores de tais locais

---

<sup>21</sup> A Agência Nacional – Agência de notícias brasileira criada em 1º de março de 1937, com o objetivo de divulgação da administração pública e de notícias de interesse público. Os jornais eram obrigados a manter em seus cadernos, boa parte de suas publicações, matérias impostas pelo governo.

apresentaram algumas “resistências” a estes preceitos. (MAYNARD e MAYNARD, 2009, p. 152).

Como os veículos de informações foram obrigados a prestar serviços de utilidade pública, alguns programas como o exemplo mais conhecido a *Voz do Brasil*, passaram a ser transmitidos pelas rádios diariamente. O DIP incrementou restrições ainda mais rigorosas para com resistentes. A forma do governo acabar com os jornais de oposição foi impor seus registros no órgão. O Decreto-Lei nº 1949, de 30 de dezembro de 1939, Artigo 8º exigia que “Todas as empresas jornalísticas de publicidade, bem como as oficinas gráficas, deverão ser registradas no DIP, até 30 dias depois da publicação do presente decreto-lei.”<sup>22</sup> Muitos jornais não conseguiram o registro e foram impedidos de circular.

Entre outras formas de coerção, o governo isentou de impostos a importação de papel para jornais colaboradores do governo. O depoimento do chefe do serviço de controle da imprensa colhido no Boletim da ABI atesta a informação.

O trabalho era limpo e eficiente. As sanções que aplicávamos eram muito mais eficazes do que as ameaças da polícia, porque eram de natureza econômica. Os jornais dependiam do governo para a importação do papel linha d’água. As taxas aduaneiras eram elevadas e deveriam ser pagas em 24 horas (...). Só se isentava de pagamento os jornais que colaboravam com o governo. Eu ou o Lourival [Fontes, diretor do DIP] ligávamos para a alfândega autorizando a retirada do papel. (Boletim da ABI, apud LUCA, 2008, p. 20)<sup>23</sup>

O interessante é a forma como o Coordenador da Imprensa enxergou as resoluções do DIP, conforme mensagem oficial publicada pelo *Correio da Lavoura*.

O Ministro do Trabalho que zela pela coletividade operaria, o Ministro da Justiça que protege o direito, a ordem e a segurança política do país, representadas pelo sábio, culto, dinâmico e eloquente Alexandre Marcondes, encontram-se hoje identificados com a imprensa por especial decreto presidencial. [...] Em momento grave que atravessa o Brasil é mister que o governo instaure para a imprensa um regime que corresponda exatamente às suas necessidades. [...] A coordenação da imprensa decretada pelo Presidente Vargas, não é censura, não é opressão, não é mordada à opinião e sentimento populares. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1336 de 25/10/1942, p. 01).

As palavras negam com veemência aquilo que de fato se enxergava nas resoluções governamentais. A própria negação indicava a maneira como as ações do governo eram classificadas pelos populares. E a mensagem continua enfatizando as “virtudes” da ação.

É proteção, é ordem, é unificação de pensamento, é oficialização do patriotismo, é regulamentação do dever. A verdadeira imprensa brasileira, sempre inspirada nos mais rigorosos intuítos patrióticos, acolherá a medida governamental com inteiro agrado. [...] A imprensa indiferente, neutra, ocultando sua traição á causa do Brasil sob o manto da imparcialidade, a imprensa rebelde aos imperativos da nação, a imprensa que ainda se mantém surda às necessidades e aos apelos da realidade brasileira, essa imprensa será diretamente atingida e, digamos, será justamente

<sup>22</sup> [WWW.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del1949.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1949.html). Acesso em 19 de junho de 2017.

<sup>23</sup> Depoimento prestado a Domingos Meireles, Memórias de um censor do DIP e outras memórias, Boletim da ABI, Rio de Janeiro, Ano XXIII, nov.dez/1974, In LUCA, Tânia de. A grande imprensa no Brasil da primeira metade do século XX, UNESP/Assis, Pesquisadora do CNPq, p. 20. Acesso em maio de 2018. [http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA\\_IX/Tania-Luca.pdf](http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Tania-Luca.pdf). Acesso em setembro de 2017.

atingida, para gaudio de nossa própria felicidade. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1336 de 25/10/1942, p. 01).<sup>24</sup>

Notas oficiais como essa eram divulgadas em toda a imprensa. Os assuntos do conflito eram veiculados com uma tônica na colaboração popular com o esforço de guerra. O discurso recorrente era baseado em objetivos claros do governo na superprodução industrial. Baseado nessas informações percebe-se o nível de interferências do governo nas notícias sobre a Segunda Guerra Mundial, sugerindo uma maneira mascarada de mostrar a guerra, provocando uma percepção direcionada do que foi o conflito, para interesses governamentais. O movimento do governo em torno da imprensa para atender suas finalidades despertou também a ação da resistência.

### 1.2.1 Resistência

Os jornais foram incorporados ao projeto de Vargas, mas nas entrelinhas observa-se a hesitação e descontentamento. Como diz Barbosa (2007, p. 111), “A entrevista de Joel Silveira se referindo à adesão maciça dos jornais ao projeto do Estado Novo é emblemática do processo de cooptação da imprensa, fundamental para a divulgação da mítica do novo Estado.” A resposta de Joel Silveira não deixou dúvidas sobre a resistência de alguns.

[...] O Correio da Manhã aderiu, não podia ser contra. Mas os elogios eram magros. O grosso da imprensa ficou do lado do Estado Novo e assim se conservou ou compulsoriamente ou gostosamente. Até que o próprio Correio da Manhã rompeu essa asfixia, esse sufoco, com a entrevista do José Américo, feita pelo Carlos Lacerda.” (Depoimento de Silveira, Joel. “O Estado Novo e o Getulismo”. Entrevista a Gilberto Negreiros. In: Folha de São Paulo. (BARBOSA, 2007, p. 111).

A resistência não morreu, mas em período de grande repressão o trabalho ficou ainda mais difícil. A imprensa clandestina lutou para lançar suas publicações de protesto. Citamos como exemplo um tabloide do Rio de Janeiro *Liberdade*, e de São Paulo o jornal *Folha Dobrada* por iniciativa de professores e estudantes da USP em 1939, que também lançaram o jornal *Resistência* em 1944.<sup>25</sup> Essas publicações foram importantes para denunciar o descontentamento em um período em que a maioria dos veículos da imprensa propagava, por força, uma visão positiva do governo.

As formas de resistência eram complexas, e poderiam ser vistas não só na imprensa, mas também em outras esferas da sociedade. A questão da resistência encontra em Michel de Certeau (1994) uma base teórica para explicar as ações dos indivíduos contra poderes vigentes. O autor estudou práticas cotidianas como modo de ação, como operações realizadas pelo indivíduo no processo de interação e fez uma análise de práticas micro, indo além do quantitativo que tende a generalizações. Certeau valoriza o protagonismo dos sujeitos. Ele não nega a dominação existente na sociedade, mas percebe o sujeito como dotado de um poder de contestação e de discursos próprios, que vai torná-lo capaz de reverter situações adversas e extrair algum benefício delas.

[...] a questão tratada se refere a modos de operação ou esquemas de ação e não diretamente ao sujeito que é o seu autor ou seu veículo. Ela visa uma lógica

<sup>24</sup> Declaração de Paulo de Campos Moura, presidente do Centro de Expansão Cultural, sobre comunicado de Alexandre Marcondes, no *Correio da Lavoura*.

<sup>25</sup> <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/Imprensa>. Acesso em junho de 2017.



operatória cujos modelos remontam talvez as astúcias multimilenares dos peixes disfarçados ou dos insetos camuflados, e que em todo o caso, é ocultada por uma racionalidade hoje dominante no Ocidente. (CERTEAU, 1994. P. 38).

Essa *capacidade criadora* é encontrada todas as vezes que captamos ações de resistência. As restrições impostas pelo Estado Novo teve como resposta uma hegemonia não consensual. A percepção da guerra foi claramente influenciada por inúmeras questões internas que mexiam, inclusive com a imprensa.

O conceito de *estratégia*, segundo Certeau, explica a capacidade de calcular ou manipular. É o que fazem as instituições que tem “poderes constituídos”, que ditam regras, normas disciplinares, buscando dominar o maior número possível de indivíduos. Ao indivíduo criativo cabe o uso da *tática* para anular essa manipulação. Outro conceito que Certeau utiliza para explicar o poder de contestação do indivíduo, em resposta à *estratégia*.

Ela (*tática*) opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. (CERTEAU, 1994, p. 101).

Dessa forma, os indivíduos conseguem estabelecer o que o autor chama de uma rede de *anti-disciplina*. Sem um poder constitutivo, mas com poderes múltiplos e criativos, o sujeito deixa a condição de “dominado” tornando-se capaz de confrontar o sistema normativo. Certeau descreve a *tática* como “A arte de ‘dar um golpe’ é o senso da ocasião” (1994, p. 101). O autor não se atém ao ato de dominação e disciplina por parte das instituições, mas à capacidade inventiva do indivíduo de exercer sua forma de poder para driblar o sistema.

As estratégias de Vargas para “conquistar” os trabalhadores brasileiros, por exemplo, visaram o apoio do grupo para manter seu governo autoritário, suavizado pelos “presentes” ofertados pelo presidente da república aos trabalhadores.

Com esse panorama político e social, o Brasil se vê na iminência de participar ativamente da Segunda Guerra Mundial. Até 1942, o país mergulhado em suas questões internas, não se envolveu com o conflito. A guerra iniciara em 1939, no entanto, na visão dos brasileiros, era um problema da Europa, muito distante e certamente não atingiria o cotidiano da população da América Latina. Até que a guerra se fez presente entre os brasileiros através dos ataques aos navios na costa nordestina.

Foi assim que a Segunda Guerra Mundial chegou ao Brasil. Com o início do afundamento de navios brasileiros pelo Eixo, subitamente, a população brasileira percebeu que estava inserida em um contexto de guerra e juntamente com ela, vivia grandes contradições internas. A ideologia da “*escassez*”, a “*batalha da produção*”, a alta nos preços e o mercado negro (CYTRYNOWICZ, 2002)<sup>26</sup> foram elementos que ao mesmo tempo em que atendiam o interesse do governo de criar um ambiente de mobilização nacional, também gerava revoltas, uma vez que não faltava gasolina e comida para as camadas mais abastadas da sociedade e os bolsos dos empresários continuavam “recheados”, enquanto as classes

---

<sup>26</sup> CYTRYNOWICZ, 2002, capítulos 2, 3, 10 e 12 respectivamente tratam desses assuntos.

populares se esforçavam para manter o pão na mesa. O trabalho de Sander (2011), também registra essa dura realidade.

[...] A guerra naquele maio de 1942 começava a interferir dramaticamente no dia a dia dos brasileiros, atormentando principalmente a vida das donas de casa. Os preços dos gêneros alimentícios se elevavam assustadoramente e começavam a faltar produtos de primeira necessidade. Nos armazéns e feiras livres, era difícil encontrar até ovos e frangos. Surgiam também denúncias nos jornais de que alguns clientes exclusivos e mais abastados estariam sendo privilegiados pelos comerciantes. (SANDER, 2011, p. 170,171).

Com o discurso dos *soldados da indústria* ou *soldados de produção*, o governo levava os trabalhadores até o limite das suas forças, com longas jornadas de trabalho, amparadas pela lei, como um “sacrifício” pela pátria. O discurso de que a guerra era de todo o povo legitimava qualquer ação do governo que levasse a população a se sacrificar, em nome de um esforço pela pátria.

O comportamento da população em alguns momentos ilustra bem o conceito de *tática* de Certeau. Sobre questão dos movimentos sociais durante a guerra, não se pode afirmar que os protestos eram necessariamente uma demonstração emocional de revolta pelos navios afundados. Novamente aqui destacamos a percepção popular voltada para si e seus problemas. O movimento das multidões não pode mensurar o grau de percepção que as pessoas alcançaram do conflito. Ele pode significar muitas coisas. Seu comportamento reflete as ações do indivíduo. Segundo Certeau (1994), a individualidade é o local onde se organiza a pluralidade da vivência social. Assim, é perfeitamente possível detectar nos protestos, sintomas do “querer” e do “fazer” do indivíduo. Como exemplo, o fato de enaltecer a democracia frente ao Nazismo de Hitler também poderia significar uma insatisfação à ditadura Vargasista.

A resistência é um indício de que as preocupações dos brasileiros não estavam focadas na Europa, mas em suas próprias questões. Os naufrágios provocaram o movimento das multidões, mas havia muitas contradições que causavam inquietação. E vale destacar que suas ações fizeram a diferença no jogo político do país no período da guerra.

Certeau pontua que “O cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada” (1994. p. 38). O objetivo do autor é mostrar os modelos de ação característicos dos *usuários*. A multidão nas ruas mostrou um conjunto de usuários em “*caça não autorizada*”, ou seja, fora do sistema normativo. Prova disso foi a forma arbitrária como a força policial reprimiu alguns movimentos mais exaltados. Informações fornecidas pela chefatura de polícia por intermédio da Agência Nacional foram publicadas no periódico da capital federal.

[...] Ontem pela manhã um grupo de pessoas exaltadas percorreu as ruas mais centrais da cidade, depredando propriedades de súditos das nações do "Eixo". As autoridades interessadas na manutenção da ordem pública intervieram rapidamente, [...] O povo deve confiar na ação oficial [...]. (CORREIO DA MANHÃ, ed. 14527 de 13/03/1942).

Vargas tentava controlar a situação, criando mecanismos que favorecessem os interesses do governo. Os decretos-lei 4.637 e 4.639 de 31 de agosto são emblemáticos na prática do controle, principalmente no que diz respeito ao monitoramento de qualquer reunião que os trabalhadores viessem a fazer.

[...] que só poderiam ser realizadas assembleias ou reuniões de conselhos de representantes sob autorização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os

trabalhadores não poderiam se filiar a nenhum movimento cívico sem autorização, além de transformar os sindicatos em linha auxiliar do governo na mobilização do país. Que a ideia de mobilização não estava apenas associada à guerra, pode-se depreender do primeiro item do artigo 1 que diz que as entidades sindicais devem colaborar “no desenvolvimento da consciência cívica nacional pela realização de conferências para os respectivos associados e pela celebração de episódios gloriosos da pátria”. (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 209).

A maneira como as pessoas recebiam as orientações do programa radiofônico de Marcondes Filho poderia ser diversificada, gerando comportamentos distintos do que era esperado. Quando, por exemplo, os trabalhadores escreviam cartas diretamente para o presidente Vargas, fazendo reivindicações, expressavam justamente a forma do indivíduo se apropriar do discurso assistencialista de Vargas para alcançar seus objetivos particulares. Certeau pontua

A presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção sócio-econômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Só então é que se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização. (CERTEAU, 1994. p. 40).

As depredações de propriedades de súditos do Eixo podem ser interpretadas não só como revolta pela agressão, mas também como repúdio ao Nazismo ou a qualquer tipo de governo autoritário. O conceito de *tática* mostra que o fraco consegue, através das oportunidades, tirar partido do mais forte. “Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos.” (CERTEAU, 1994. P. 47). O autor apreende o poder como algo que está ao alcance não só dos dominadores mas também dos “dominados”. Através da *tática*, os indivíduos apreendem o discurso dos estrategistas (instituições ou o próprio governo) de maneira a adquirir vantagens. Nesse jogo, o poder depende da criatividade do indivíduo em retirar das oportunidades as condições de subverter os rituais e representações que as instituições impõem sobre ele.

Não é tarefa fácil esclarecer porque as pessoas fazem as coisas da forma que fazem. No entanto, é importante destacar o lugar do indivíduo que, longe de ser passivo e conformado, é perfeitamente capaz de agir, revertendo a condição de “manipulados” para “manipuladores”.

O objetivo da *estratégia* em Certeau é se perpetuar através da sua produção, que visa tornar seu “produto” (imposições) amplamente consumido “obedecido”. A *tática* diz respeito a indivíduos ou grupos fragmentados (considerando cada indivíduo, não uma massa sem consciência), que são capazes de realizar agrupamentos a fim de suprir uma necessidade.

Os anos de guerra estão repletos de casos de pessoas ou grupos que se aproveitaram desses “furos” para alcançar algum benefício. De uma forma geral, o discurso do governo era de um esforço de guerra de todos os brasileiros, em cooperação com a defesa nacional. Esse discurso incluía uma série de medidas em torno das leis trabalhistas. Cytrynowicz cita o exemplo dos dissídios coletivos que foram suspensos em 1943, e também ao apelo para que as relações empregados e patrões não fossem conflituosas em um momento “[...] em que a

coesão social deve sempre e cada vez mais ser fortificadas”. (2001, p. 208). De acordo com o autor, a partir de 1942 vários decretos suspenderam alguns direitos dos trabalhadores, principalmente no que diz respeito à carga horária.

O decreto-lei 4.639 de 31 de agosto de 1942 autorizou, nas empresas de serviço público ou que interessassem à produção e à defesa nacional, que a jornada de trabalho fosse estendida para dez horas, com acréscimo, nas duas horas extras, de 20% do salário. No parágrafo 3, do artigo 1 do decreto-lei 4.639, no entanto, autorizava-se em caso de “necessidade imperiosa” uma extensão da jornada de trabalho, sem limite prefixado, “para fazer face a motivo de força maior”. [...] (CYTRYNOWICZ, 2001, p. 209).

É notório que o contexto de guerra modificou as relações de trabalho, deixando o trabalhador sem alternativa para protestar. A revista *Diretrizes* publicou uma entrevista de um advogado pernambucano, Sr. Antiógenes, na qual ele defende que as horas de trabalho dos operários não devem ser discutidas em um momento de guerra que o país está vivendo. “[...] não é o número mínimo de horas que cada pessoa deve trabalhar, mas o máximo de trabalho que pode dar [...]”. (DIRETRIZES, ed. 114 de 03/09/1942, p. 15). Isso aconteceu após os ataques aos navios brasileiros, quando a guerra já fazia parte da realidade do país, ou pelo menos, quando a percepção do conflito tornou-o mais real. No entanto, conflito poderia representar mais um estorvo para a vida do trabalhador do que uma tragédia mundial.

Em contraste com o discurso do governo, havia movimento entre alguns trabalhadores em busca de melhorias. Alguns dos trabalhadores da classe marítima aproveitaram o momento de perigo para demonstrar insatisfações salariais. Getúlio Vargas então resolveu “[...] autorizar um abono de 40% para as tripulações dos navios que se destinavam às zonas consideradas perigosas[...]” (SANDER, 2011, p. 192). O presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais de Náutica da Marinha Mercante se defendeu das acusações de “ambiciosos”, dizendo que os brasileiros da categoria são os que recebem o menor salário em todo o mundo.

É importante frisar a ocorrência de uma inflexão após 1942, decorrentes das condições da guerra que iniciou uma abertura para os caminhos da democracia.

O quadro alterou-se significativamente a partir de 1942, quando a batalha no interior do círculo governista foi ganha pelos defensores dos Aliados, o que implicou mudanças significativas, como exemplifica a saída de Lourival Fontes do DIP. A contradição entre a luta a favor da democracia nos campos de batalha e as restrições à liberdade de âmbito interno não poderia persistir indefinidamente. E a imprensa tomou parte ativa no desgaste que acabou levando à deposição de Getúlio Vargas em 1945.” (LUCA, 2008, p. 21).

Mas tal quadro apresentou uma mudança gradativa, que não representou um “refrigério imediato” para as ações da imprensa. A dominação imposta aos profissionais do jornalismo se estendeu até o final do governo do Estado Novo.

O período que é instaurado em 1930 e que vai até 1937 pode ser caracterizado como momento inicial e fundamental para a consolidação do Estado autoritário, que com sua máquina centralizadora, domina todos os setores de 1937 a 1945. Inclusive a imprensa. (BARBOSA, 2007, p. 112).

O exemplo das comemorações da data natalícia de Vargas está estampado numa publicação de *O Estado de São Paulo* de 19 de abril de 1945, quando ainda encontra-se claro o objetivo de exaltação da imagem do chefe de Estado, juntamente com o cuidado de manter o

hábito de homenageá-lo em datas que não deveriam ser esquecidas, como o projeto de construção de sua imagem exigia.

A data de hoje tem um significado particular para os brasileiros, pois assinala a passagem do aniversário natalício do Sr. Getúlio Vargas, Presidente da República. Este ano, como tem acontecido nos anos anteriores, a grande efeméride será lembrada em todo o território nacional, onde os seus patrícios o veneram não só pelas fortes qualidades de administrador, como também pelas altas virtudes de inteligência e bondade. O mesmo acontecerá, certamente, nos demais países americanos, pois a sua política de boa vizinhança tem contribuído para estreitar ainda mais os laços de amizade entre as nações irmãs. (LUCA, 2013, p. 01)

Completando a mensagem, a alusão aos combatentes da FEB reforça a ideia de uma imagem positiva do presidente, mesmo entre os brasileiros que estão no campo de batalha.

E também do outro lado do oceano, nas terras onde soldados brasileiros lutam heroicamente para uma vitória que não será apenas nossa, mas da civilização em que nascemos. (LUCA, 2013, p. 01).

A situação política e social do país durante a Segunda Guerra Mundial aponta para uma realidade de conflitos internos que colocaram em xeque o lugar que os assuntos da guerra assumiram na vida dos brasileiros. As inquietações e a resistência em torno da situação política tanto por parte da imprensa como de seus consumidores tomaram um espaço considerável no cotidiano. O estudo do caso da Baixada Fluminense, mais especificamente de um jornal da Baixada, considerado um jornal da pequena imprensa, vai ajudar numa análise mais específica sobre como a guerra foi percebida na região, baseada nas informações contidas no jornal.

### 1.2.2 Um jornal da Pequena Imprensa

Durante o período da guerra o Brasil contou com uma variedade de periódicos que circulavam em seu território, nas grandes capitais, nas maiores cidades e também nas mais remotas regiões do interior do país. Segundo Tânia De Luca, a modernização da sociedade no início do século XX trouxe novos hábitos e estilos para a imprensa no Brasil. “Eficiência, pressa, velocidade e mobilidade tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano e a imprensa tomou parte ativa nesse processo de aceleração.” (2008, p. 02). A imprensa vivia numa corrida frenética para deixar seus leitores a par dos acontecimentos, a exemplo das edições de jornais vespertinos com objetivo de noticiar fatos ocorridos naquele mesmo dia. Os jornais mais citados em trabalhos de pesquisa fazem parte da *Grande Imprensa*, que são jornais das grandes capitais com tiragens gigantescas e capacidade produtiva de dimensões industriais.

A proposta desta pesquisa é dar destaque a um jornal que se encontra “no rol da Pequena Imprensa do Interior”.<sup>27</sup> Trata-se de um semanário da Baixada Fluminense, fundado em 22 de março de 1917 por Silvino Hipólito de Azeredo, atualmente dirigido por seu neto, Robinson Belém de Azeredo. Em comparação com os jornais considerados da *Grande Imprensa*, o jornal de Silvino de Azeredo produzia edições semanais, com tiragens mais modestas, o que não diminuiu sua importância como veículo da informação para a localidade,

<sup>27</sup> Forma como o jornal foi caracterizado pelo CD de divulgação dos jornais da Baixada Fluminense - CL 94 Anos. *Correio da Lavoura e A Crítica*: Memória da Imprensa Fluminense. Secretaria de Cultura, 2011 – CD de divulgação dos jornais da Baixada Fluminense.

nem sua relevância como documento histórico. O centenário *Correio da Lavoura*, com sede na cidade de Nova Iguaçu tem importância histórica não só por seu conteúdo, mas por sua longevidade. A análise desse periódico pode esclarecer qual o lugar que a guerra ocupou na vida da população local e oferece possibilidades na análise sobre o nível de envolvimento dos populares no conflito.

O jornal apresenta um discurso que demonstra interesse no desenvolvimento da cidade. No editorial de lançamento, seu fundador fez questão de destacar os objetivos do periódico: “... é seu principal fim concorrer, na medida de suas forças e cheio de boa vontade, para o progresso intelectual, moral e material deste Município, de cujo interesse se tornará valente defensor.”<sup>28</sup> Em suas páginas são inúmeras as matérias voltadas para o incentivo visando o crescimento da região. O jornal procurou desenvolver campanhas de incentivo na área de produção agrícola, educação e saúde. Essa postura jornalística transmite uma noção de esperança para o leitor, demonstrando uma relação de cuidado com a cidade. Com esse movimento estratégico, o jornal acaba encontrando um lugar importante na vida do leitor, tornando assim, uma peça importante em seu cotidiano.

Seus registros contêm informações de longo tempo. O mesmo jornal registra histórias da região por mais de 100 anos e isso representa uma quantidade incomparável de informações sobre a Baixada em uma única fonte, o que lhe confere uma posição diferenciada. Seu conteúdo é, portanto, de grande utilidade para os estudos da região. O *Correio da Lavoura* teve um papel importante na veiculação das informações sobre a guerra, e sua análise visa não só o que publicou sobre o conflito, mas a maneira como manejou essa publicação ou como apresentou a guerra a seus leitores. O resultado pode explicar o comportamento da população diante do conflito e sua percepção sobre a Segunda Guerra Mundial. O jornal circula até hoje, sendo distribuído aos sábados na cidade de Nova Iguaçu.<sup>29</sup>

Como método de pesquisa, é essencial estudar o ambiente da construção do jornal, com suas características e demandas, adquirindo uma noção de seu público-alvo. É necessário conhecer um pouco sobre a cidade de Nova Iguaçu, também sobre os bastidores da produção textual do periódico, e um pouco sobre a vida de seu editor. Traçaremos ainda um rápido panorama do contexto local no período da guerra. Esses assuntos serão tratados no próximo capítulo.

---

<sup>28</sup> Primeira edição do jornal *Correio da Lavoura*. Fragmento retirado do *Correio da Lavoura e A Crítica: Memória da Imprensa Fluminense – História CL*. – Texto original de Luiz de Azevedo, já falecido, para a edição dos 80 anos do CL, feito e adaptado pelo editor chefe Robinson Belém de Azeredo.

<sup>29</sup> Informações retiradas do site <https://extra.globo.com/noticias/rio/baixada-fluminense/com-95-anos-jornal-correio-da-lavoura-mantem-viva-memoria-da-baixada-4734208.html>. Em 26/06/2017.

## CAPÍTULO II – NOVA IGUAÇU, O *CORREIO DA LAVOURA* E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

### 2.1 O Município de Nova Iguaçu

Para entender a realidade da cidade de Nova Iguaçu na guerra, faz-se necessário um breve retorno à história política, social e econômica da cidade nas primeiras décadas do século XX.

Quando falamos em Nova Iguaçu, estamos falando de uma vasta região que abarcaria hoje a maior parte da Baixada Fluminense. A *Maxambomba*, que a partir de 1916 veio a ser denominada *Nova Iguaçu*<sup>30</sup> era uma região que compreendia nas primeiras décadas do século XX, entre outros, os distritos de Queimados e São João de Meriti. Posteriormente também os distritos de Caxias e Nilópolis (IBGE de Nova Iguaçu)<sup>31</sup>, que por questões políticas, tempos depois foram emancipados do distrito sede. Duque de Caxias foi emancipado justamente durante a guerra, em 1943.

Na década de 1930 fala-se muito da produção cafeeira e leiteira no Brasil. Na verdade, havia uma variedade de culturas que também foram importantes para o país. Pela dimensão geográfica do país, devemos considerar outras atividades que geravam renda e contribuíam para a economia nacional. A atividade citricultora tem relevância neste trabalho, porque foi a atividade que alavancou a economia da cidade no período, revelando sua importância na esfera estadual. Também porque foi na laranja que grande parte da sociedade aplicou suas expectativas econômicas. A maior parte das atividades trabalhistas girava em torno da produção da laranja. Durante os anos da guerra, essa sociedade experimentou uma mudança considerável neste quadro e somente conhecendo o lugar que a laranja ocupou no cotidiano local é que podemos compreender o que essa mudança representou para a cidade. Portanto, através da laranja, podemos compreender um pouco como a guerra afetou a região.

#### 2.1.1 Panorama econômico de Nova Iguaçu

A cidade de Nova Iguaçu oferecia uma importante contribuição para a atividade agroexportadora do país. A laranja conferiu à região uma posição de notoriedade no estado por sua participação considerável não só no mercado interno, como no mercado de exportação. Conforme consta na história dos municípios, no Instituto Estadual do Patrimônio Cultural,

A laranja aparece nas pautas das exportações desde o ano de 1891, mas o período áureo da citricultura em Nova Iguaçu foi o da década dos anos trinta (1930-1939). Nos terrenos enxutos onde, anteriormente, a cana-de-açúcar pontificou, a laranja foi plantada. Nos terrenos de água parada, foram as olarias que entraram em atividade, em razão do barro de boa plasticidade. De 1930 a 1940, Nova Iguaçu foi chamada de

---

<sup>30</sup> Antiga grafia da cidade.

<sup>31</sup> IBGE de Nova Iguaçu. História e Fotos. Formação Administrativa. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/historico>. Acesso em 09/01/2018.

Cidade Perfume, pois as laranjeiras em floração perfumavam todo o roteiro das ferrovias. (INEPAC)<sup>32</sup>

A cidade tinha outras atividades econômicas, como a olaria e o cultivo de outros produtos que atendiam às demandas internas, mas o mercado citricultor era o carro chefe para projetar a região de Nova Iguaçu como grande produtor da fruta na época. Houve um movimento em torno do preparo da região para a produção em larga escala da laranja, e incentivos fiscais para sua exportação, especialmente durante o governo de Nilo Peçanha. Essas medidas contribuíram para a citricultura tornar-se, posteriormente, nos primeiros anos da década de 1930, a grande responsável pela riqueza da região. “Se em 1931 o café era o produto que maior renda auferia ao Estado do Rio - representava 37% do valor da produção agrícola estadual, a partir de 1934 deixou de ser o principal item da pauta de arrecadação, suplantado pela laranja”. (CASTRO, 1992, p. 13).

A era da laranja foi significativa para a economia estadual, causando uma mudança nos rumos da agricultura local.

[...] a Baixada Fluminense especializou-se na fruticultura, principalmente na cultura da laranja, cuja produção era dirigida para o mercado externo. Em 1934, a laranja representava o principal item da arrecadação estadual. O crescimento da produção é evidenciado pelo aumento da área cultivada que passou de 11.500 hectares em 1931 para 30.909 hectares em 1937. (CASTRO, 1992, p. 15).

A construção da estrada de ferro D. Pedro II foi um dos pontos responsáveis para a prosperidade da atividade citricultora, possibilitando maior fluxo no escoamento da produção. Pode-se dizer que a laranja provocou mudanças profundas em todas as esferas da sociedade iguaçuana durante a década de 1930.

A laranja revolucionou a estrutura social de Nova Iguaçu sem mudar suas características rurais. O fenômeno social nascido nos laranjais conservou, por muito tempo, sua autonomia, sua independência política marcada pela influência econômica dos laranjeiros que constituíam uma classe sucedânea a dos barões da cana e do café. (PEREIRA, 1977, p. 118).

A terra da laranja ganhou notoriedade com uma cultura que, na realidade iguaçuana, representava o fenômeno equiparado ao período áureo do café. Algumas regiões da América Latina e da Europa eram abastecidas com a laranja da Baixada Fluminense e isso lhe conferiu uma grande projeção econômica no período. O *Correio da Lavoura* costumava destacar a importância da atividade citricultora, que considerava fonte da riqueza da região. As páginas do jornal estão repletas de matérias sobre o valor do trabalho na terra. Aliás, suas edições ocupavam uma página inteira somente com assuntos agrícolas, com uma seção de título “Secção Agrícola”. E não se limitava a publicar notas sobre assunto somente nessa seção. Muitas matérias vinham na primeira página em destaque.

Uma nota com o título *Agricultura, Base da Prosperidade*, exemplifica o discurso jornalístico do periódico, enaltecendo o labor do campo, dando ênfase ao valor econômico que isso representava para o local. Interessante que durante a guerra, principalmente após os torpedamentos de agosto de 42, quando o Brasil se sentia mais envolvido com a guerra e quando a produção da laranja já encontrava-se em declínio, o jornal não deixou de enfatizar esse importante elemento da sociedade iguaçuana.

<sup>32</sup> INEPAC, Histórico dos municípios. Disponível em <http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/NovaIguacu.pdf> Acesso em 09/01/2018.



Ainda hoje são as atividades rurais as maiores fontes de riqueza do Brasil. É do trabalho dos campos ou do cuidar dos animais domésticos, economicamente exploráveis, que provêm os recursos para o erario [sic] e para o enriquecimento dos cidadãos. [...] (CORREIO DA LAVOURA, 22/11/1942, ed. 134, p. 01).

A guerra não era, obviamente, a única preocupação do periódico. Sua produção não deixou de reforçar o discurso que agradava os cidadãos do campo, que massageava seu ego e lhe mostrava seu valor. O leitor do *Correio da Lavoura* estava acostumado a esse tipo de discurso. Como uma área tipicamente rural, é natural que o jornal se voltasse para esse público. “A agricultura é, inconstestavelmente [sic], o alicerce granítico [sic] da pujança de nossa pátria. Tudo, afinal, vem dos campos. A verdadeira riqueza do Brasil está na fertilidade das suas terras e no trabalho agrícola, incansável e inteligente, do seu povo.” (*Correio da Lavoura*, 01/12/40, ed. 1237, p.08). Desde o início da década de 1930 o periódico vinha ocupando-se do assunto, especialmente da laranja, que era notícia constante no semanário. Até mesmo detalhes sobre a produção e o preparo do produto para a exportação não passavam despercebido ao olhar dos jornalistas, como visto neste recorte do início da década de 30:

[...]Parece-me que as laranjas de “umbigo” e “selecta” [sic] não são muito apropriadas para a exportação, pelo menos este anno [sic]. Suppomos [sic] que, durante o período de maturação, hajam as fructas [sic] soffrido [sic] em consequência de chuvas e outras intempéries, o que talvez [sic] lhes tenha diminuído a resistência. Induz-nos a experiência a opnar [sic] que a qualidade “pêra” é a mais própria para a exportação, em virtude da sua durabilidade [...]. (CORREIO DA LAVOURA, 08/05/1930, ed. 686, p. 01)

O jornal apresentava uma sequência de características que seriam apropriadas para o comércio externo. O momento da colheita também merecia destaque, por influenciar na qualidade da fruta.

Nunca se colhem laranjas em tempo humido [sic], ou logo depois de chuvas, por ser conveniente faze-lo [sic] quando as fructas [sic] se acharem seccas [sic] [...] As fructas [sic] boas são escolhidas segundo o tamanho, a apparencia [sic], etc [...] São consideradas de primeira qualidade as fructas [sic] cujas cascas são perfeitas e iguaes [sic]. Devem as fructas [sic] ser cuidadosamente envolvidas em papel de seda poroso e acondicionadas nas caixas [...]. As caixas devem permitir perfeitamente ventilação, formadas por madeira mais leve, com aberturas nas tampas, nos fundos e nos lados. (CORREIO DA LAVOURA, 08/05/1930, ed. 686, p. 01).

Nesse período a citricultura encontrava-se no auge de sua produção e a prosperidade era notória nos imensos laranjais que ocupavam as terras da cidade. Alguns autores destacam que o sucesso na produção se dava pelas vantagens naturais que a terra da região de Nova Iguaçu oferecia.

Nenhuma atividade agrícola apresentou aumento tão notável quanto o cultivo da laranja, que encontrou na Baixada Fluminense clima, solo e relevo favoráveis à expansão da produção. Nova Iguaçu era, de longe, o maior produtor do estado. A proximidade do Distrito Federal, importante centro consumidor, e a facilidade do escoamento da produção também concorreram para o crescimento desta lavoura durante toda a década de 1930. (LAMARÃO, 2009, p. 60).

A fase áurea da laranja não impediu o surgimento de problemas. À medida que a produção aumentava, cresciam também as dificuldades de infraestrutura, como armazenamento e transporte do produto, apesar da existência da linha férrea que atravessava a região. A precariedade dos armazéns comprometia a integridade das frutas e a estrutura existente não comportava o escoamento da produção. A situação tornava-se ainda mais

complicada pela dificuldade de acesso ao governo para resolução dos problemas. Produtores da Baixada Fluminense enfrentavam barreiras para o atendimento de suas reivindicações, apesar das incessantes tentativas das partes locais interessadas. Alguns meses após o estabelecimento do governo provisório, Getúlio Vargas fez uma visita à cidade.

Foi a diretoria da Associação dos Fruticultores de Iguaçu que, em repetidos apelos ao governo estadual, ao Ministério da agricultura e, por fim, à Presidência da República, no interesse de resolver problemas atinentes à citricultura, conseguiu a vinda de Getúlio Vargas. Imediatamente, a política municipal viu a possibilidade de se apresentar como anfitriã de tão ilustre visitante, apressando inaugurações de obras públicas, cuidando do protocolo da recepção, melhorando o aspecto de certas ruas e se esmerando em discursos e homenagens (PEREIRA, 1977, p.136).

Não é de se admirar que a visita do presidente tenha agradado aos produtores locais. A atenção que eles precisavam naquele momento seria suprida. A visita ilustre pode ser justificada pela importância da região para a economia nacional daquele momento. As dificuldades de estrutura poderiam abalar a produção e a atividade de exportação.

O *Correio da Lavoura* registrou detalhes sobre os melhoramentos que o setor conquistou após a visita do presidente. Entre outras coisas, Getúlio Vargas inaugurou o “*Packing House*”<sup>33</sup>, que garantiu um avanço nas condições de beneficiamento da produção no município.

[...] V. Exa vem declarar inaugurada a ‘Packing – House’ de Nova Iguaçu [sic], em nome da Associação de Fruticultores [sic], ao congratularme [sic] com V Exa. Pela realização desse importante melhoramento, que vem assinalar um avantajado passo no preparo e embalagem das nossas fructas [sic] destinadas a conquista de mercados estrangeiros. [...] (CORREIO DA LAVOURA, 25/06/1931, ed. 745, p. 02. Sobre a visita de Getúlio Vargas à Nova Iguaçu).

Vale ressaltar que a visita de Getúlio aconteceu em um momento de agitação política. As evidências indicam que, enquanto na esfera federal os conflitos políticos revelavam uma tensão constante, a região da Baixada Fluminense prosperava com o período áureo da citricultura. Apesar da efervescência política do país e da crise econômica que atingiu o mundo em 1929, a laranja permaneceu no palco da economia fluminense e Nova Iguaçu continuou sua atividade agrícola sem perder o prestígio de grande produtora da laranja. Apesar dos desafios de infraestrutura da região, o setor esforçou-se para manter a economia estável. A evolução econômica da região advinda da citricultura foi refletida em seu notável desenvolvimento durante a década de 1930. Como registra Pereira, foram grandes os avanços conquistados no período. Nos anos que antecederam a guerra, a Baixada Fluminense experimentou um desenvolvimento considerável.

[...] inauguração de 14 novas estradas, num total de 90 quilômetros, interligando centros agrícolas à sede do município [...]; tração elétrica da Estrada de Ferro D. Pedro II, inaugurada em julho de 1937; criação do serviço de saneamento da Baixada Fluminense, em 1936 [...]; instalação da indústria secundária da citricultura; construção do hospital [Hospital de Iguaçu, que teve sua pedra fundamental lançada em 1931 na presença do Presidente Getúlio Vargas], inaugurado em 31 de março de 1935; fundação das primeiras entidades de classe; [...]. (PEREIRA, 1977, p. 136).

---

<sup>33</sup> Unidade de beneficiamento, onde as frutas eram recebidas, selecionadas, inspecionadas e preparadas para serem comercializadas.

Além das conquistas na agricultura, os avanços na indústria também foram marcantes na cidade considerada rural.

[...] instalação dos primeiros estabelecimentos bancários; instalação dos primeiros estabelecimentos industriais, cujo surgimento se deu na década anterior: dezenove indústrias estavam operando no município, sete das quais sediadas no distrito de Nilópolis [...]; maior produção agrofábrica, refletida no aumento da receita municipal [...], assinatura de contrato com a municipalidade para o fornecimento de energia elétrica pela Vera Cruz em 1932 [...]; existência de cinco cartórios no município em 1935. (PEREIRA, 1977, p. 136).

Mesmo com os problemas estruturais no setor agrícola, as conquistas da década de 30 revelam que os esforços foram recompensados. No entanto, ainda que tenham mantido a economia estável, não conseguiram superar as dificuldades advindas da guerra. Embora não se possa atribuir somente à guerra o declínio da laranja, o bloqueio do Atlântico teve um peso importante porque prejudicou o comércio internacional de alimentos em toda a América. Sem condições favoráveis para a exportação, foi inevitável a diminuição da produção da laranja. Assim, o período da guerra foi marcado por um fenômeno que foi transformando o perfil da região. As grandes propriedades que abrigavam os imensos laranjais foram aos poucos sendo fracionadas, e a produção, antes em larga escala, foi dando lugar à comercialização de lotes (SOUZA, 1992, p. 93). Algumas publicações do *Correio da Lavoura* evidenciaram essa realidade.

O conflito europeu está alarmando os arraiais produtores de laranja e quase totais serão os prejuízos [sic] desta feita não se conseguir aquilo de que a citricultura carece para viver. [...] Não podemos no momento contar absolutamente com a exportação para a Europa e sendo de pânico a situação em que se encontram os lavradores, a interferência do Estado Novo se espera imediata, para amparar a produção e a classe dos citricultores. Só nos resta o mercado argentino, que no ano passado importou 1500 caixas.

Impõe-se-nos [sic], pois, sem tardanças, aumentar o consumo interno [...]. (CORREIO DA LAVOURA, 09/06/1940, ed. 1212, p. 01).

As restrições de acesso à Europa para as exportações brasileiras obrigaram os produtores da laranja a se voltarem para o mercado interno, transformando totalmente a dinâmica da economia citricultura, levando seus agricultores a enfrentarem sérias dificuldades econômicas. Com esse panorama, houve uma necessidade de intervenção do governo no socorro aos produtores. Esse socorro veio em forma de algumas ações. Na mesma edição citada acima, o jornal apresentou uma nota sobre o transporte interno da laranja.

O ministro da Agricultura recebeu comunicação do ministro Carlos Taylor, presidente, em exercício, da Comissão da Defesa da Economia Nacional, de que a mesma, após entendimentos com a direção da Central do Brasil e das Companhias de cabotagem, conseguira sensível redução de fretes para o transporte de nossas frutas cítricas. (CORREIO DA LAVOURA, 09/06/1940, ed. 1212, p. 02).

Mais uma nota do jornal fez um comentário baseado no *Diário de Notícias* sobre recursos fornecidos pelo Banco do Brasil para socorrer citricultores da região.

Há poucos dias, o Sr. Sousa Melo, diretor da Carteira de Crédito Agrícola [sic] do Banco do Brasil, procurado pelo “Diário de Notícias” [sic], declarou o seguinte sobre os recursos que o Banco fornece aos agricultores do país:

1º - Crédito agrícola propriamente dito, constante do financiamento das safras, para a melhoria das culturas, compra de aparelhamentos e máquinas [sic] agrícolas [...].

2º - Desafogo á [sic] lavoura, constante do pagamento dos débitos [sic] contraídos pelos agricultores, [...]. (CORREIO DA LAVOURA, 30/06/1940, ed. 1215, p. 02).

As páginas do *Correio da Lavoura* ficaram repletas de publicações enfatizando a crise. “A crise da laranja” era o tema de dezenas de notas que o jornal publicava semanalmente.

#### A crise da laranja

No ofício que o interventor federal neste Estado dirigia ao presidente da República, solicitando uma série de providências [sic] para solucionar a crise da laranja, o chefe da Nação exarou um despacho que facilitou extraordinariamente a obtenção, por parte dos interessados, de medidas que virão minorar a crise por que passa o comércio daquela fruta. (CORREIO DA LAVOURA, 01/09/1940, ed. 1224, p. 01).

A crise da laranja era um indício das dificuldades que o conflito global havia provocado. No entanto, o foco do jornal não estava na guerra, mas em assuntos internos indiretamente afetados por ela. A guerra já era uma realidade para todo o mundo, mas as páginas do jornal deram maior ênfase a problemas locais. Em uma edição de fevereiro de 1940, por exemplo, em plena guerra, o periódico publicou uma nota anunciando a escolha de seu diretor para compor a Comissão Censitária do município (ed. 1196, 18/02/40, p. 02). Nota-se que a direção do jornal tinha um envolvimento estreito com a administração local. Na edição citada acima não há uma nota sequer sobre o conflito mundial, mas a ocupação com os assuntos da cidade tomavam o espaço do periódico. Os assuntos da guerra no jornal eram bem esporádicos. Durante o ano de 1940 e 1941, dos exemplares acessados, o conteúdo sobre a guerra limitou-se a falar sobre os problemas que a agricultura enfrentava devido ao bloqueio do Atlântico, como indica o recorte acima. Encontramos assuntos diversos, inclusive sobre mudanças no formato do jornal, por exemplo, (ed. 1203, 07/04/40, p. 02), mas a guerra realmente foi um assunto secundário no periódico.

Em dezembro, a notícia do ataque japonês à base norte-americana em Pearl Harbor não teve espaço no *Correio da Lavoura*. A edição de 14 de dezembro seria a primeira após o ataque e a notícia destaque da capa apresentou uma matéria com o título “Educação da Mulher”. Embora a edição 1296 de 18/01/42 tenha publicado em destaque a *Conferência dos Chanceleres*, anunciando o posicionamento do Brasil, é notória a despreocupação do semanário em publicar assuntos da guerra. Somente a partir de 1942, quando navios brasileiros foram atingidos com frequência no Atlântico Norte, o jornal passou a abrir mais espaço para notícias sobre a guerra.

A dificuldade econômica que o país já enfrentava intensificou-se durante o conflito. A sociedade sentiu na pele a escassez de alimentos e de outros produtos. Embora esse quadro fosse uma realidade, pouco se fala no semanário local. Algumas edições do *Correio da Lavoura* se encarregaram de divulgar ações do governo e medidas em decorrência do conflito global, embora os assuntos sempre faziam referência à situação geral do estado do Rio e não especificamente do município de Nova Iguaçu. No finalzinho da guerra o periódico publicou um artigo de Silvino Silveira, registrando algumas consequências do conflito.

[...] A guerra criou as “filas intermináveis”, agravou terrivelmente o problema dos transportes, fez desaparecer os gêneros alimentícios mais básicos e elevou proibitivamente os seus preços, em suma, criou para o Rio uma atmosfera irritante de carências e impecilhos [sic] [...]. Outro fenômeno curioso, ao lado de tantos

outros, é o emagrecimento paulatino da população. As moças granfinas [sic], esbeltas e airosas, tornam-se, dia a dia, mais esbeltas e esgalgas com a falta de leite, de manteiga e de carne [...]. As silhuetas tornaram-se aerodinâmicas à força, por imperiosa e iniludível [sic] necessidade do momento [...]. (SILVEIRA, Silvino. Artigo: *Falta de Brasilidade?* – CORREIO DA LAVORA, em 08/04/1945, ed. 1464, p. 02).

Com o enfoque sempre nos problemas e não na guerra, foi assim, de maneira esporádica que o jornal tratou dos assuntos do conflito. Apesar das dificuldades, a laranja continuou sendo uma importante fonte de riqueza local, considerando as devidas proporções na queda da produção devido ao conflito mundial. Posteriormente, após o fim da guerra, uma nota do jornal *Correio da Lavoura* destacou o momento de reflexão dos produtores rurais e um apelo às autoridades para atender as necessidades do grupo nesse momento difícil.

Aqui em Nova Iguassú [sic] é assim, tanto com os agricultores como com citricultores, que se dedicam a uma cultura de grande importância para nós, visto que constitui [sic] ainda a maior fonte de riqueza do Município. Se contarem todos – agricultores, citricultores, criadores e industriais – com a boa vontade, o estímulo e o amparo do Governo, realmente interessado, pelos seus atos que eles aumentem a produção em todos os setores de suas atividades, por certo tudo farão para atender ao apelo que ora lhes é dirigido oficialmente, pois estarão não só melhorando o seu padrão de vida, mas ainda concorrendo de maneira apreciável para a prosperidade da terra em que vivem. (CORREIO DA LAVOURA, 08/09/1946, ed. 1538, p. 01).

A atividade citricultora já havia incentivado alguns proprietários a fracionarem suas grandes propriedades, antes ocupadas com o café, para abrigar lotes que suprissem as demandas gigantescas do aumento populacional decorrente da atração pelo cultivo da laranja. Mas o declínio da citricultura provocou uma onda de oferta de lotes. Em março de 1941 o periódico começou a publicar notas sobre essas ofertas. A partir daí passou a ser comum a publicação de anúncios sobre venda de terrenos ou imóveis. Só nas edições do mês de março de 1941, encontram-se dezenas de anúncios dessa natureza. A edição 1250 de 02 de março de 1941 apresentou uma nota sobre a distribuição de lotes coloniais, citando os quesitos necessários para o benefício. A página 06 da edição 1254 de 30 de março de 1941 apresentou anúncio de venda de terrenos e casas a longo prazo em Mesquita. Na mesma edição, nas páginas 13 e 14, encontram-se anúncios de regularização de imóveis e venda de terrenos em Nova Iguaçu. A população procurava adaptar-se à nova realidade, que provocou mudanças importantes na sociedade local.

Embora a produção da laranja não seja o foco da pesquisa, sua análise contribuiu para mensurar os reflexos da guerra na região que atingiu principalmente o setor. O declínio da citricultura foi um indicador importante do impacto da guerra na região e as dificuldades no setor também abriram espaço para discussões na área social, naturalmente atingida pelas consequências econômicas que a situação provocou.

### 2.1.2 Questões sociais

A terra da laranja atraiu milhares de pessoas em busca de trabalho. A sociedade iguaçuana passou por um grande crescimento populacional entre os anos 1920 e 1940. Em 1920 sua população era de 33.396, saltando para 140.606 em 1940 (PEREIRA, 1977, p. 142).

Tipicamente rural, a cidade possuía características comuns das cidades agrárias da época, valorizando vínculos familiares. Os meios de subsistência giravam em torno do

comércio, da indústria de tecidos e olarias. No entanto, foi na agricultura, especificamente na atividade citrícola que os trabalhadores encontraram mais oportunidades. Muitos investidores foram atraídos pela economia crescente. A produção da laranja gerou grande impacto social na cidade, produzindo várias frentes de trabalho, embora, em grande parte temporárias.

A sociedade, de um modo geral, era dividida entre proprietários de terras. Proprietários de grande, médio e pequeno porte, proprietários de barracões de beneficiamento (*Packing Houses*), trabalhadores permanentes e trabalhadores temporários que incluíam mulheres e crianças. O trabalho era distribuído entre limpeza dos laranjais, coleta, trabalho nos barracões e no preparo para a exportação. A região também contava com alguns estrangeiros, especialmente portugueses e italianos, atraídos pela atividade citrícola (SOUZA, 1992).

A grande oferta de trabalho não significou, no entanto, prosperidade para todos. O trabalho temporário representava um ciclo com fases de carências profundas para a população. Ao lado de uma elite agrária, havia também uma parcela carente da sociedade. Assim, juntamente com o crescimento populacional cresceram também os problemas sociais. A estrutura do município que abrigava uma população crescente (quadruplicou em 20 anos), naturalmente encontrava dificuldade para suprir suas demandas. A saúde estava entre os problemas estruturais da cidade.

Durante muito tempo a região sofreu com a falta de um hospital que atendesse a população local, gerando muitas dificuldades com a necessidade de deslocamentos em busca de assistência médica. Somente em 1935 o município pode contar com esse benefício, quando foi inaugurado o hospital de *Iguassu* [sic].

Preenchendo uma enorme lacuna que de há muito se vinha resentindo [sic] este município, realizou-se domingo ultimo, conforme anunciamos, com a presença de altas autoridades federaes [sic], estaduais [sic] e municipais [sic], a inauguração solenne [sic] do Hospital de Iguassu [sic]. (CORREIO DA LAVOURA, 04/04/1935, ed. 941, p. 02).

Após a inauguração do hospital, algumas conquistas foram alcançadas pela cidade, que ajudaram a minimizar as dificuldades nessa área. Algumas iniciativas pontuais indicaram uma evolução no sentido de suprir essa carência.

Em Assembléia Geral realizada no dia 5 do corrente, na sede da Associação Rural deste Município, fundou-se, pode-se dizer sob os auspícios da Sociedade de Puericultura do Brasil e do Governo Municipal, a Sociedade de Puericultura de Nova Iguassu [sic], destinada a amparar a maternidade e a infância [sic], tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista científico. (CORREIO DA LAVOURA, 13/07/1941, ed. 1269, p. 02).

Os problemas sociais que a cidade enfrentava não eram novidade no quadro geral do país. Não era um problema específico nem da região e nem do período. No entanto vale ressaltar os resultados que a crise da laranja provocou, potencializando problemas já existentes. Assim, de uma forma ou de outra, a guerra teve sua parcela de responsabilidade, já que contribuiu para intensificar em grande medida a crise na citrícola, provocando problemas econômicos. O que chama a atenção é que o periódico local transmitia uma aparente normalidade no cotidiano da sociedade local durante os anos de guerra. No primeiro semestre de 1941, o Brasil já havia sido atingido pela guerra nos ataques navais do

Mediterrâneo<sup>34</sup>, mas isso não parecia fazer parte das preocupações da cidade, muito menos da direção do jornal *Correio da Lavoura* em publicar. Os problemas sociais e suas carências eram assuntos muito mais importantes no momento. No mês de julho o periódico publicou uma nota enaltecendo iniciativas em prol da saúde. O artigo com o título “Dispensário de Higiene Infantil”, relata a política do governo sobre a saúde das crianças, citando o Instituto de Puericultura de Nova Iguaçu e sua contribuição para o desenvolvimento da política de saúde infantil. O assunto foi colocado em lugar de destaque sinalizando a importância do assunto.

O que se vem realizando em Nova Iguassú [sic], no sentido de se formar uma geração de crianças sadias, é, sem dúvida alguma, um dos fatos mais importantes de que temos conhecimento. Apreciável já é o número de infantes aqui [sic] beneficiados pelo Estado, e outros esforços, em instituições particulares, têm sido envidados para que se faça, neste Município, uma obra completa de amparo à infância e á [sic] maternidade. [...] (CORREIO DA LAVOURA, 20/07/1941, ed. 1270, p. 03).

Dois meses depois a cidade foi contemplada com outra conquista.

Ontem, à tarde, foram inaugurados solenemente, no Grupo Escolar “Rangel Pestana” desta cidade, um dos Ambulatórios criados pela Cuxa Escolar, destinados a prestar assistência médica às crianças das escolas publicas do Município, e a Cooperativa Escolar, interessante e útil organização da professora Zulina Loureiro Leite, [...] (CORREIO DA LAVOURA, 28/09/1941, ed. 1280, p. 02).

Além de problemas e conquistas na área da saúde, o periódico também focalizava os problemas na educação. Outro problema que não era específico do município de Nova Iguaçu, mas era uma questão muito enfatizada pelo jornal. Silvino da Silveira escreveu um artigo com o título “Escolas, mais escolas!” chamando a atenção pelo seu teor apelativo de urgência.

[...] Urge fazer do país uma Patria [sic] poderosa e rica, e no momento impõe-se a dedicação integral ao problema da alfabetização e higiene da população do interior, que também necessita receber os necessários ensinamentos elementares e os indispensáveis para ficar apta à produção e ao trabalho moderno. (CORREIO DA LAVOURA, 04/05/1941, ed. 1259, p. 01).

Um artigo de Geraldo N. Serra revelou outra carência da região, que era a do ensino profissionalizante. A região necessitava de qualificação profissional, sobretudo em atividades voltadas para a agricultura, principal atividade econômica local. Essa carência foi acentuada com a deflagração do conflito, quando a atividade agrícola foi duramente atingida pelas dificuldades da guerra.

Sempre fomos dos que mais se têm batido pela racionalização de nossa agricultura e apontámos [sic], com alguma parcela de autoridade, quais os caminhos que se deviam palmilhar para que ela saísse do marasmo e da decadência em que se encontra. Afirmamos que, para ela ser transformada, era necessário que tivesse a norteá-la homens imbuídos de princípios adquiridos em escolas profissionais especializadas, conhecedores profundos dos segredos e dos misteres que o ruralismo dos dias de hoje indica. [...] Os interventores dos outros Estados [...], precisam, [...] cometer o mesmo que o Sr. Fernando Costa fez: fundar escolas rurais. (CORREIO DA LAVOURA, 03/08/1941, ed. 1272, p. 01).

<sup>34</sup> Refere-se ao ataque ao navio brasileiro *Taubaté* e o desaparecimento do *Cabedelo* no mar Mediterrâneo no mês de março de 1941.

Além dos problemas na saúde e educação, o periódico destacou a falta de moradia como outra dificuldade do município. No mês de maio de 1941 uma nota chamou atenção para o problema com uma solução paliativa. “O Albergue Noturno desta cidade é uma obra simples porque realizada pela iniciativa e colaboração de criaturas, cuja maior riqueza reside no coração, que se enche de alegria ao fazer o bem por amor do próximo. [...]” (CORREIO DA LAVOURA, 04/05/1941, ed. 1259, p. 01). De uma maneira romântica, o jornal deu destaque ao problema. Meses depois, um artigo de Silvino Silveira com o título “Chagas Sociais” denunciou a existência do problema da criminalidade infantil, revelando a situação de abandono de crianças do município, apontando para a educação como a solução para o problema social.

Abordamos ha [sic] poucos dias, em considerações irrefutáveis, o problema da criminalidade infantil à luz de conceitos de juristas e de eminentes educadores.

Fizemos um apelo, com toda a veemência, para a transformação da infância que vive perambulando ao Léo da sorte, em elemento útil à sociedade, em elemento indispensável à grandeza da nacionalidade.

Eduquemos a criança. [...] (CORREIO DA LAVOURA, 31/08/1941, ed. 1276, p. 01).

Esse é o panorama social de um município que enfrentava dificuldades advindas de um crescimento populacional incomum, cuja estrutura não acompanhava suas demandas. Os problemas descritos acima não podem ser atribuídos somente às consequências da guerra, já que a região sofria com problemas estruturais antigos. Mas o destaque aos problemas sociais, além de ajudar a entender como a sociedade iguaçuana vivia durante os anos da guerra, também denuncia a maneira como o jornal destacava os problemas do cotidiano da cidade, omitindo muitas notícias sobre o conflito, transmitindo uma ideia de normalidade. Esse fato demonstra o que o periódico entendia sobre o que seria mais importante publicar para a sociedade naquele momento - seus problemas internos. De qualquer maneira, o jornal ajudou a contar como era a vida na cidade e que lugar a guerra ocupou nela. A ausência de notícias sobre o conflito no *Correio da Lavoura* indica o distanciamento que o periódico insistia em manter em suas páginas dando ênfase aos problemas sociais locais.

### 2.1.3 Questões políticas

No campo da política, a cidade também enfrentava seus desafios. Durante os anos da guerra a política sofria reflexos do que ocorreu durante a chamada Revolução de 1930. Por esse motivo, algumas vezes precisamos recuar um pouco no tempo. No início da década de 1930, os governos empreenderam esforços na manutenção da ordem no território nacional. Pelos registros coletados no *Correio da Lavoura*, a rotina na cidade transcorria aparentemente na normalidade. Em telegrama enviado por Álvaro Rocha, da Secretaria do Interior, foi feito um comunicado importante ao prefeito de Nova Iguaçu sobre a ordem pública no momento delicado que estavam vivendo.

Sr. Prefeito de Iguaçu, Comunico-vos que ordem publica nosso territorio [sic] mantem-se [sic] como desde início movimento revolucionário, inalterável funcionando poderes constitucionaes [sic] e respectivas Repartições bem como comércio e indústrias. P.T. nossas fronteiras continuam guarnecidas nossa briosa e valente força Militar ao Sr Presidente Estado que se acha prestigiado todas classes sociaes [sic] chegam os mais vehementes [sic] protestos solidariedade e apoio.



Saudações cordiaes [sic]. Álvaro Rocha - Secretaria Interior, 12 de Outubro de 1930 (CORREIO DA LAVOURA, 16/10/1930, ed. 709, p. 02).

A descrição da ordem e normalidade refletem uma orientação de apoio às mudanças políticas implementadas pelo governo federal. Na mesma página, o jornal registrou o anúncio da fundação da Legião de Iguassú [sic], que “[...] constituindo um batalhão patriótico se destinará a apoiar as autoridades constituídas, defendendo as instituições republicanas.” (CORREIO DA LAVOURA, 16/10/1930, ed. 709, p. 02). Assim, as autoridades municipais se pronunciaram com intenção de cooperar com a ordem pública e defesa do governo. E tomaram providências para tal. “[...] Na sede da Prefeitura e Junta de Alistamento Militar, em Nova Iguassú [sic], conserva-se o livro de inscrição [sic] para receber assignaturas [sic] de todos os que se comprometteram [sic] a defender o governo e a família nacional.” (CORREIO DA LAVOURA, 16/10/1930, ed. 709, p. 02). Os militares trataram de recrutar, para compor o chamado *Batalhão Patriótico*, pessoas dispostas a defender o governo caso fosse necessário.

A aparente satisfação com os acontecimentos políticos ocorridos em 1930 estão registrados nas páginas do *Correio da Lavoura*. Em edições de novembro de 1930, o jornal exibiu artigos exaltando a Revolução como um marco na história do país, que trouxe muita alegria ao povo brasileiro. “Todos os esforços em apoio ao atual governo!” Essa era a tônica do momento. O *Correio da Lavoura* relatou uma campanha feita para atender ao apelo do governo a fim de arrecadar fundos para pagar a dívida externa do Brasil. Houve um envolvimento popular no sentido de contribuir e poder participar desse momento histórico, inserindo o município de Nova Iguassú na história da revolução no país.

A idéia luminosa do ministro Oswaldo Aranha lançada por intermédio dos nossos illustres confrades do “*Diario da Noite [sic]*” da Capital em favor da amortização da nossa dívida fluente, dia a dia toma maior vulto, propagando-se o bello [sic] movimento por todos os recantos da pátria numa acolhida do povo que bem assegura o seu completo êxito. [...] (CORREIO DA LAVOURA, 04/12/1930, ed. 716, p. 02).

O fragmento continua relatando a maneira como alguns grupos da cidade contribuiriam na prática para a campanha para o pagamento da dívida.

[...] Nova Iguassú [sic] não podia ficar indiferente ante tão comovedor gesto de são patriotismo [sic] e, por suas figuras mais representativas, reunidos em comissão de vários cavalheiros, exmas [sic] senhoras e senhoritas da nossa sociedade mobilisou-se [sic] na formação de bandos precatórios, e primeiro dos quaes [sic] percorreu as ruas desta cidade no dia da festa da Bandeira recolhendo do commercio [sic] e povo a quantia de [...] 1:013\$400. [...] (CORREIO DA LAVOURA, 04/12/1930, ed. 716, p. 02)

O periódico destaca a resposta popular à campanha, atribuindo-a ao sentimento patriótico.

[...] Prosseguindo nessa louvável tarefa de recolher donativos para o fim de cooperar para o resgate da divida nacional, outros bandos precatórios em dias seguidos percorreram outras localidades do município, sendo por toda a parte bem recebidos pelas populações, cuja contribuição foi sempre de molde a attestar [sic] o grau de patriotismo que as animam. [...] (CORREIO DA LAVOURA, 04/12/1930, ed. 716, p. 02)

Para o jornal foi importante enfatizar a participação de Nova Iguassú nesse esforço nacional. O texto incentiva o sentimento patriótico quando sugere o orgulho da cidade em

pertencer a movimento nacional.

[...] É com justa ufanía que registramos em nossas colunas o gesto abnegado dos que aqui se puzeram [sic] á [sic] frente do movimento já agora nacional, muito contribuindo para que o nosso Iguassú [sic] venha a figurar com destaque dentre os logares [sic] do Brasil que mais efficientemente [sic] acudiram ao appello [sic] do grande chefe revolucionário Oswaldo Aranha.” (CORREIO DA LAVOURA, 04/12/1930, ed. 716, p. 02).

Embora não se possa medir a reação popular às novidades políticas apenas por artigos no jornal, de fato a ideia de revolução representava uma possibilidade de mudança e práticas democráticas, já que o país viveu a realidade do esquema oligárquico durante muitos anos. Além disso, o posicionamento de intelectuais da imprensa tem um peso importante na opinião pública. A forma como o periódico narrou o comportamento da população à visita do presidente passou uma visão patriótica e ufanista do evento. A mensagem do jornal procurou despertar no leitor, que porventura não tenha participado do movimento, um sentimento patriótico. Segundo a publicação, houve um verdadeiro rebuliço com a finalidade de receber com honras o chefe de Estado.

Domingo passado foi o nosso município honrado com a visita do dr. Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, a primeira, aliás feita por s exa. [sic] fora da sede do governo da União, desde quando foi investido [sic], em Outubro de 1930, no alto posto de Presidente da segunda República.

O povo iguassuano [sic] em reconhecimento por essa deferência á nossa terra, durante todo o tempo que durou tão grata visita, cercou a figura seductora [sic] e generalíssimo da Revolução do mais carinhoso acolhimento, aplaudindo-o com caloroso entusiasmo [sic] por toda parte em que foi visto. [...] (CORREIO DA LAVOURA, 25/06/1931, ed. 745, p. 01. Sobre a visita de Getúlio Vargas ao município).

Mais uma vez o periódico procura despertar o orgulho da cidade, destacando a escolha do local por Vargas para fazer sua primeira visita fora da capital.

[...] Taes [sic] foram as demonstrações de regozijo e apreço tributadas ao sr Presidente da República pelas nossas autoridades com o brilhante concurso de toda a população, que não duvidamos tenha s. exa. daqui se retirado agradavelmente impressionado e perto de que, no coração iguassuano [sic] conta um logar [sic] de destacado realce.” [...].

Acclamações [sic] ruidosas foram erguidas ao illustre [sic] chefe do governo provisório [...] O carro presidencial ali fez pequena parada para agradecer as estrondosas ovações da massa popular, [...]” (CORREIO DA LAVOURA, 25/06/1931, ed. 745, p. 01. Sobre a visita de Getúlio Vargas ao município).

De fato, a presença de Getúlio Vargas na cidade pode ter sido uma oportunidade de mostrar a boa receptividade da população iguaçuana aos novos ares políticos do país. O comportamento da população local passa uma impressão de que não se tratava apenas de formalidades, mas de uma satisfação popular. O discurso do jornal e o formato da matéria como destaque de primeira página pode ter pesado na opinião pública sobre a receptividade e contentamento com o novo presidente. No entanto, alguns relatos indicam que o entusiasmo não representava aceitação total das ações governamentais.

Logo no início de sua administração o governo provisório realizou suas intervenções políticas. O estado do Rio de Janeiro passou a ser governado pelo interventor Plínio Casado que escolheu para prefeito do município de Nova Iguaçu o Sr. Arruda Negreiros. Acontece

que essa escolha gerou divergências. Getúlio de Moura<sup>35</sup> destacou-se como líder político na época e tinha planos para a liderança do município de Nova Iguaçu. O descontentamento pela escolha do novo prefeito provocou conflitos. O *Correio da Lavoura* publicou uma nota que refletiu uma quebra no equilíbrio e na ordem que se tentou instaurar na cidade, fruto dos esforços em contribuição com a chamada revolução.

A nota registra um movimento armado local a fim de conter o processo de escolha do novo prefeito da cidade. Movimento esse que foi abafado pelas forças policiais vindas da capital federal. Getúlio de Moura liderou a ação, representando a resistência contra a intervenção política no município. Em depoimento, Francisco Amaral<sup>36</sup> descreve a figura de Getúlio de Moura.

Era uma pessoa afável, cordata e atenciosa. Excelente orador (...) Tinha coragem e era homem de decisão. Uma ocasião, nos idos de 1930, foi feita uma intervenção em Nova Iguaçu e foi posto um interventor lá, passando por cima de todo mundo. Getúlio fez uma revolução e tomou a prefeitura na marra. Assumiu o poder, mas foi destituído em poucas horas. (...) Estendeu sua liderança a outros municípios e depois tornou-se um prócer da UDN estadual. (AMARAL, 2001, CPDOC).

O município de Nova Iguaçu enfrentava seus conflitos locais. Getúlio de Moura representava a resistência, utilizando-se de táticas para driblar o sistema. Apesar dos louvores a Getúlio Vargas estampados nas páginas dos jornais do país, inclusive no *Correio da Lavoura*, opiniões divergentes existiam. Os louvores eram reflexos de uma crença em momentos melhores na política, no entanto alguns fatos poderiam revelar uma situação talvez mais preocupante do que a do regime anterior, quando o esquema café com leite monopolizava o poder. Meses após o movimento, houve um incidente com Getúlio de Moura, que por ser uma figura conceituada no município, provocou questionamentos sobre a liderança política estabelecida. Agora, o poder não só monopolizava as decisões políticas, mas também cerceava as liberdades. O próprio *Correio da Lavoura* publicou o incidente.

Temos a lamentar, deveras constrangidos, os factos [sic] ocorridos à noite de quarta-feira da semana última e que culminaram com a detenção, sem motivo que a justificassem, do dr. Getúlio Moura, nosso ilustre conterrâneo e moço que, por seu alto valor mental, independência e irrepreensível conducta [sic], gosa [sic] entre nós do alto conceito a que só attingem [sic] os homens de bem e do seu merecimento. (CORREIO DA LAVOURA, 07/05/1931, ed. 738, p. 02).

O jornal fez referência à ordem de prisão expedida contra Getúlio de Moura em plena praça pública, sob a alegação de uso de porte de arma, sendo comprovado posteriormente que possuía autorização para tal.

[...] De que feio crime o acusam seus adversários? Será por ter tido a bravura cívica de em plena dictadura [sic] derrubada pela Revolução, affrontando [sic] os tyrannetes [sic] da época, que o dimittiram [sic] por despeito e vingança, por suas ideias liberaes [sic]? Será ainda, por ter com outros revolucionários na manhã de 24 de outubro formado a Junta governativa, que nesta cidade prestou relevantes serviços à causa nacional? [...] (CORREIO DA LAVOURA, 07/05/1931, ed. 738, p. 02)

<sup>35</sup> Segundo verbete do CPDOC, Getúlio de Moura participou como “chefe do movimento rebelde em Nova Iguaçu” durante a Revolução de 1930. Logo após a chamada revolução, depôs o prefeito do município e assumiu o cargo, sendo afastado do cargo pelo governo federal e depois processado “em virtude de ter responsabilizado o Governo Provisório por crime político.” (<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/getulio-barbosa-de-moura>) acesso em julho de 2018.

<sup>36</sup> Foi prefeito de Nova Iguaçu na década de 1980.

O texto segue com um comentário de desapontamento, provocando uma reflexão sobre o atual governo.

[...] Se assim é, convenhamos, não valeu a pena tantos sacrifícios despendidos para chegarmos a uma situação que, hoje se desenha bem mais perigosa do que a extinta pelo movimento outubrista [sic], que ao menos jamais nos deu o triste e deprimente espetáculo de perseguir com prisões vexatórias, seus adversários, mesmo os mais exaltados na defesa de seus ideais [...]. (CORREIO DA LAVOURA, 07/05/1931, ed. 738, p. 02).

Getúlio de Moura não se afastou da política local. Ao contrário, posteriormente tornou-se vereador e por um curto período, prefeito de Nova Iguaçu.

Outras publicações do jornal fizeram críticas ao novo governo. Um dos alvos foi a estratégia da queima do café utilizada pelo governo federal em 1937. Segundo o periódico, esse foi um exemplo de decisão que prejudicou diretamente a classe trabalhadora.

Mais de 30 milhões de saccas [sic] de café já foram incineradas para equilibrar a produção [sic] com o consumo mundial. Mas esse sacrifício só cabe á produção brasileira, resultando grandes benefícios aos outros paizes [sic] também productores [sic]. [...] O café é das nossas culturas a que mais braços occupa [sic] e mais despesas faz. Assim, para os milhões de saccas [sic] que vão se queimando annualmente [sic], desviam-se milhares e milhares de braços [...]. Enfim, o que não pode continuar é o desvio de milhares de braços [...] para se ver depois o fruto arder em montes por ahi [sic]. Mas parece que essa medida não convem [sic] a muita gente. (CORREIO DA LAVOURA, 05/08/1937, ed. 1063, p. 01).

Outros temas também geravam polêmica. Ainda em 1937, o jornal publicou um artigo falando sobre legislação sexual. O artigo de Dr. José de Albuquerque revelou uma legislação que interferiu na vida íntima das pessoas, procurando impor um padrão de higiene à sociedade, defendendo que uma lei precisa ser entendida como uma necessidade importante para objetivos de saúde e não simplesmente imposta sem maiores explicações, tornando-a vazia e sem sentido.

[...] Não se deve dar, por conseguinte, ao povo uma lei cuja razão de ser elle [sic] não compreende, porque naturalmente a tomará como uma lei compressiva e a desrespeitará, porque, hoje em dia, está na mentalidade das massas populares, e eu as felicito por isso, recusar tudo aquillo [sic] que lhes seja imposto de forma compressiva, para só acceitarem [sic] o que lhes for apresentado de maneira compreensiva. [...] não se pode pretender legislar em matéria sexual, sem se organizar um plano nacional de diffusão [sic] [...], para que o povo possa compreender a necessidade inadiável de taes [sic] leis e [...], a obrigação tácita de cumpri-las. [...] (CORREIO DA LAVOURA, 02/09/1937, ed. 1067, p. 01).

No ano em que a guerra foi deflagrada, em setembro de 1939, um artigo sobre Legislação Trabalhista revelou insatisfação na falta de autonomia do município em legislar sobre o descanso dos trabalhadores da cidade.

[...] Quanto aos estabelecimentos fabris, foge ao Município competência para regular seu funcionamento [sic] aos domingos, pois se para, exclusivamente das condições de trabalho, cuja regulamentação está a cargo do Governo Federal. Os Municipios [sic] não podem, portanto, prohibir [sic] o trabalho aos domingos, seja no commercio [sic] ou na industria. Cabe-lhes unicamente, dictar [sic] normas para o comércio local, de accordo [sic] com os interesses da localidade [...]. (CORREIO DA LAVOURA, 28/09/1939, ed. 1175, p. 02. Sobre o trabalho aos domingos).

Como se sabe, o período que antecedeu a guerra foi de profundas mudanças na política

do país e a cidade de Nova Iguaçu também sentiu essas mudanças. A partir de 1937, o município experimentou uma fase de instabilidade administrativa. Várias substituições na administração municipal refletiram essa instabilidade que advinha de uma tentativa de controle absoluto do governo estadual.

Paralelamente, o secretário de governo Alfredo Neves, que tinha tradição política no estado, preocupou-se em formar uma forte corrente de apoio ao interventor. Quando a cooptação mostrava-se difícil, a alternativa era proceder ao alijamento dos elementos refratários à orientação do governo. Assim se explica que durante os anos de 1938 e 1939, quando se processava a montagem da nova máquina administrativa do estado, 25 dos 31 prefeitos tenham sido substituídos. (CASTRO, 1992, p. 09).

Em Nova Iguaçu as substituições procederam-se até depois da guerra. Castro (1992, p. 84)<sup>37</sup>, apresenta um anexo com as mudanças no quadro de prefeitos da cidade. Arruda Negreiros, que esteve à frente da prefeitura desde dezembro de 1930, foi substituída por Ricardo Luiz Xavier da Silveira em dezembro de 1937, quando o interventor do Rio de Janeiro Amaral Peixoto passou a acompanhar bem de perto a administração do município. Ricardo Luiz Xavier da Silveira administrou até março de 1943, sendo substituído por Bento Santos de Almeida até fevereiro de 1945, quando Getúlio de Moura assumiu, administrando até novembro do mesmo ano. Manoel Augusto da Silva o substituiu, administrando Nova Iguaçu de novembro de 1945 até fevereiro de 1946. “Interessado em montar suas próprias bases políticas, Amaral Peixoto passou a estabelecer contatos pessoais com as chefias políticas municipais através de frequentes viagens ao interior do estado.” (CASTRO, 1992, p. 08). Esse regime fez parte de um plano federal de controle das administrações estaduais e municipais.

Em 1932, dando execução ao decreto federal nº 19398, de 11 de novembro de 1930, todas as administrações municipais passaram a ser assistidas por Conselhos Consultivos, com o encargo de fiscalizar e verificar a regularidade dos processos e a marcha dos serviços administrativos. Posteriormente foi instituído "Departamento Estadual de Administração dos Municípios, e em 1936 foi promulgada a Lei Orgânica dos Municípios. [...] Com base nos instrumentos administrativos excepcionais previstos pela Carta de novembro de 1937, o Executivo federal passou a interferir, direta e maciçamente, em todos os níveis político-administrativos dos estados e dos municípios. (CASTRO, 1992, p. 17-18).

Através do Departamento das Municipalidades<sup>38</sup>, Amaral Peixoto fez questão de supervisionar as administrações municipais pessoalmente. Como se vê, o município de Nova Iguaçu estava inserido nos planos do novo sistema de governo implantado pelo Estado Novo, experimentando de perto as mudanças políticas compatíveis com a nova realidade do país com as intervenções estaduais na administração local.

Quanto às questões administrativas, o município passou por algumas perdas territoriais, advindas de emancipações. Na década de 1940, alguns conflitos internos levaram alguns distritos a buscarem a emancipação política administrativa de seus territórios. Foi assim que durante a guerra, o distrito de Duque de Caxias emancipou-se de Nova Iguaçu, o que também ocorreu posteriormente com o distrito de Nilópolis.

---

<sup>37</sup> Anexo I - A relação dos prefeitos municipais do estado do Rio - 1937 e 1945.

<sup>38</sup> Órgão estadual que controlava a vida econômica dos municípios. Ver Silvia Regina Pantoja de Castro, p. 10.

Foi em meio a essa realidade política que no final da década de 30 deflagrou-se a Segunda Guerra Mundial. Muitas mudanças e expectativas em um município de grande relevância econômica para seu estado, que também enfrentava problemas pontuais na área social e que recebia a notícia de um conflito que se iniciara na Europa. Esse era mais um problema que surgia, mas que, ao menos até aquele momento, parecia não lhes “dizer respeito”. A Baixada Fluminense tinha os seus próprios problemas!

#### 2.1.4 A face ideológica da guerra em *Nova Iguaçu*

A guerra foi um evento de proporções gigantescas. Iniciada na Europa, gradualmente foi arrastando vários países de todas as partes do mundo para um conflito motivado por questões ideológicas. Hobsbawm (1995) chega a denominar o conflito de *guerra civil ideológica internacional*. “Tornou-se uma guerra internacional, porque em essência suscitou as mesmas questões na maioria dos países ocidentais. Foi uma guerra civil, porque as linhas que separavam as forças pró e antifascistas cortavam cada sociedade” (HOBSBAWM, 1995, p. 117). Na visão de Hobsbawm, os países envolvidos na guerra tinham motivos diferentes ao se unirem a combater os regimes autoritários. A união entre países com objetivos e ideais tão diversos tornaram a Segunda Guerra Mundial uma guerra distinta, cuja finalidade era resguardar a democracia.

Por outro lado, o antifascismo, por mais heterogêneo e transitório que fosse sua mobilização, conseguiu unir uma extraordinária gama de forças. E o que é mais, essa unidade não foi negativa, mas positiva, e em certos aspectos duradoura. Ideologicamente, baseava-se nos valores e aspirações partilhados do iluminismo e da Era das Revoluções: progresso pela aplicação da razão e da ciência; educação e governo popular; nenhuma desigualdade baseada em nascimento ou origem; sociedades voltadas mais para o futuro que para o passado. [...] (HOBSBAWM, 1995, P. 141).

O temor da proliferação do nazifascismo no mundo gerou uma necessidade gigantesca em manter ideais iluministas e democráticos. E no Brasil não foi diferente. Não só nas capitais dos estados, mas em regiões do interior encontravam-se sentimentos dessa natureza, que foram registrados pela imprensa. Em Nova Iguaçu, *O Correio da Lavoura* revelou essa preocupação em algumas publicações.

Em abril de 1945, ainda durante a guerra, Martins de Azeredo publicou um artigo sobre as *Organizações Partidárias*. O texto fez uma observação sobre o desejo dos brasileiros e cidadãos iguaçuanos ao retorno da democracia e das associações que trabalham em prol dela.

Enquanto a Comissão de magistrados, encarregada de elaborar o Código Eleitoral, não apresenta o seu importante trabalho, ansiosamente esperado por todos os brasileiros que desejam a volta do país ao regime constitucional, vão-se arregimentando as forças políticas em dois grupos distintos, no sentido de, logo após a publicação da lei eleitoral em preparo, serem fundados dois grandes partidos nacionais – o do governo e o da oposição, - que reúnam [sic] todos os valores políticos na campanha que se avizinha para a eleição do presidente da República. (AZEREDO, Martins. Artigo publicado no CORREIO DA LAVOURA, de 08/04/1945, ed. 1464, p. 02).

O termo “*brasileiros que desejam a volta do país ao regime constitucional*” revela a crítica ao que se viveu entre 1937 e 1945. Em julho de 1945, outro artigo do mesmo autor, com título “*Impressões de uma Assembléia Popular*”, apresentou uma palavra de elogio à

democracia e à participação popular em diálogo com as autoridades na assembléia citada. “Assistimos quinta-feira última, pela segunda vez, a um belo espetáculo de democracia, embora nem todos sejam dessa opinião, porque não puderam alguns apreciá-lo devidamente, senti-lo e compreendê-lo. (AZEREDO, Martins. Artigo publicado no CORREIO DA LAVOURA, em 08/07/1945, ed. 1477, p. 02). O artigo inicia o texto com uma provocação para com as vozes divergentes. Depois descreve o encontro que marcou um momento apreciado de liberdade e participação política por parte dos populares.

O dr. Getúlio de Moura, homem público de brilhante inteligência e perfeito conhecedor dos problemas de nossa terra, compareceu à assembléia popular realizada na sede do clube Filhos de Iguassú [sic] e ali respondeu democraticamente, com os elementos de que dispunha, a todas as perguntas que lhe fizeram, perguntas amplas, formuladas com inteira liberdade. S. excia [sic]. Sentiu-se à vontade ao estabelecer esse contato com os munícipes, folgando até com o ensejo que teve de assim discutir tudo o que fosse do interesse da coletividade. (AZEREDO, Martins. Artigo publicado no CORREIO DA LAVOURA, em 08/07/1945, ed. 1477, p. 02).

O artigo refere-se ao comparecimento do então prefeito dr. Getúlio de Moura, que deu audiência ao povo iguassuano [sic], atendendo ao convite do Comitê Democrático Progressista. Na mesma edição, na primeira página, outro artigo com o título “Vocação Democrática” registrou:

Brasileiros! Na consciencia [sic] do nosso passado, onde avultam figuras edificantes: na razão gloriosa das nossas tradições, na madrugada dos nossos primeiros dias, onde se esboça o cântico de Anchieta à sombra da cruz, - aí residem as virtudes da nossa esplendida vocação democrática. [...]

Pela Pátria, na sua glória, para que não haja mais sangue, nem lágrimas, nem desesperos, todo o sacrifício, todo o desprendimento, todos os esforços. – (U.J.B.) (CORREIO DA LAVOURA, 08/07/1945, ed. 1477, p. 01 e 03).

Sobre o diálogo entre o prefeito Getúlio de Moura e a população na Assembléia Popular, mais um artigo fez alusão ao ideal de democracia. O artigo com título “Nota iguassuana [sic] – Problemas Administrativos” relata a prática democrática louvável na cidade de Nova Iguaçu.

Comparecemos à assembléia popular do dia 5 do fluente como interessados, que sempre fomos, em tudo o que diz respeito ao progresso de Nova Iguassú [sic]. E ela constituiu realmente, na vida deste Município, um fato importante e inédito, [...]. Tanto a assembléia popular se revestiu de importância que o Sr. Prefeito Municipal, com a autoridade do seu cargo, não lhe negou aprovação e até se rejubilou nessa oportunidade em debater com os munícipes, franca e lealmente, os problemas que eles desejavam conhecer em suas minúcias, como os principais colaboradores que são no desenvolvimento deste querido pedaço do solo fluminense. [...] (AZEREDO, Martins. Artigo publicado no CORREIO DA LAVOURA, em 15/07/1945, ed. 1478, p. 02).

O pós-guerra também contou com expressões de anseio pela democracia. Um editorial de dezembro de 1945, com título “Vitória da Democracia” relatou a questão da abertura democrática e da diversidade ideológica mais evidente após o fim do Estado Novo.

Nunca a palavra “Democracia” teve tanta vulgaridade, como nesses últimos dias.

Milhões de eleitores levam às urnas, com absoluta independência e dignidade pessoal, nomes respeitáveis que conduzam a bom termo a reconstrução nacional. [...]

Eclipsou-se a carência de papel na Cidade Maravilhosa. Surgiram novos jornais e periódicos [sic], de todos os matizes, em tenacíssima [sic] propaganda das virtudes dos seus patronos políticos. [...] Divorcistas, anti-divorcistas... conservadores, liberais... cristãos, materialistas... militares, anti-militaristas... todos, essencialmente democráticos! (SILVEIRA, Silvino. Editorial do CORREIO DA LAVOURA, em 02/12/1945, ed. 1498, p. 01).

Na semana seguinte o periódico, através do artigo de mesmo título, aplaudiu a vitória da democracia referindo-se à realização do Pleito após o governo do Estado Novo.

Chegou, afinal, o dia ansiosamente esperado por todos os brasileiros, que tínhamos e temos o maior interesse [sic] de ver o país dirigido com o consentimento popular. A dois do fluente, decorridos mais de dois lustros em que a liberdade de pensamento fôra [sic] tolhida por um govêrno [sic] de fato, realizaram-se as eleições para presidente da República, para senadores e deputados federais. Retomamos, assim, a nossa posição de povo livre, que tem o direito de opinar sôbre [sic] a orientação que deve seguir o país. [...] (AZEREDO, Luiz de. Artigo publicado no CORREIO DA LAVOURA, em 09/12/1945, ed. 1499, p. 01).

As palavras de Luiz de Azeredo refletiram a grandeza da conquista, e o alívio pela vitória da democracia.

[...] Demos um passo à frente para a consolidação da democracia, uma vez que pudemos dizer, por intermédio dos votos depositados nas urnas, o que sentíamos e para onde queríamos ir. A palavra foi dada ao povo e ele, comovido pelo longo silêncio que lhe impuseram e não mais se justificava naquele instante, falou como um cidadão em pleno gozo das prerrogativas que lhe confere a nação civilizada e consciente de sua missão histórica. [...]. A jornada democrática dos iguassuanos [sic], como a dos seus irmãos de outras unidades da federação, foi digna de elogios pela dignidade com que se conduziu. (AZEREDO, Luiz de. Artigo publicado no CORREIO DA LAVOURA, em 09/12/1945, ed. 1499, p. 01).

O ideal democrático é amplamente ventilado pela família Azeredo através do seu periódico, tentando registrar a caminhada do município em busca da liberdade e participação política. Anos após a guerra o Outro artigo publicado em 1954 continua expressando esse interesse.

O jornalista do interior somente mantém [sic] o seu jornal se possuir a virtude da persistência [...] Persistência na honestidade, não vendendo o seu jornal aos carreiristas profissionais da politicagem. Persistência na justiça, alcançando a voz nas escabrosidades perturbadoras do progresso municipal. Persistência no bem, agasalhando no jornal todas as campanhas de assistência social! Persistência na prática da liberdade, abrindo as colunas do jornal para todas as correntes de pensamento, sem o malfadado sectarismo contundente [...] (BARROS, Newton Gonçalves de. Artigo publicado no CORREIO DA LAVOURA, em 1954 -ed.1.933, p.1).

Esse artigo refletiu o anseio do periódico na manutenção da liberdade e o cuidado com a justiça. O conflito global representou um período não só de escassez, mas de medo, incertezas e expectativas. Um desses medos era de não conseguir retomar a tão almejada democracia. Mesmo em período posterior ao Estado Novo e à guerra, quando supostamente o país vivia um período democrático, o periódico local continuava a pontuar aspectos da



independência e autonomia de ação. Os filhos de Silvino expressaram bem esse desejo e sua satisfação quando a guerra acabou e com ela o regime ditatorial do Estado Novo.

O viés ideológico da guerra ventilou no mundo a polarização entre o autoritarismo e a democracia. Em Nova Iguaçu isso ficou muito evidente nas páginas do *Correio da Lavoura*, que levou aos seus leitores o clamor pelo regime democrático. A guerra provocou uma discussão de cunho ideológico que, se ainda não interessava a todos, cabia ao jornal tentar envolver seus leitores no tema. Quando em julho de 1945, o periódico fez uma alusão mais direta à guerra, o fez com intenção de destacar a natureza do nazismo e as sanções que o regime merecia.

A publicação com o título “O Restolho da Devastação” inicia assim: “Esta guerra deixou a Europa bem mais devastada do que a anterior.” O texto caminha pelas tragédias da guerra até chegar aos culpados. “[...] a invasão dos novos bárbaros germânicos, representaram os fatores que mais contribuíram para isso.” Caminhando para o final, o texto completa:

[...] Contudo, o principal problema não será bem esse; será o que poderíamos [sic] chamar de reabilitação do povo alemão, se bem que o termo provavelmente não esteja bem empregado. Reabilitação no sentido de total abandono das aspirações de hegemonia mundial e opressão dos povos vizinhos. (CORREIO DA LAVOURA, em 22/07/1945, ed. 1479, p. 01).

O viés ideológico foi outra forma das publicações do periódico se referirem à guerra. Além de destacar os prejuízos causados à produção da laranja, também procurou enfatizar a maior tragédia da guerra, que era a ideologia do autoritarismo que pairava por trás da devastação.

Até aqui analisamos em parte, a maneira como a guerra apareceu no *Correio da Lavoura*. A maneira esporádica como o jornal se referiu ao conflito, focalizando não a guerra em si mas alguns problemas que provocou na sociedade local, sobretudo na atividade citricultora. A maneira como omitiu notícias importantes sobre a guerra, focalizando mais os problemas internos na área social. As publicações acerca da política local, a polarização entre a aceitação e a resistência ao novo governo, destacando conquistas e conflitos, sobretudo a efervescência política durante os anos da guerra e a intervenção do governo federal e estadual, assuntos que acabaram tirando o foco das notícias sobre a guerra. Por fim, a danosa influência ideológica contrária à democracia. O próximo passo é analisar os bastidores do jornal, conhecendo seus editores, na tentativa de compreender sua postura ao noticiar os assuntos da guerra.

## 2.2 O Editor e Seu Jornal

Como surgiu o *Correio da Lavoura*? Ou melhor, quem o idealizou?

O próprio jornal falou muito de seu editor, como na ocasião do seu sepultamento, na qual sua trajetória de vida foi relembada. A morte de Silvino Hippolyto de Azeredo coincidiu com o início da guerra. Durante o conflito, o jornal já não estava mais sob seus cuidados, mas como veremos adiante, seus ideais permaneceram impregnados na folha. Por esse motivo, daremos atenção especial a maneira de pensar e aos objetivos desse homem, que dirigiu o jornal por vinte e dois anos. Na edição de 28 de setembro de 1939, o jornal dedicou boa parte da segunda página para homenageá-lo. Essa publicação é uma oportunidade de colher

informações sobre sua história. Com o título “O Passamento do Capitão Silvino de Azeredo”, o artigo destacou as homenagens póstumas prestadas ao fundador do jornal.

Às 23 hs e 25 minutos de segunda-feira ultima, veio a fallecer [sic], quando havia mais de três mezes [sic] que caira [sic] gravemente enfermo, o capitão Silvino Hippolyto de Azeredo, diretor proprietário deste jornal, e nosso grande amigo e chefe espiritual.

Bem se pode calcular o quanto representa o desaparecimento [sic] desse velho idealista para a sua numerosa – que elle [sic] muito amava – e para este município – que sempre quizera [sic] ver cada vez mais prestigiado e engrandecido. (CORREIO DA LAVOURA, 28/09/1939, ed. 1175, p. 02).

Segundo a matéria, na ocasião de seu sepultamento, muitos da cidade estiveram presentes prestando-lhe as últimas homenagens. A publicação destacou a presença de pessoas de todas as classes sociais, demonstrando a amplitude do alcance que Silvino conquistou no município. Não deixa de ser um indício importante da construção positiva de uma imagem de quem lutava pelas causas locais de seus munícipes.

Muitas pessoas conhecidas da família Azeredo e amigos do seu pranteado chefe, principalmente representantes de todas as classes sociaes [sic] deste município, logo que souberam de tão triste notícia, foram levar a [sic] família enlutada e a todos os parentes reunidos, o seu pesar e a sua saudade. (CORREIO DA LAVOURA, 28/09/1939, ed. 1175, p. 02).

Várias pessoas se pronunciaram naquele momento. O senhor Silvino Silveira, colaborador da folha, discursou representando os funcionários do jornal, além de representantes das forças armadas, política, igreja, educação e cultura da cidade. Homenagens póstumas talvez não seja a melhor escolha para colher informações sobre determinada pessoa. O momento normalmente resgata características positivas de uma maneira romântica. “[...] Morreu pobre porque só fez política em benefício da collectividade [sic]. Deixou, entretanto, para os seus numerosos filhos, um nome honrado e querido de todos.” (CORREIO DA LAVOURA, 28/09/1939, ed. 1175, p. 02). Mas a notícia descreve uma realidade presente não só no discurso que o jornal apresentou, mas também fora dele, nos relatos do envolvimento de Silvino em movimentos pelas questões locais. Silvino de Azeredo vivia no município de Nova Iguaçu, onde instalou a redação de seu jornal. Conviveu de perto com os problemas locais da região e reconhecia a importância da atividade agrícola. Seu comprometimento com as demandas locais foi registrado desde o início da circulação do periódico, quando o editor declarou os objetivos da folha, já citado no início deste trabalho.

A história do Senhor Silvino merece destaque por representar uma exceção à regra na sociedade da época. Sua história leva a crer que desde cedo venceu barreiras importantes na área social e política. É curioso como um homem negro, no início do século XX, ou seja, poucos anos após o fim da escravidão no Brasil, tenha se projetado na sociedade intelectual com a abertura de um jornal.

[...] “Silvino Hypólito de Azeredo Coutinho nasceu em Cachimbau [sic], Vila de Iguassú [sic], em 17 de junho de 1859. Filho de Cândido de Almeida de Azeredo Coutinho e Tereza Joaquina Conceição Coutinho, [...]” (CORREIO DA LAVOURA, 2007: ed s/n, 1, in ALEXANDRE, 2017, p. 04) aos oito anos de idade se viu órfão, sob a tutela de Antonio Manoel de Castro Portugal. Dentre as diversas atividades exercidas, Silvino de Azeredo cursou até o terceiro ano de Medicina e Farmácia.” (ALEXANDRE, 2017, p. 04).

Nascido no período da escravidão, descendente da família dos Azeredo Coutinho

(*Correio da Lavoura*, 28/09/1939), Silvino tem uma trajetória de superação social. Depois de ficar órfão, sob a tutela de Antonio Manoel de Castro Portugal, Silvino teve a chance de estudar e, pelos registros no jornal, aproveitou cada uma dessas oportunidades.

Foi alunno [sic] do Collegio [sic] Aquino, da Escola Polytechnica [sic], da Escola de Pharmacia [sic], professor do Lyceu Literario Portuguez, professor publico fluminense, funcionario [sic] do Laboratorio Chimico [sic], Pharmaceutico [sic] e Militar da Alfandega [sic] [...] (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1175, de 28/09/1939, p. 02).

Foi professor de matemática, revisor de jornal, atuando em várias outras áreas até chegar a um cargo público, cargo que deixou somente para abrir seu jornal.

Quando fundou o *Correio da Lavoura*, o capitão Silvino Hypolito de Azeredo Coutinho tinha a idade de 58 anos e uma trajetória intelectual relevante. Notas biográficas esparsas, comentários e homenagens feitos por colaboradores do jornal revelam parte do percurso desse intelectual, que passou por diversas instituições de ensino e de formação profissional, exerceu diversos tipos de trabalho, incluindo o ensino, e circulou pelo ambiente literário da cidade do Rio de Janeiro. (DIAS, 2014. P. 45).

Não está claro nas fontes consultadas se o editor vivia somente do jornal. Na publicação sobre seu sepultamento, a matéria destacou que Silvino *morreu pobre*, mas isso não quer dizer que tenha vivido somente do jornal, que era um semanário. Ele tinha qualificações que poderiam lhe proporcionar outras formas de ganho, no entanto, não há informações sobre isso.

Segundo o periódico, Silvino “Tomou parte activa [SIC] na campanha do abolicionismo ao lado de José do Patrocínio. E desde 1917 que vinha dirigindo o CORREIO DA LAVOURA, sem interrupção pugnando pelo progresso desse município.” (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1175 de 28/09/1939, p. 02). O *Correio da Lavoura* nasceu em meio a contradições sociais e políticas consideráveis. Não só pela cor de sua pele, mas a Primeira República foi um período, como outros anteriores, de vigilância ao trabalho da Imprensa. Vale ressaltar, como já foi visto, a nova fase de desenvolvimento do jornalismo e o teor mercantil que adquiriu após 1880. A fase artesanal ficara para trás e iniciou-se a fase industrial, que ampliou as possibilidades jornalísticas, mas suas demandas exigiam novas posturas.

[...] Compreendem os editores que o âmbito restrito estabelecido pelo jornalismo sem muitas pretensões, mais literário e mais político, não atende às novas necessidades da sociedade brasileira, que vai conhecendo os avanços das comunicações e vai capacitando-se da função do jornalismo como veículo de comunicação em massas. Aceitam, afinal, que a imprensa deve ser veículo de interesse público e não, exclusivamente, veículo de interesses individuais ou de frações. Ademais, a profissionalização também surge no cômputo dos novos valores. (BAHIA, 1964. P. 47).

O termo “comunicação em massa” reflete outra face das transformações do novo formato jornalístico. O editor precisou ficar atento às mudanças e caminhar em paralelo com a modernidade, visando o interesse público, sem perder sua postura política, além de prover seu sustento, já que a nova fase exigia maiores investimentos para suprir as necessidades tecnológicas. Muitas vezes, jornais que não contavam com o capital do governo, ficavam em situação bem difícil. O periódico de Nova Iguaçu surgiu em meio a esse turbilhão de

acontecimentos que dificultavam o trabalho jornalístico. Além dessas questões políticas e econômicas, o fato de um intelectual negro assumir um semanário na Primeira República já configura um desafio gigantesco. Um artigo de Jota Hess publicado em edição especial de aniversário do jornal destacou:

Iniciado em um meio hostil, onde tantos outros já haviam surgido e succumbido [sic], tudo indicava irremediável fracasso; quiçá aos que não podiam calcular a formidável força que é a fé, a poderosa alavanca que é o ardente entusiasmo [sic] e o extraordinário [sic] valor de ambos quando aliados [sic] numa mesma alma devotada ao bem. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 731, de 22/03/1931, p. 01).

A força que o fez vencer pode ter fornecido a experiência necessária para que seus descendentes conseguissem transpor outras barreiras impostas pela política vigente na década de 1940. A Associação Médica de Nova Iguaçu atesta em artigo, que muitos jornais surgiram em Nova Iguaçu no período entre 1917 e 1935, mas com curta duração, nenhum deles chegou ao centenário como o *Correio da Lavoura*. (TAVARES, 2017 - AMNI).<sup>39</sup> A história de seu fundador pode explicar a capacidade de persistência do periódico. Mas isso não é suficiente para explicar sua longevidade. Existem outros fatores a se considerar.

Entre 1917 e 1935, estima-se que 45 jornais haviam sido criados em Nova Iguaçu, distrito-sede do município de Iguaçu, mas apenas um não havia sido extinto: *Correio da Lavoura*. Na opinião dos colaboradores do jornal, isso era devido à condução impressa ao semanário por seu fundador, o capitão Silvino de Azeredo. Em sucessivas ocasiões, ratificava-se a linha “independente”, “apartidária” adotada no jornal, compromissada apenas com o programa de objetivos inscrito na primeira edição. As bandeiras proclamadas consistiam na defesa da lavoura, da higiene e da instrução. (DIAS, 2014, p. 42)

Pelas informações acima, no período da guerra somente o *Correio da Lavoura* circulava no município de Nova Iguaçu e suas páginas registraram um Silvino atento a questões sociais de sua cidade. Colaboradores do jornal defendem que o interesse nos problemas da cidade e a postura independente podem ter contribuído para a longevidade da folha. Amália Dias (2014) pontua que a região passou por uma *nova ordenação* a partir das atividades agrícolas, com o apoio da instrução, conferindo-lhe uma nova fase de desenvolvimento que ergueu a economia não somente da cidade, mas do estado do Rio de Janeiro, e o jornal foi extremamente relevante, sendo parte ativa nesse processo. Silvino esteve focado em melhorar as condições de vida da região. Isso já configura um motivo para que seus leitores mantivessem o interesse no jornal.

Atento a promoção do ensino em Nova Iguaçu, Silvino Azeredo fundou uma escola noturna e tornou-se uma das lideranças no movimento pelo campo, saúde e instrução na região. Atrelado ao ruralismo, sua linha editorial defendeu o rompimento com a lavoura obsoleta e a plena modernização da agricultura nacional na Primeira República.” (TAVARES, 2017 - AMNI).

Além disso, o fato de só haver o *Correio da Lavoura* na cidade, na época, indica amplo consumo de suas tiragens por não haver concorrência. Além disso, essa informação reforça sua relevância como única opção de periódico local para o estudo da região no período da guerra.

---

<sup>39</sup> TAVARES, Adilson. CORREIO DA LAVOURA CEM ANOS. Artigo escrito por AMNI, em 15 de Abril de 2017. Fonte: <http://amni.org.br/correio-da-lavoura- cem-anos/>, acesso em Abril de 2018.

O jornal, fundado por Silvino Hipólito de Azeredo, era publicado semanalmente às quintas feiras, sendo posteriormente distribuído aos domingos. A última edição de quinta-feira foi a 1190 de 11/01/1940. Três dias depois, em 14 de janeiro foi distribuída a primeira edição dominical – a de número 1191. Atualmente, como já foi dito, o jornal é publicado aos sábados. O formato do semanário variou algumas vezes. Inicialmente com 04 páginas, foi ampliando para 08, chegando a 11 páginas, podendo alcançar o número de 17 como ocorreu na edição 1254 de 30 de março de 1941. Sua estrutura apresentava várias colunas, entre elas uma denominada *Vida Social*, que relatava assuntos do cotidiano, costumes, datas especiais, etc, se encarregando da divulgação das vivências e da estrutura da sociedade iguaçuana. Também havia o espaço da *prefeitura* e assuntos oficiais, sem contar com a coluna específica voltada para o lavrador. O periódico dedicava boa parte de suas páginas também a questões políticas, entretenimento, higiene e saúde.

O grupo do *Correio da Lavoura* vivenciou a fase do desenvolvimento econômico da região e sua relevância no cenário estadual. Da mesma forma, também presenciou a queda da produção citricultora, sua crise comercial e a fase da comercialização de lotes, que transformou a estrutura física da região. Posteriormente o município também incorporou a industrialização resultando em grandes transformações.

Novamente, colaboradores e jornalistas do semanário interviram na produção da história local. Sob a luz de uma cidade em transformação, Luiz Azeredo e outros intelectuais retrataram no *Correio da Lavoura* as mudanças em curso com o objetivo de reiterar o papel deste grupo na história da região.” (ALEXANDRE, 2017, p. 15).

Está clara a relevante contribuição do jornal para a história da região. E embora haja a necessidade da utilização de outras fontes, seu conteúdo é de extrema importância e sua funcionalidade para a historiografia é indiscutível, essencial para os estudos locais.

O evidente interesse de Silvino de Azeredo, seu fundador, na discussão da relação do homem com o campo tem o objetivo de promover uma valorização do mundo rural. A imagem negativa que se tinha do sertanejo na época em que Silvino iniciou as atividades do *Correio da Lavoura*, precisava ser desconstruída.

Quando se falla [sic] em agricultura ou em lavoura, quando se pronuncia a palavra *campo* ou *roça*, o habitante da cidade tem como que um arripio de horror. Para elle [sic] a roça é a miseria [sic], a falta de conforto, a tristeza e para muitos até a fome!

[...] Mas também, porque os nossos homens publicos [sic] não estimulam, não ajudam, não olham como merecem, aos lavradores e agricultores?

Porque não tratam com mais carinho aquella [sic] que será a maior fonte de riqueza do Brasil? (CORREIO DA LAVOURA, ed. 25, de 06/09/1917, p. 01)

O editor tentou mudar esse quadro, valorizando o trabalhador rural e promovendo uma verdadeira campanha pela saúde e instrução, elementos, segundo ele, condicionais não só para melhorar a vida dessa parcela da população, mas também para o desenvolvimento da região e do país.

O jornalista captou as necessidades da região e procurou participar de ações que ajudassem a solucionar os problemas. O *Correio da Lavoura* revelou a interação do jornalista com seu meio. Desde a década de 1920, Silvino Azeredo participou de momentos importantes na cidade como na formação de uma escola noturna de ensino gratuito para adultos. O periódico fez alusão à importância de combater o analfabetismo.

O combate ao analfabetismo [sic] deve ser uma das mais constantes preocupações deste momento histórico. Vozes autorizadas [sic] erguem-se de toda a parte, para [...] difusão do ensino primário entre as classes proletárias. A instrução pública é uma necessidade tão profundamente ligada à existência [sic] de um povo politicamente organizado [sic] [...] Sem Ella [sic] se annullam [sic] às mais legítimas aspirações de um povo no tocante ao polimento de seus costumes, à soberania de suas leis, à cultura de sua intelligencia [sic], ao possível aperfeiçoamento, em ultima analyse [sic], do seu estado social. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 260 de 09/03/1922, p. 01) “

A importância que dava à educação foi transmitida a seus filhos, que passaram a administrar a folha após sua morte, e está impressa nessas palavras: “Continua na ordem do dia a solução do importante problema do ensino, intimamente ligado á grandeza do Brasil de amanhã.” (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1243, de 12/01/1941, p. 01). Durante a guerra, quando muitos assuntos sobre o conflito circulavam em vários outros jornais da capital federal, o *Correio da Lavoura* não deixou de destacar a instrução desde a alfabetização até o ensino superior, demonstrando preocupação com a instrução de maneira geral.

Uma das mais prementes necessidades do país é a estruturação de um ensino profissional, em condições de prover as exigências de nosso desenvolvimento.

[...] Faltava-nos como nos falta ainda, possibilidade de interessar os moços brasileiros no aprendizado técnico e profissional. [...] É que sem laboratórios, sem museus, etc, é impossível interessar nossos moços no aprendizado científico. [...] (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1219 de 28/07/1940, p. 01).

O mesmo assunto foi abordado, meses depois, com a publicação de um artigo de Valério Giuli destacando a dificuldade dos jovens fazerem a escolha profissional.

Um dos problemas sérios que o homem deve resolver, no período de sua juventude, é o da sua escolha profissional. [...] O Estado Novo percebeu a magnitude do assunto e já elaborou um ante-projeto de decreto-lei federal que prevê, durante o curso primário, um curso pré-vocacional. [...] Assine o sr. Presidente da República o citado decreto-lei e ponha-o em imediata execução para que o brasileiro seja, num futuro breve, o “homem devido no lugar devido.” (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1230, de 13/10/1940, p. 01).

Sobre o ensino primário umas palavras se destacaram: “[...] Todos devem se unir afim de que a educação e a instrução possam ser ministradas às crianças, com resultados satisfatórios.” (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1258, de 27/04/1941, p. 01). E um artigo de Marina Tricânico destacou:

Seres curiosos e delicados, cuja tática educacional merece mil cuidados, são as crianças observadas cuidadosamente por parte dos psicólogos [sic] e estudiosos, [...].

Só uma educação perfeita poderá fazer desse ser em formação alguma coisa de bom e útil [sic] à sociedade em que vive. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1244, de 19/01/1941, p. 01).

Referindo-se ao ensino superior, um artigo de Silvino Silveira com o título *Doutores em Excesso [sic]?* destacou as falhas no processo de expansão do ensino superior no Brasil.

O ensino superior, não obstante o carinho que lhe tem dispensado a Nova República, apresenta aspectos falhos e que pedem as mais sérias providencias das altas autoridades competentes.

[...] No Brasil não há excesso de doutores. “O país precisa de diplomados no interior”, segundo afirmou recentemente em memorável discurso o Presidente

Getúlio Vargas. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1240, de 22/12/1940, p. 01).

Seu destaque era para a promoção do ensino superior no interior do país. A região em que vivia também precisava ser contemplada com esse nível de ensino. Em muitas outras edições o periódico exibiu publicações enaltecendo o valor da educação, cuja carência foi comparada a uma tragédia. Um artigo de Silvino Silveira com o título *A Educação do Povo* denuncia essa carência.

A ignorância é uma calamidade publica como a guerra, a peste, os cataclismos, e não só uma calamidade, como as tempestades seguidas de bonança; mas a ignorância é qual o cancer [sic], que tem a volúpia da tortura no corroer celula a celula [sic], fibra por fibra, inexoravelmente, o organismo; dos cataclismos, das pestes e das guerras se erguem os povos para as bençãos [sic] da paz e do trabalho; na ignorância se afundam cada vez mais para a subalternidade e a degenerescencia. [sic] [...] Ou o Brasil a encara como uma calamidade nacional e lhe acode com o socorro imediato ou estará irremediavelmente batido na concorrência [sic] com as nações cultas. [...]. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1257, de 20/04/1941, p. 01).

São diversas publicações sobre a importância da instrução e formação, especialmente para a cidade de Nova Iguaçu, tão carente nessa área, já que as escolas existentes não atendiam à população total do município.

A saúde também teve seu destaque. Silvino Azeredo esteve envolvido em projetos importantes e procurou enfatizar assuntos relativos à saúde no município. Uma publicação mencionou sua participação em uma reunião convocada pelo prefeito, na época o Sr. Arruda Negreiros, a fim de discutir a construção do hospital.

A velha campanha por nós encetada há annos [sic] com o fim de se fundar em nossa cidade um Hospital, parece que caminha para uma solução pratica, graças a boa [sic] disposição em que se acha o Sr. Prefeito na sua realização [sic]. Abrindo a discussão em torno do momentoso assumpto [sic] S. S. reuniu em seu gabinete de trabalho, na tarde de sabbado [sic] passado, alguns cavalheiros de prestígio em nossas variadas camadas socieaes [sic], tomando parte na reunião, a convite do chefe do governo local, o director [sic] desta folha. [...]” (CORREIO DA LAVOURA, ed. 724, de 29/01/31, p. 01).

Cinco meses depois, o jornal publicou “ [...] há 10 annos [sic] iniciamos por estas columnas[sic] intensa campanha em prol de um hospital para Iguassu [sic], reclamando dos poderes públicos sua atenção para tão magno problema. [...]”. (CORREIO DA LAVOURA ed. 745 de 25/06/1931, p. 01). Na ocasião, foi lançada a pedra fundamental para a construção do primeiro hospital da cidade, durante a visita de Getúlio Vargas ao município.

O empenho de Silvino de Azeredo com a causa da saúde talvez seja também reflexo de sua formação na área de Farmácia. Seu interesse nas carências e projetos do governo em torno do tema transparece nas publicações do semanário, mesmo após seu passamento.

Uma noticia é nos grato registrar: os artigos que publicamos sobre os “Postos de Puericultura” despertaram o Maximo interesse entre todos os espíritos atentos ás necessidades da coletividade. Terminamos com o artigo de hoje, a serie [sic] sobre “Postos de Puericultura”, essas beneméritas instituições destinadas a cumprir, em cada município brasileiro, o papel mais decisivo na luta pela infância.

Agora é trabalhar! [...]

As pessoas dotadas de boa vontade devem se reunir e formar, em cada município, uma sociedade ou associação para cuidar da maternidade e da infância. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1229 de 06/10/1940, p. 01).

A imprensa desempenha um papel importante na divulgação de campanhas na área de saúde e educação. O assunto costuma ser discutido de maneira crítica quando é amplamente ventilado na mídia. É importante destacar esse reconhecimento. O periódico preencheu essa lacuna quando serviu de veículo de informação e também divulgação de necessidades de um grupo específico. Um exemplo que ocorreu durante a guerra foi uma publicação sobre o Instituto Ortopédico Barbosa Viana, que fez homenagem à imprensa enviando uma carta à redação do *Correio da Lavoura*, agradecendo pelo seu trabalho social ao ajudar aqueles que recorrem à mídia para campanha aos mutilados, que tiveram seus produtos de apoio encarecidos com o início da guerra.

Embora tenha se agravado enormemente o problema com a crise provocada pela guerra europeia [sic] que encareceu exageradamente, todos os materiais, ao mesmo tempo que aumentou o custo medio [sic] da vida, empobrecendo a todos, resolvemos manter no corrente ano, a instituição do Natal dos Mutilados [...]. Em homenagem especial á Imprensa para quem recorrem, sempre, os desvalidos da sorte, pela certeza de nunca ser em vão o seu apelo, escolhi este meio de seleção para a escolha dos beneficiários. O mutilado que for indicado por esse jornal, gozará de um abatimento de 50% em qualquer tipo de membro artificial de allumínio [sic] estampado, [...] (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1232, de 27/10/1940, p. 01).

Nessa homenagem o enfoque está no problema para se conseguir materiais médicos (próteses), dificuldade que se intensificou com as demandas da guerra. Como veículo de informação, o *Correio da Lavoura* serviu de ponte entre o Instituto e os mutilados. Novamente aqui se vê uma maneira de perceber do conflito. Considerada uma guerra “europeia” sua presença só era lembrada quando se via os problemas acontecerem por causa dela. No jornal, a referência ao conflito costumava permanecer nessa esfera distante.

Os surtos também foram assuntos destacados pelo jornal. Um artigo de Silvino Silveira deu ênfase ao problema da malária.

Será condenável falta de patriotismo desconhecer-se ou negar-se os meritórios esforços do Governo da República, chefiada pelo Sr. Getúlio Vargas, na luta travada, sem tréguas, para desbaratar todas as endemias que de ha muito vêm ceifando preciosas vidas, das mais humildes às mais elevadas camadas sociais. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1282, de 12/10/1941, p. 01).

Não foram poucos os artigos que deram destaque aos problemas de saúde e educação nas páginas do jornal, mesmo durante a guerra, quando o enfoque da folha continuou nos problemas locais. Um artigo de Wilson Rivadávia destacou: “Os dois grandes problemas do Brasil ainda são a instrução e a saúde. Sadios e alfabetizados pularemos vertiginosamente por cima de todos os entraves que contrariam a nossa civilização e a nossa cultura.” (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1284, de 26/10/1941, p. 01).

Os problemas amplamente mencionados refletiram os objetivos, as intenções e os interesses do semanário em voltar-se para as questões que afligiam a sociedade em que estava inserido, voltar-se para seus próprios problemas, que, provocados pela guerra ou não, faziam parte da realidade de seus leitores.

Silvino de Azeredo faleceu em 1939, aos 80 anos de idade e a geração seguinte deu continuidade ao seu trabalho, como bem pontuou a AMNI, por ocasião da comemoração do centenário do jornal.

A família Azeredo sempre esteve à frente da empresa. Após Silvino vieram Avelino Azeredo e Luiz Azeredo, que durante muitos anos conduziram com maestria a tarefa



herdada do pai. Duas outras gerações se encarregam atualmente de continuar o trabalho. Robinson Belem de Azeredo (filho de Avelino de Azeredo é o editor-chefe e seu filho Vinícius Menezes Azeredo é responsável pela direção comercial). (AMNI).<sup>40</sup>

Dentre os colaboradores do semanário há que se destacar seus filhos Avelino e Luiz Azeredo, já que, no período da guerra, foram eles os administradores do jornal.

Avelino Martins de Azeredo assinava como diretor-gerente, enquanto Luiz Martins de Azeredo foi redator-secretário e em 1940 passou a diretor-redator e logo depois diretor-secretário. Luiz Martins de Azeredo fez parte da ABI e membro fundador da Arcádia Iguaçua.<sup>41</sup> Não é difícil perceber o posicionamento de Luiz Martins de Azeredo a favor da democracia, por seus inúmeros artigos mencionados acima, nos quais enaltece os ares democráticos ventilados durante os anos do conflito global.

Com esse panorama do município de Nova Iguaçu, sua realidade econômica, social e política, e com uma breve explanação da vida do editor do Jornal seus objetivos e aspirações, podemos nos concentrar na análise do momento em que a guerra se tornou mais real para o Brasil e para os moradores da região da Baixada Fluminense. Qual terá sido a postura do jornal ao noticiar os torpedeamentos no mar do Brasil? E qual foi a percepção dos iguaçuanos sobre a guerra após a divulgação dessas notícias?

---

<sup>40</sup> AMNI (Associação Médica de Nova Iguaçu). Correio da Lavoura cem anos. Artigo de 15 de abril de 2017. Retirado do site: <http://amni.org.br/correio-da-lavoura-cem-anos/> Acesso em novembro de 2017.

<sup>41</sup> Arcádia Iguaçua de Letras (AIL) – instituição situada no município de Nova Iguaçu entre os anos de 1955 e 1970.

## CAPÍTULO III – A PERCEPÇÃO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NA BAIXADA FLUMINENSE

### 3.1 A Natureza da Guerra – Guerra Total e Suas Consequências Sociais

Destacar a natureza da guerra pode servir de parâmetro para compreender a percepção que os iguaçuanos tiveram do conflito e a que distância essa percepção ficou da realidade, a partir das publicações do *Correio da Lavoura*. No entanto, vale ressaltar que a noção de realidade é relativa. A visão do que foi a guerra para os participantes ativos nos campos de batalha é diferente da visão de quem assistiu de longe, sofrendo suas consequências de forma indireta. A proposta aqui é mostrar a maneira como a guerra chegou à Baixada Fluminense através do jornal e como as informações forjaram a percepção da guerra em seus leitores. De qualquer maneira, o conceito de *Guerra Total* de Hobsbawm (1995) foi escolhido por conter uma boa explicação da dimensão dessa guerra, independente da percepção que se teve dela.

Nós, que sobrevivemos aos Campos, não somos verdadeiras testemunhas. [...] Nós, sobreviventes, somos uma minoria não só minúscula, como também anômala. Somos aqueles que, por prevaricação, habilidade ou sorte, jamais tocaram o fundo. Os que tocaram, e que viram a face das Górgonas, não voltaram, ou voltaram sem palavras.<sup>42</sup>

As guerras deflagradas na primeira metade do século XX foram eventos grandiosos e que geraram impactos profundos na história mundial. O texto acima é de um contemporâneo da Segunda Guerra, que em sua declaração considera experiências como a dos campos de batalha situações inenarráveis, já que os sobreviventes não teriam condições de expressar o que viveram, nem de representar as vítimas fatais. O impacto intenso, terrível e profundo da guerra também está marcado em outro depoimento citado por Hobsbawm (1995): “[...] este foi o século mais violento da história humana”<sup>43</sup>. O fato é que o período que compreende os dois conflitos mundiais foi considerado por muitos como um evento de proporções incomparáveis com qualquer outro que possa ter havido no mundo em períodos anteriores. Na declaração de Hobsbawm (1995), as grandes guerras formaram um período único de conflito que durou mais de 30 anos, e que representou um divisor de águas na história das guerras no mundo e seus resultados para a sociedade.

Não foi o fim da humanidade, embora houvesse momentos, no curso dos 31 anos de conflito mundial, entre a declaração de guerra austríaca à Sérvia, a 28 de julho de 1914, e a rendição incondicional do Japão, a 14 de agosto de 1945 — quatro dias após a explosão da primeira bomba nuclear —, em que o fim de considerável proporção da raça humana não pareceu muito distante. Sem dúvida houve momentos em que talvez fosse de esperar-se que o deus ou os deuses que os humanos pois

---

<sup>42</sup> *Primo Levi (Escritor, Itália)*. Palavras do escritor grafadas na primeira parte do livro *A era dos extremos - O SÉCULO: VISTA AÉREA - Olhar panorâmico - DOZE PESSOAS VÊEM O SÉCULO XX*. In HOBSBAWM, 1995.

<sup>43</sup> *William Golding (Prêmio Nobel, escritor, Grã-Bretanha)*. Palavras do escritor grafadas na primeira parte do livro *A era dos extremos - O SÉCULO: VISTA AÉREA Olhar panorâmico DOZE PESSOAS VÊEM O SÉCULO XX*. In HOBSBAWM, 1995.

acreditavam ter criado o mundo e tudo o que nele existe estivessem arrependidos de havê-lo feito. (HOBSBAWM, 1995. P. 24,25)

O conceito de *Guerra Total* de Hobsbawm é entendido como uma situação beligerante com características específicas. As Guerras Mundiais representaram uma inflexão na história, alteraram a geografia e trouxeram profundas consequências sociais. A primeira experiência iniciada em 1914 deixou marcas suficientes para que as pessoas evitassem até a lembrança do conflito, mas os fatos seguintes demonstram que as nações não conseguiram conter a atmosfera beligerante. O horror se prolongou de maneira silenciosa até se manifestar de forma cruel, repetindo a experiência temida por todos, a partir de 1939.

Segundo Hobsbawm (1995, p. 25, 26), “A Primeira Guerra Mundial envolveu todas as grandes potências, e na verdade todos os Estados europeus, com exceção da Espanha, os Países Baixos, os três países da Escandinávia e a Suíça.” Traçando um paralelo com a Segunda Guerra, o autor completa: “É quase desnecessário demonstrar que a Segunda Guerra Mundial foi global. Praticamente todos os Estados independentes do mundo se envolveram, quisessem ou não [...]” (HOBSBAWM, 1995, p. 26). Tal como ocorrera em 1914 a 1918, a Segunda Guerra Mundial teve características peculiares por se tratar de uma guerra de período prolongado, causando um número gigantesco de mortes, com invasão de muitos territórios e com muitas nações envolvidas. A partir do conceito de *Guerra Total*, podemos entender a dimensão do conflito, o grande envolvimento de indivíduos de todas as partes do mundo e o comprometimento econômico dos Estados Nacionais.

Foram milhares de homens envolvidos diretamente com o conflito, representando uma fração significativa da população, além da participação de outros tantos no esforço de guerra.

“O monstro da guerra total do século XX não nasceu já do seu tamanho. Contudo, de 1914 em diante, as guerras foram inquestionavelmente guerras de massa. Mesmo na Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha mobilizou 12,5% de seus homens para as Forças Armadas, a Alemanha 15,4%, e a França quase 17%. Na Segunda Guerra Mundial, a porcentagem de força humana total que foi para as Forças Armadas esteve muito geralmente nas vizinhanças de 20% (Milward, 1979, p. 216).” (HOBSBAWM, 1995, p. 42).

O número de indivíduos que participaram da guerra é tão assustador quanto os valores monetários envolvidos. Os custos da guerra foram refletidos no grande número de países que reorientaram sua economia em função do conflito. Fazendo uma análise das guerras modernas, como as que ocorreram no século XX, Hobsbawm explica a amplitude do comprometimento econômico e social que a guerra representou.

Temos como certo que a guerra moderna envolve todos os cidadãos e mobiliza a maioria; é travada com armamentos que exigem um desvio de toda a economia para a sua produção, e são usados em quantidades inimagináveis; produz indizível destruição e domina e transforma absolutamente a vida dos países nela envolvidos. (HOBSBAWM, 1995, p. 41).

A *Guerra Total* também diz respeito ao objetivo de destruição total do inimigo, que diferenciava essas guerras dos conflitos ocorridos na Europa ao longo dos cem anos anteriores.

Com todo esse comprometimento, não há como excluir da análise o impacto social, responsável por transformações profundas na vida e no cotidiano da sociedade. Sem mencionar as restrições alimentares e de locomoção que parte da população mundial sofreu,

merece destaque a forma como a vida do trabalhador foi afetada pela guerra. Alguns trabalhos historiográficos vêm abordando esse tema, como as pesquisas de Alexandre Fortes, que tem contribuído para dar destaque a uma realidade que alterou a vida de milhares de pessoas devido a questões trabalhistas advindas do impacto da guerra no Brasil.

As transformações econômicas produzidas pela guerra se associaram a outras características do esforço de guerra para criar condições favoráveis à produção de importantes mudanças no que diz respeito ao lugar dos trabalhadores na sociedade brasileira. A combinação do deslocamento massivo para novas frentes de trabalho contribuía por si só para dar uma nova configuração à classe trabalhadora. (FORTES, 2014, p. 13).

A grande quantidade de processos criminais da época podem atestar algumas situações de desconforto geradas por consequência do conflito. Uma pesquisa realizada entre os trabalhadores de Belo Horizonte, por exemplo, realizada pela historiadora Patrícia Alcântara<sup>44</sup>, que vem estudando os resultados da guerra no cotidiano dos trabalhadores dessa cidade, tem uma contribuição fundamental para uma visão mais específica e prática desse impacto. Utilizando processos trabalhistas durante a guerra, detalhes do cotidiano desses trabalhadores foram revelados. Alguns resultados já podem ser vistos em sua dissertação, que destaca problemas como racionamentos, desempregos, reduções salariais e dificuldades dos trabalhadores cidadãos dos países do Eixo em permanecerem em seus postos. Alguns trabalhadores tiveram seus serviços interrompidos devido às depredações em propriedades alemães, italianas ou japonesas. (ALCÂNTARA, 2018). Esse fato diz respeito ao movimento nacionalista que alimentou o ódio pelas nações inimigas. Esse movimento motivou o alistamento voluntário, que representou uma das consequências do impacto social da guerra.

Algumas situações representaram uma mudança permanente como o deslocamento de mulheres para o trabalho fora de casa, como registra Hobsbawm.

[...] Mesmo em sociedades industriais, uma tão grande mobilização de mão-de-obra impõe enormes tensões à força de trabalho, motivo pelo qual as guerras de massa fortaleceram o poder do trabalhismo organizado e produziram uma revolução no emprego de mulheres fora do lar: temporariamente na Primeira Guerra Mundial, permanentemente na Segunda. [...] (HOBSBAWM, 1995, p. 42).

Embora não seja o enfoque aqui, vale ressaltar que a guerra provocou uma reflexão em torno do mundo do trabalho, promovendo um movimento de organização e busca por direitos perdidos. O conceito de *Guerra Total* explica a dimensão de uma guerra que mudou a vida das pessoas. A Segunda Guerra Mundial destruiu a Europa e se irradiou para as Américas envolvendo o continente ocidental. Essa dimensão nos faz refletir sobre o seu significado para diversas regiões do mundo. Sendo um conflito de tamanha amplitude, há de se pensar na forma como seu impacto pode ter respingado nos diversos continentes, nos países da América Latina, no Brasil, e em regiões fora da realidade das grandes capitais como a Baixada Fluminense.

O mundo estava lutando contra um inimigo comum, considerado uma grande ameaça às liberdades.

---

<sup>44</sup> ALCÂNTARA, Patrícia Costa de. Os Conflitos de um Conflito: processos trabalhistas ajuizados nas Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ, 2018.

O que uniu todas essas divisões civis nacionais numa única guerra global, internacional e civil, foi o surgimento da Alemanha de Hitler. Ou, mais precisamente, entre 1931 e 1941, a marcha para a conquista e a guerra da aliança de Estados — Alemanha, Itália e Japão, da qual a Alemanha de Hitler se tornou o pilar central. E a Alemanha de Hitler era ao mesmo tempo mais implacável e comprometida com a destruição dos valores e instituições da “civilização ocidental” da Era das Revoluções, e mais capaz de levar a efeito seu bárbaro projeto [...]. (HOBSBAWM, 1995, p. 118).

Esse “pilar central” passou a ser o principal elemento de conflito na guerra e precisava ser combatido. O inimigo declarado por grande parte da Europa utilizou suas armas contra várias nações europeias e foi além, atravessando o oceano, chegando às Américas, alcançando também os mares brasileiros.

Antes dos ataques do Eixo, apesar da Segunda Guerra Mundial ter sido considerada um evento terrível, seu impacto no Brasil foi sentido de maneira indireta. Atingia a área de exportação e abastecimento interno provocando falta de produtos básicos e carestia. Mas o que aconteceu a partir de março de 1941, quando navios brasileiros começaram a ser atingidos pelas forças do Eixo foi mudando aos poucos a percepção da sociedade sobre o conflito, embora, na região de Nova Iguaçu, essa percepção de proximidade com a guerra tenha provavelmente demorado um pouco mais para acontecer, devido a maneira como o periódico local apresentou o conflito.

Uma forma de ataque que se tornou comum durante a Segunda Guerra foi o afundamento de navios com a intenção de prejudicar o abastecimento dos países inimigos. As manchetes do jornal *O Diário de Pernambuco* estamparam frases destacando a guerra submarina de Hitler (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 00069 de 28/03/1941). Muitos navios foram bombardeados por aeronaves ou torpedeados por submarinos no Mediterrâneo e no Atlântico Norte. A mesma edição do jornal revelou que de janeiro a julho de 1942, cerca de trezentos navios aliados foram atacados no litoral do Atlântico.

Nessa conta incluíam-se em torno de 12 navios brasileiros que entre fevereiro e julho de 1942 foram afundados nessa região.<sup>45</sup> Mas os ataques começaram muito antes. Em março de 1941, O navio *Taubaté* da marinha mercante brasileira foi atacado por um avião da Luftwaffe no Mar Mediterrâneo, causando uma morte. O conferente José Francisco Fraga foi considerado, segundo o documentário de Erik de Castro, a primeira vítima brasileira da Segunda Guerra Mundial.<sup>46</sup> Outro navio com fim trágico foi o *Cabedelo*, que desapareceu no mesmo período em alto mar com 54 pessoas a bordo. O mistério em torno desse navio causou controvérsias sobre um possível ataque alemão.

Esses dois casos não foram muito divulgados. Analisando alguns jornais da época, percebe-se a ausência de notícias sobre o ocorrido, inclusive no *Correio da Lavoura*, mas tais eventos representaram motivos de preocupação para as autoridades brasileiras, pois sinalizavam um marco ou momento de inserção do Brasil nos horrores da guerra.

---

<sup>45</sup> CASTRO, Erik de. O Brasil na Batalha do Atlântico – As Marinhas de Guerra e Mercante na Segunda Guerra Mundial. Documentário do Ministério da Cultura, BSB Cinema e Panda Produções.

<sup>46</sup> IDEM.

### 3.2 A Percepção da Guerra no Brasil

A partir de fevereiro de 1942, os ataques tornaram-se mais frequentes. Diversos navios brasileiros foram seguidamente atacados de forma brutal.

Os sobreviventes do navio brasileiro ‘Buarque’ revelaram que o mesmo navegava em direção ao norte, depois de ter passado pelo Estado do Pará no dia 1 de fevereiro. Subitamente foi avistado um submarino ao largo da costa atlântica, pouco depois da meia-noite de sábado [...] Depois de meia hora, o submarino disparou o primeiro torpedo [...] Quinze minutos após, um novo torpedo atingiu a casa de máquinas, que explodiu, tendo o ‘Buarque’ afundado quase imediatamente [...] (CORREIO DA MANHÃ, ed. 14508 de 19/02/1942, p. 01).

Notas como essa repetiram-se por semanas em diversos jornais do país, noticiando ataques a outros navios brasileiros. Depois do *Buarque*, os alvos foram os navios *Olinda*, *Arabutã*, *Cairú*, *Parnaíba*, *Comandante Lira*, *Gonçalves Dias*, *Alegrete*, *Pedrinhas*, *Tamandaré*, *Barbacena* e *Piave*. Esse quadro despertou as autoridades brasileiras para a necessidade de defesa. Alguns governantes estaduais começaram a tomar providências a fim de prevenir atos de agressão em terra. Na capital pernambucana,

[...] o general Mascarenhas de Moraes, comandante a 1ª Região Militar designava o general Demerval Peixoto, comandante da 1ª Brigada de Infantaria do Recife, para implementar, a partir de março, os primeiros exercícios de defesa para o caso de um ataque ao continente. [...] (SANDER, 2011, p. 64).

Providências como o *Black-out* na capital pernambucana se tornaram frequentes. Em Belém houve um movimento em torno da área de proteção em suas bases militares e numa reunião sobre a situação de segurança da cidade,

Foram analisados mapas detalhados da base e da periferia de Belém, usados para a definição da localização de baterias antiaéreas, faróis e aparelhos de escuta. Costa explicou que o planejamento de defesa da base fora aprovado no Rio de Janeiro, mas que os equipamentos solicitados aos EUA ainda não haviam sido recebidos. Isso incluía botes *Mosquito* e aviões de busca necessários para patrulhar fronteira com Guiana Francesa, os afluentes dos rios Amazonas e Pará, além da parte sul da costa Atlântica do Pará, onde submarinos tinham sido avistados. Três unidades de artilharia costeira seriam criadas, de tamanho e localização a depender das observações feitas com os botes. (FORTES, 2016, p. 94)

Em julho de 1942, a movimentação nas bases militares tanto de Belém como de Natal girava em torno do reforço na segurança contra ataques aéreos ou marítimos. O governo federal, por sua vez deu continuidade ao processo de negociações e acordos com os Estados Unidos em busca de apoio e proteção. Em meio a esses acordos, a relação entre os dois países se estreitaram. Enquanto ao Brasil caberia investir esforços no fornecimento de matérias primas importantes para as demandas da guerra, os Estados Unidos garantiriam verbas para o setor industrial no Brasil. Como parte desse processo foi estabelecida a formação de uma companhia de desenvolvimento da bacia amazônica, com a finalidade de aumentar a produção de borracha.

A relação dos Estados Unidos com o Brasil foi muito além de acordos documentais ou decretos. Houve uma verdadeira interação entre soldados de ambos os lados. O estabelecimento de bases militares no litoral nordestino e em Belém forçou essa interação.

Grupos americanos desembarcaram no Nordeste brasileiro para, a princípio, inspecionar aeronaves que partiriam para a Europa (via África). Porém, essa interação apresentou algumas dificuldades. Na visão de João Falcão<sup>47</sup> a relação inicial não foi muito positiva. O grupo, que na verdade era de fuzileiros armados, provocou uma impressão de invasão americana no Brasil, causando inquietação para as Forças Armadas brasileiras (FALCÃO, 1999).

A presença dos Estados Unidos em nosso território revelou uma preocupação norte-americana em proteger uma área considerada vulnerável, porta de entrada para possíveis invasores inimigos nas Américas. Roosevelt foi além e buscou rastrear a presença de elementos suspeitos no Brasil. A América do Sul poderia servir de campo de apoio para articulações nazifascistas. Em todo o litoral havia um espaço em potencial para a atuação do Eixo.

A experiência de Belém tem relevância no sentido de exemplificar a atuação norte-americana no Brasil como uma situação específica da guerra. São exemplos de como o Brasil experimentou as situações provocadas pelo conflito mundial. Essa interação com os brasileiros foi revelada através de uma pesquisa baseada em um relatório de 86 páginas, analisado pelo professor Alexandre Fortes<sup>48</sup>, com informações preciosas sobre a atuação da inteligência norte-americana na região e como a movimentação da guerra afetou essa população.

Em 21 de maio de 1942 Bensaude e Mattos foram informados pelo capitão Rudolph Morgan, de que iriam a Belém em missão cujos detalhes ainda desconheciam, enquanto Morgan seguia para Natal, acompanhado do agente especial T. M. L. Wright. Em Belém, os agentes ficariam clandestinos junto aos soldados da base aérea norte-americana por duas a três semanas aguardando ordens mais específicas. Chegaram ao destino no dia 26, juntamente com três operadores de rádio e um mecânico. As instruções, inicialmente, foram para registrar mentalmente a maior quantidade possível de informações sobre a cidade e a base. (FORTES, 2016, p. 91.)

Algo que estava se tornando comum no norte do país era o convívio entre soldados brasileiros e norte-americanos. A missão mencionada acima exigia discrição e os soldados, ambos disfarçados, observavam o cotidiano de Belém. Seus relatórios revelaram muito do que aconteceu na cidade em meados de 1942, quando o Brasil se viu mais diretamente envolvido com guerra. Naturalmente, havia um esforço das autoridades militares em manter uma convivência sadia entre os soldados.

O comportamento dos soldados americanos em Belém era considerado fundamental para a conquista da simpatia da população local: “Seja particularmente cuidadoso em relação à sua roupa e comportamento na cidade. Os brasileiros julgam os Estados Unidos pelos americanos que eles veem na cidade e, devido à delicada situação internacional, é altamente desejável que nós criemos uma boa impressão. Gravatas são usadas em Belém.” [...] Os militares se reuniram com o Dr. Miguel Martins (inspetor de Saúde dos Portos), buscando um “entendimento mais estreito” sobre a presença dos soldados americanos em Belém. Martins sugeriu que “jogos de bola deveriam ser organizados entre soldados americanos e brasileiros”, com renda revertida para caridade. (FORTES, 2016, p. 95, 96).

<sup>47</sup> Jovem do estado da Bahia, comunista, ex-integrante do PCB, que testemunhou a guerra através da sua participação na FEB.

<sup>48</sup> FORTES, Alexandre. A espionagem aliada no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial: Cotidiano e política em Belém na visão da inteligência militar norte-americana. Revista Esboços, Florianópolis, v. 22, n. 34, p. 81-115, ago. 2016. Artigo consultado através do site <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2015v22n34p81>

Esse entendimento era essencial para o cumprimento dos propósitos norte-americanos em terras brasileiras. Sobre a missão e a preocupação com a segurança do país, os soldados voltaram-se para a observação de campo. De acordo com o relatório, havia negligência com a segurança de alguns locais importantes. No armazém da cidade, por exemplo, os vigilantes eram descuidados e os acessos a suprimentos e registros importantes sobre os navios que iam e vinham tinham vigilância precária. O descuido poderia representar questões dúbias, pois a rotina podia refletir uma mera negligência, mesmo com a proximidade da guerra ou uma facilidade intencional. Havia uma possibilidade da presença de facilitadores para os objetivos inimigos. “Um fato preocupante, na visão dos agentes, era que “fotografias de aviões, jipes, prédios, instalações, caminhões do Exército americano estão sendo levados para revelar na Fotografia Alemã, de propriedade de judeus alemães” (FORTES, 2016, p. 93). Esse fato não passou despercebido para os agentes, que estranharam uma atitudes como essas diante dos últimos acontecimentos.

A necessidade de cuidado com as instalações militares em Belém era justificada por sua localização estratégica. A proximidade com o canal do Panamá transformou Belém em alvo em potencial de forças inimigas tanto para utilizá-las como apoio, como para destruí-la neutralizando qualquer possibilidade de utilização. Alguns locais estratégicos foram mantidos sob vigilância.

A polícia mantinha um informante disfarçado permanentemente no *Veneza Bar*, na Praça da República, palco de jogo de biliar frequentado por civis, na maioria pró-Eixo. No vizinho Hotel Central, que atendia “às pessoas de melhor classe” ocorriam encontros pró-Eixo entre habitantes locais e visitantes.” (FORTES, 2016, p. 98).

Detalhes do relatório revelaram histórias e identidades que reforçaram as suspeitas de espionagem.

Antonio Carvalho Nina, 19 anos, trabalhou para Panair, foi demitido após ser pego fumando perto de tonel de gasolina, seguiu para o Amapá, mas retornou a Belém, onde circulava com os *marines*. Ele e o *stamp boy* Cavalcante vendiam perfumes que obtinham no “Santo Domingo”, navio que viajava entre Belém e a Guiana Francesa. O contrabando de perfumes gerou suspeitas maiores quando um submarino foi visto a 90 milhas da foz do rio Pará, no dia 16 de julho. (FORTES, 2016, p. 99).

Outros personagens e experiências semelhantes apareceram no relatório, provocando ainda mais as suspeitas dos Estados Unidos. Essa atitude estrangeira pareceu invasiva, julgando os cidadãos locais em qualquer atitude considerada suspeita, mas foi justificada pelo cuidado com a segurança do Ocidente. Essas experiências de Belém não foram casos isolados. Em todo o Brasil fatos semelhantes ocorreram, levando autoridades a tomarem medidas preventivas, especialmente após os ataques no litoral brasileiro no mês de agosto. Essas agressões podem ser consideradas um divisor de águas na atitude popular, refletindo uma mudança na percepção da guerra. Naturalmente a tragédia teve significados distintos para as mais diversas regiões do país, mas no âmbito geral, chocou pela ação inesperada, de uma guerra que havia sido considerada distante.

Para os moradores de algumas partes do litoral nordestino, a experiência foi traumática. O jornalista Sander descreve a tragédia para quem morava próximo ao litoral onde ocorreram os ataques.

*A praia, antes deserta, agora estava cheia de moradores dos povoados vizinhos. No decorrer do dia, as ondas trariam outras evidências da becatombe, e uma noite de*



*lágrimas velaria os mortos. Apesar de viverem a rotina pacata do litoral nordestino nos anos 1940, todos ali, no fundo, suspeitavam do que poderia ter provocado tão grave acidente. Logo a dor se transformaria em revolta.*

*Os restos do Baependi, que primeiro aportaram na costa sergipana naquele 16 de agosto de 1942 (horas depois chegariam os do Araraquara e do Aníbal Benévolo), [...]. (SANDER, 2011, p. 10.)*

O que ocorreu em agosto de 1942 transformou a postura dos brasileiros em relação à guerra. O Brasil fora atingido diretamente e agora fazia parte integrante do conflito mundial. A “nuvem negra” das incertezas da guerra passou a fazer parte do dia-a-dia do brasileiro.

Sander (2011) faz uma descrição detalhada dos ataques. O *Baependi* foi o primeiro navio a ser alvejado. Em 15 de agosto, o navio navegava de Sergipe a Recife, com as luzes apagadas por orientação de defesa, ainda no litoral sergipano foi alvejado por dois torpedos que provocaram grande explosão. Um dos sobreviventes, oficial de artilharia do Exército brasileiro, o capitão Lauro Moutinho dos Reis relata que “Eram por volta das 19 horas quando, de súbito um estampido sacudiu violentamente o velho vapor. Era o início de um grande martírio, [...]” (SANDER, 2011, p. 219). Segundo Moutinho, muitos morreram com o impacto e a seguir o tumulto foi geral, pois o navio afundava rapidamente.

Em seguida foi alvejado o *Araraquara*. No mesmo dia, a embarcação que navegava de Salvador para Recife fora atingido também no litoral de Sergipe, pelo U-507. O *Araraquara*, comandado pelo Capitão de Longo Curso Lauro Augusto Teixeira de Freitas, levava 74 tripulantes e 68 passageiros. Da mesma forma que o *Baependi*, o ataque foi efetuado de maneira a não dar tempo para procedimento de salvamento. Já passava das 21 horas quando o torpedeamento ocorreu e o navio afundou em cinco minutos. Muitos, já recolhidos nos camarotes morreram. Segundo Sander (2011, p. 231) foram 58 tripulantes, incluindo o comandante e 65 passageiros mortos na tragédia.

Na madrugada do dia 16 de agosto, o U-507 de Schacht voltou-se para o *Aníbal Benévolo*, que ia de Salvador para Sergipe. O navio também navegava bem próximo à costa como os outros. Como era madrugada, a grande maioria estava dormindo no momento do ataque, e como os outros, o navio afundou rapidamente. Dos 71 tripulantes e 83 passageiros, somente quatro dos tripulantes sobreviveram, morrendo todos os passageiros, inclusive crianças. Muitos desses passageiros ficariam em Sergipe, o que aponta para o fato de que muitos dos mortos seriam moradores de lá. Esse fato confere à tragédia uma impressão ainda mais chocante. Sander (2011, p. 236) destaca que juntando os três navios atacados em menos de 12 horas, morreram mais de 500 brasileiros.

Em 17 de agosto, o *Itagiba* navegava no litoral da Bahia e vinha do Rio de Janeiro, era um navio de passageiros da Companhia de Navegação Costeira. Torpedeado pelo U-507, vitimou fatalmente um pouco mais de 30 pessoas de um total de 181. Ainda no dia 17, o barco *Arará* que ia de Recife a Santos, teve a oportunidade de resgatar náufragos do *Itagiba*. No entanto, também alvejado pelo U-507, afundou rapidamente levando também os recém resgatados. Dos 35 tripulantes, 20 sobreviveram. (SANDER, 2011, p. 237).

Jornais de todo o país voltaram sua atenção para a tragédia. Periódicos de todo o Brasil transmitiram a mensagem do DIP.

Pela primeira vez embarcações brasileiras, servindo o tráfego das nossas costas no transporte de passageiros e cargas de um Estado para outro, sofreram o ataque dos

submarinos do Eixo. [...] Informam-nos o DIP: “Tem chegado em vários pontos do litoral da Bahia e de Sergipe notícias telegráficas de que diversas baleeiras vêm aportando a pequenas localidades da costa, sendo já grande o número de naufragos dos navios de cujo torpedeamento acabamos de dar notícia que foram salvos, esperando-se que ainda mais outros possam ser recolhidos no decurso desta noite e dos próximos dias. (CORREIO DA MANHÃ, ed. 14660 (5), de 18/08/1942, p. 01).

Países da América Latina expressaram solidariedade ao Brasil. Algumas manchetes internacionais relataram esse apoio. O jornal *A Noite* em uma coluna de manchetes internacionais publicou: Argentina: “O Brasil necessita e exige a solidariedade dos povos americanos – declara o deputado argentino Duckman!” “O povo argentino ao lado do povo brasileiro.” No Paraguai: “Sentimento de revolta do povo paraguaio”. Na Colômbia: “O ministro da Colômbia, Sr Raymondo Rivas, declarou que a agressão do Eixo contra a navegação mercante brasileira constitui uma afronta para toda a América que terá repercussão em todos os países do Continente”. Também: “Todo o continente solidário com o Brasil” - jornal de Bogotá.” No Peru: “[...] traduz enorme sentimento de indignação do povo peruano pelo afundamento de navios brasileiros nas águas do Brasil, [...]”. Na Venezuela: “Ultraje ao continente” – Imprensa de Caracas. (A NOITE, ed.10964, de 19/08/1942, p. 02).

Em vários pontos do país foram registrados movimentos sociais em torno das agressões aos navios brasileiros. Multidões em protestos saíram às ruas a fim de externar sua indignação. No Norte do país o movimento em torno dos súditos do Eixo ganhou força. “A estada dos agentes do CIC em Belém coincidiu com o desencadeamento de mobilizações de massas anti-Eixo que transformaram as multidões urbanas em protagonistas do processo político do país.” (FORTES, 2016, p. 103). Uma multidão se organizou em um encontro na Praça do Relógio, em Belém, com a palavra de vários oradores discursando sobre a afronta do Eixo. No entanto, grupos mais exaltados partiram para o ataque físico contra os cidadãos do Eixo, especialmente japoneses.

Das potências do Eixo, a que tinha maior presença no Pará era o Japão, e o relatório dos agentes registra a morte de “seis a oito japoneses na área”. Foram destruídos: a Companhia Amazonense Japonesa, a Companhia Nipônica, a Fruteira Japonesa e uma residência de família japonesa. Os alemães, porém, eram os responsáveis pelos torpedeamentos. Firms e residências associadas a essa nacionalidade em Belém também pagaram por isso. (FORTES, 2016, p. 104).

A força policial e o Exército trataram de reprimir o movimento tentando manter a ordem na cidade. De acordo com o relatório dos agentes da CIC, após a declaração de guerra, no final de agosto, a população se aproximou mais dos norte-americanos, dissipando qualquer atitude hostil em relação a sua presença na cidade, acreditando que a união com eles seria a melhor atitude a tomar naquele momento.

A atitude geral da população nativa contra os americanos passou por uma tremenda mudança. Os donos de lojas do centro têm enfatizado sua unidade com as Nações Aliadas dando um jeito de acomodar a bandeira americana ao lado da bandeira brasileira nas suas lojas e o “V” de Vitória nas suas vitrines. Por toda a cidade, onde quer que se encontrem reuniões sociais, a população nativa expressa grande amizade em direção aos soldados americanos e os convites para festas nos teatros e jantares se tornaram mais frequentes. (Relatório dos agentes da CIC, in FORTES, 2016, p. 108).

Ainda na região Norte, outras providências foram tomadas. No estado do Amazonas foi estabelecida a *Liga Amazonense Contra o Eixo*, que “é constituída de brasileiros natos de um e outro sexo, maiores de 16 anos, sem distinção de cor, credo religioso ou posição social,

que se comprometem a cumprir indefectivelmente o estabelecido nas alíneas seguintes: [...]”. (*Jornal do Comércio*, ed. 13007, de 16/08/1942, p. 04) A publicação apresentou 10 pontos com regras de funcionamento enfatizando a aplicação de esforços no combate ao Eixo, terrorismo, denúncia contra suspeitos, considerando a defesa nacional acima dos próprios interesses, colocando-se à disposição do governo no combate à indiferença dos brasileiros, etc. A preocupação não era só com ações contra o Eixo, mas com a defesa. Ainda no Amazonas, orientações sobre defesa anti-aérea era uma preocupação constante.

Conselhos úteis ás pessoas que se encontram no interior de cinemas, teatros, escolas e prédios de freqüência coletiva. Ao sinal de alarme aéreo:

- Mantem [sic] a calma.

- Se houver abrigo anti-aéreo no prédio, dirigi-te calmamente para ele; si [sic] não houver abrigo, permanece no teu lugar.

O descuido de uma janela iluminada, durante um “Black-out”, pode arrasar uma cidade. (*JORNAL DO COMÉRCIO*, ed. 13013 de 23/08/1942, p. 04).

No Nordeste, local mais próximo onde os ataques ocorreram, o temor de novas ofensivas tornou-se crescente. Em Sergipe o choque e a indignação da população resultaram em grande movimentação pela cidade.

O povo sergipano revoltado contra os bárbaros torpedeamento dos cinco navios brasileiros, em águas sergipanas, vem desde as primeiras horas da manhã de hoje promovendo demonstrações de enérgico protesto contra tão nefastos atos de banditismo dos eixistas. [...]

[...]

O comércio local cerrou as portas, em sinal de pesar pelos lamentáveis acontecimentos de que foi cenário a costa sergipana.

As manifestações de desagravo prosseguem com grande vibração. Está sendo realizado um comício monstro em que tomam parte mais de 5000 pessoas.” (*A NOITE*, ed. 10963 (14) de 18/08/1942, p. 03. (Aracaju – Serviço especial de A NOITE).

No dia seguinte um jornal local publicou: “Passou mais um pouco a exaltação da multidão que percorria ainda ontem toda a cidade. [...] Pairam sobre as praias de Sergipe vários cadáveres.” (*FOLHA DA MANHÃ*, ed. 342 de 19/08/1942, p. 01). A notícia de Aracaju despertou um apelo emocional na população brasileira. A experiência dos aracajuanos resultou em protestos calorosos. “[...] Justamente aqui em Sergipe onde se deu o vil atentado e de onde era grande parte dos tripulantes e passageiros de um navio afundado, o Anibal Benévolo, a indignação foi maior e tomou a princípio proporções alarmantes. [...]” (*FOLHA DA MANHÃ*, ed. 343 de 20/08/1942, p. 01).

A retaliação aos súditos do Eixo em Aracaju tem na experiência de Nicola Mandarino a mais emblemática da história local. O italiano teve sua casa depredada pela fúria popular. Acusado de comunicar-se com submarinos nazistas através de um radiotransmissor que mantinha em sua casa. Mandarino foi preso, mas nada ficou provado sobre seu suposto envolvimento. O povo sergipano mergulhou em estado de alerta pelos acontecimentos assustadores da guerra, o que fez com que as desconfianças fossem constantes.

Os ataques do submarino alemão U-507, capitaneado pelo alemão Harro Schacht, foram registrados próximos à terra firme. Essa revelação macabra assustou os aracajuanos, por esta razão, vários elementos subjetivos foram expostos em manchetes da imprensa sergipana: “a guerra já chegou entre nós”, “selvageria sem precedentes”, “metralhados nossos patrícios”, “o Aníbal Benévolo foi partido ao meio”, “Sergipe nunca em sua vida presenciou cenas tão tristes como nestes dias”, “de luto o Brasil, reina a consternação em todo território sergipano”, “atentado vil e covarde contra nossa soberania”, “as incríveis barbaridades do nazismo”, “a nefanda ação do eixismo”, “não há mais que esperar, Brasil!” (CRUZ e ARAS, 2013, p. 07).

Ainda no Nordeste, na cidade de Alagoas foi estabelecido um Black-out.

Na noite de hoje em exercício de defesa passiva anti-aérea, compreendendo o escurecimento total da cidade, [...] O escurecimento é obrigatório para todos os edifícios públicos e particulares e será iniciado as vinte horas e quinze minutos, processando-se durante quarenta e cinco minutos.” (FOLHA DA MANHÃ, ed. 343 de 20/08/1942, p. 01).

Problemas internos decorrentes da guerra também tornaram-se motivos de preocupação. A população também sofria com problemas de abastecimento como demonstra a nota sobre a capital alagoana. O *Jornal do Comércio* registra na sessão sobre os estados, a situação de Alagoas: “Continuava a falta de carne verde para o abastecimento da população da cidade. Para resolver o assunto o interventor reunirá brevemente, em Maceió, os prefeitos das regiões produtoras” (JORNAL DO COMÉRCIO, ed. 13008, de 18/08/1942, p. 01. Sessão falando sobre os Estados).

No Sul do país, na cidade de Porto Alegre, manifestantes se organizaram para externar sua indignação.

Assim que foi conhecida, aqui, a notícia dos covardes ataques das forças do Eixo contra os navios nacionais, toda a população, presa da mais viva indignação, veio para a rua, em vibrantes manifestações patrióticas. Depois de um comício, na praça pública, tendo à frente grandes bandeiras nacionais, a multidão dirigiu-se para o Palácio do Governo. [...] Dali a multidão dirigiu-se para os consulados das nações aliadas fazendo manifestações de simpatia aos respectivos titulares.[...]” (A NOITE, ed. 10963, de 18 de agosto de 1942, p. 03. (Porto Alegre - Da Sucursal de A NOITE).

Na região Sudeste, os movimentos prosseguiram. Em Juiz de Fora, MG “A polícia já prendeu cerca de cem simpatizantes do nazismo, alguns dos quais são de elevada posição social. [...]” (A NOITE, ed. 10964, de 19/08/1942, p. 01. Sessão falando sobre os Estados).

No interior do estado de Minas, “não foi menor o ódio provocado pela selvageria nazista. Em todas as cidades o povo aguardava ansioso novas informações sobre o torpedeamento dos nossos navios.” (ESTADO DE MINAS, ed. 4869, de 19/08/1942, p. 05).

Na capital mineira, os jornais publicavam as notícias dos afundamentos. O jornal Estado de Minas apresentou a manchete: “5 Navios do Brasil destruídos [sic] na costa bahiana [sic]” (*Estado de Minas*, ed. 4868, de 18/08/1942, p. 01). O periódico apresenta nessa edição notícias vindas principalmente do Rio de Janeiro e São Paulo, divulgando os comunicados do DIP sobre os ataques aos navios e notícias sobre a chegada de baleeiras com sobreviventes na costa de Sergipe. Na mesma edição, o jornal destacou a presença, na redação do Estado de Minas, de Luis Alves de Oliveira Belo, ex comandante do *Baependi*, primeiro navio a ser atacado na costa brasileira, que palestrou lamentando o ocorrido. Em sua palestra

ele afirma: “Considero o afundamento dos navios brasileiros obra da “5ª coluna”. Devem ser mais rigorosas as medidas contra esses malfeitores.” (ESTADO DE MINAS, ed. 4868, de 18/08/1942, p. 03). O periódico também revelou a grande procura por jornais em São Paulo. Uma pequena nota relata que uma edição extraordinária do jornal *Diário da Noite* com as notícias dos torpedeamentos foi rapidamente esgotada e disputada pelo “povo”. (ESTADO DE MINAS, ed. 4868, de 18/08/1942, p. 08 - contracapa). Esse fato reflete o interesse ampliado pelas questões da guerra. A percepção da guerra no Brasil mudou sensivelmente. A guerra distante chegou ao país, e seus cidadãos passaram a perceber a guerra não como um conflito europeu, mas sentiram-se incluídos no problema global.

Belo Horizonte também saiu às ruas. O *Estado de Minas* utilizou metade de sua contracapa para noticiar um grande movimento cívico, com a participação do governador mineiro Benedito Valadares na noite do dia 18 de agosto. Em destaque exibe as palavras “*Aquele que desertar nesta hora não é digno de viver na terra de Tiradentes*”. A manchete relata com detalhes o movimento organizado. (ESTADO DE MINAS, ed. 4869, de 19/08/1942, p. 08 (contracapa).

No interior dessa mesma edição, com o título *Indignação Popular Nesta Capital*, o periódico relata: “No decorrer do dia de ontem, viam-se grupos de pessoas nas vias públicas, nos cafés, estabelecimentos [...], comentando com a maior indignação, o bárbaro feito nazista.” (ESTADO DE MINAS, ed. 4869, de 19/08/1942, p.05). Outra nota na mesma página com o título “Defronte á redação do ‘Estado de Minas’” relata um grandioso movimento popular.

A enorme massa popular, após a vibrante demonstração de civismo na praça da Liberdade, desceu entoando hinos patrióticos e empunhando o pavilhão nacional, toda a avenida João Pinheiro, estacionando-se de frente da nossa redação. Os gritos de morra aos ditadores partiram de todas as vozes e, ao mesmo tempo, protestava-se contra o covarde e traiçoeiro ataque á frota mercante nacional. (ESTADO DE MINAS, ed. 4869, de 19/08/1942, p. 05).

Os mineiros também demonstraram atitude de solidariedade. Funcionários públicos fizeram doações para a aviação nacional. (ESTADO DE MINAS, ed. 4870, de 20/08/1942, p. 03). A cidade organizou um festival beneficente em prol de viúvas e órfãos das vítimas. (*Estado de Minas*, ed. 4870, de 20/08/1942, p. 08 - contracapa). Funcionários do Cassino Pampulha doaram um dia de serviço e promoveram “coleta popular em benefício das vítimas”. (ESTADO DE MINAS, ed. de 22/08/1942, p. 02). E a edição seguinte relata o sucesso e grande repercussão que a campanha de coleta vinha alcançando.

O discurso brasileiro sobre a guerra mudou. Expressões como “*Cada minuto que passa nos aproxima da guerra*” (ESTADO DE MINAS, ed. 4870 de 20/08/1942, p. 03) reflete a postura de muitos brasileiros diante de uma guerra que parecia distante. O sair às ruas e os gestos solidários demonstraram um envolvimento antes impensado. O desejo de participar contribuindo de alguma maneira com as vítimas e com o país, abriu caminho para inúmeras campanhas e homenagens.

Causou a maior repercussão em todo o país a iniciativa dos ‘Diários Associados’, no sentido de se angariar numerários em todo o país para aquisição de cinco grandes aparelhos de treinamento avançado, que receberão os nomes dos nossos cinco navios miseravelmente torpedeados [...]. (ESTADO DE MINAS, ed. 4874 de 25 de agosto de 1942, p. 03).

Alcântara (2018) relata a parte que coube aos mineiros nessa grande campanha,

destacando a bela homenagem feita ao navio afundado *Aníbal Benévolo*. “Quando em 16 de agosto de 1942 o navio brasileiro “Aníbal Benévolo” foi afundado por um submarino alemão, uma campanha de mesmo nome foi iniciada em Belo Horizonte” (ALCÂNTARA, 2018. P. 46). Minas Gerais contribuiu doando um avião que recebeu o nome do navio.“[...] a Minas coube a missão de concorrer com um aparelho que tomará o nome de “Aníbal Benévolo”.(ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, 8/09/1942, n. 4886, p.3. In ALCÂNTARA, 2018).

Em São Paulo ocorreram “*Vibrantes manifestações de protesto [...]*”. As ações dos paulistas se diversificaram entre ações de solidariedade e participar de protestos nas ruas.

A mocidade acadêmica e o povo paulista se manifestam contra torpedeamento, [...].

As primeiras horas da manhã, pelas ruas centrais da cidade, a medida que os matutinos iam saindo dando as primeira e mais detalhadas informações sobre os últimos acontecimentos que vieram abalar e ofender a nação no seu brio de terra pacífica e livre, aos poucos formavam-se pequenos grupos de manifestantes, que, dentro da mais concentrada ordem, externavam a sua indignação contra a ignominiosa atitude dos totalitários, vindo em nossas águas, [...]. (CORREIO PAULISTANO, ed. 26516 de 19/08/1942, p. 01).

No dia seguinte o jornal publica a notícia de um Festival Beneficente com a presença de autoridades de São Paulo, com a finalidade de socorrer as famílias das vítimas dos afundamentos. (CORREIO PAULISTANO, ed. 26517 de 20/08/1942, p. 02). O sindicato dos lojistas fez um apelo ao comércio para que mantivessem suas portas semicerradas o resto da semana. (CORREIO PAULISTANO, ed. 26517 de 20/08/1942, p. 03).

Como a população estrangeira dos países do Eixo tornou-se alvo de retaliações, atitudes passionais foram vistas em diversos locais, como na capital federal. Parte da população expressou seus sentimentos causando depredações.

[...] Ontem pela manhã um grupo de pessoas exaltadas percorreu as ruas mais centrais da cidade, depredando propriedades de súditos das nações do "Eixo". As autoridades interessadas na manutenção da ordem pública intervieram rapidamente, [...] O povo deve confiar na ação oficial [...]. (CORREIO DA MANHÃ, ed. 14527 de 13/03/1942, p. 01).

Uma multidão se aglomerou em frente ao Itamaratí.

Foi uma demonstração da mais alta e vibrante significação cívica o comício improvisado à frente do Palácio Itamarati, na tarde de ontem.

Enorme massa humana de muitas dezenas de milhares de pessoas, enchia a avenida Marechal Floriano, ostentando bandeiras nacionais e cartazes com dizeres que bem exprimiam a tensão do espírito popular nesta hora dramática para o Brasil. (A NOITE, ed. 10964, de 19/08/1942, p. 02.)

Ainda um grande número de estudantes organizou-se em frente ao Teatro Municipal. A manchete do jornal *A Noite* dizia: “O grande comício acadêmico em frente ao municipal – uma imensa multidão protesta contra os crimes do Eixo – os oradores – Queimadas as bandeiras italiana e alemã.” (A NOITE, ed. 10964, de 19/08/ 1942, p. 03). A publicação continua: “Os estudantes organizaram nas escadarias do Teatro Municipal, na noite de ontem,

um comício monstro de repulsa ao Eixo e de apoio ao presidente Getúlio Vargas, que constituiu soberbo espetáculo patriótico.” (A NOITE, ed. 10964, de 19/08/ 1942, p. 03).

Não só na capital federal, mas no estado do Rio de Janeiro foram registradas manifestações em diversas cidades. Os jornais publicaram a tragédia, espalhando a notícia por todo o Estado. O *Correio da Lavoura* também voltou-se para as agressões. A Baixada Fluminense apresentou uma mudança na sua postura com a guerra, passando a envolver-se com os problemas do conflito.

### 3.3 A Percepção da Guerra na Baixada Fluminense

Em outras cidades do estado do Rio foram diversas as formas de manifestações populares. A Baixada Fluminense, que compreende uma vasta região do estado do Rio de Janeiro, incluindo diversos municípios, também apresentou formas de reação à guerra. Não só o município de Nova Iguaçu, onde se encontra a sede do *Correio da Lavoura*, mas outros municípios também merecem destaque.

A pesquisa do historiador Felipe Ribeiro sobre o período da guerra em Magé (RIBEIRO, 2015), revela as diversas formas como a população se pronunciou. Magé fica em uma região mais ao norte da Baixada Fluminense. A maneira como as pessoas se portaram demonstraram sua mudança de postura frente à guerra. “Logo que se espalhou a notícia dos primeiros torpedeamentos no litoral brasileiro, foi promovido na cidade um comício de protesto contra as agressões dos alemães, [...]” (RIBEIRO, 2015, p. 110). Na igreja: “Dias depois, uma missa foi celebrada na Igreja Matriz de Magé [...]” (RIBEIRO, 2015, p. 110). Além dos protestos, a população também se pronunciou através de ações de solidariedade.

Os operários da Fábrica Pau Grande, coligados aos companheiros das demais unidades da América Fabril no estado, chegaram a contribuir para uma campanha patrocinada por Oswaldo Aranha em favor dos familiares dos marinheiros e soldados brasileiros vitimados no ataque alemão” (*O Globo*. 09/09/1942. p.4.). (RIBEIRO, 2015, p. 110).

Posteriormente a cidade de Magé também se mobilizou em favor da FEB.

A partir dessas mobilizações iniciais, começaram a surgir diversas comissões de apoio à FEB no município (inclusive com seções distritais, femininas e de fábrica), campanhas para o envio de agasalhos de lã e de cartas aos combatentes e também para a doação em dinheiro visando o financiamento de parte da construção de um navio de guerra [...]. (RIBEIRO, 2015, p. 110, 111).

Outros eventos reuniram um grande número de pessoas também marcaram a participação da cidade.

[...] Além disso, comitivas de Magé participaram da instalação do Congresso Ajudista, na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), que congregou diversas comissões para reforçar o “apoio moral e material aos bravos combatentes”. (*O GLOBO*, 09/09/1942. p.4. 25/10/1944. p.7; 09/02/1945. p.5; e 26/06/1945. p.13.).

[...]. Delegações da liga foram recebidas em Magé pela Comissão de Ajuda à FEB local, “integrada por negociantes, industriais, funcionários, operários, agricultores e profissionais liberais”. Em um desses eventos, reuniu grande quantidade de pessoas que vinham em ônibus ou caminhões de diversas partes do município. Chegaram até a organizar partidas de futebol com os clubes da recém-criada Liga

Mageense de Desportos (LMD). Ao final, eram realizados leilões para angariar fundos de apoio aos expedicionários, inclusive com as bolas utilizadas durante os jogos, exceto duas, que foram oferecidas à FEB para que “os nossos soldados jogassem futebol nas ruas de Berlim” após a vitória. (GAZETA DE NOTÍCIAS. 27/07/1944. p.5) (in, RIBEIRO, 2015, p. 111).

Mais ao sul da Baixada Fluminense, a cidade de Nova Iguaçu também recebeu a notícia das agressões no mar. Até então a rotina da cidade transcorria sem muito envolvimento com as questões da guerra. O *Correio da Lavoura* publicou no dia 14 de setembro de 1939, na edição 1173, duas semanas após o início do conflito, uma matéria destacando o problema da imigração. Com o título “O Problema da Nacionalização”, a nota abordou a questão do imigrante e sua busca por naturalização, destacando a necessidade de rigor nas medidas que o governo deveria tomar, seguindo os critérios de “nacionalização”, afinados com a política de neutralidade do governo brasileiro. Foi a primeira alusão que o jornal fez da guerra de uma maneira mais direta, destacando a necessidade de manter o controle de entrada no país, e o fez de maneira discreta, no finalzinho da publicação, quando menciona o conflito, como uma justificativa para falar sobre o assunto.

No mês seguinte, o jornal transmitiu em uma minúscula nota na segunda página, uma determinação da 7ª Região Policial, com sede em Nova Iguaçu. A preocupação em manter a neutralidade ou o “não envolvimento” com a guerra foi expressa em pequenas notas como essa no meio das páginas do jornal. Com o título “Não permitirá discussões em torno da guerra européa [sic]” a pequena nota informa:

Da Delegacia da 7ª Região Policial, com sede nesta cidade, recebemos a seguinte notícia: A Delegacia Regional previne ao publico que não permitirá a pratica de qualquer discussão, pró ou contra, aos paizes belligerantes [sic] na actual [sic] guerra européa [sic]. Os recalcitrantes serão punidos de accordo [sic] com a legislação em vigor, como desrespeitadores das leis de NEUTRALIDADE e SEGURANÇA do Brasil. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1179 de 26/10/1939, p. 02).

Ao mesmo tempo em que havia um desejo de sociabilidade e hospitalidade para com estrangeiros, havia uma forte noção nacionalista. O nacionalismo era um movimento presente durante o Estado Novo e que foi potencializado pelo conflito. A abordagem da guerra era tímida e transmitia uma noção de um problema alheio, do qual os brasileiros deveriam manter distância e com uma visão nacionalista, proteger-se de possíveis interferências.

A imprensa dava destaque a essa tendência. Pouco antes do início da guerra, o periódico deu ênfase ao tema.

[...] Os jornaes [sic] em toda a parte e nestes tempos que correm, mais que nunca, são considerados efficientes [sic] instrumentos de cultura popular e de nacionalismo, e no caso particular da imprensa estrangeira em nossa terra, essa função [sic] cultural tinha que se fazer, por força, contra os mais legítimos interesses nacionaes [sic]. [...]

Talvez que, em toda essa auspiciosa campanha nacionalista em que vivemos, seja esse o passo mais proveitoso e de melhores conseqüências ao futuro da nacionalidade, pois que o Brasil, agora mais do que nunca, necessita de uma imprensa cem por cento nacionalizada. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1169 de 17/08/1939, p. 02 e 03).

O artigo de Hernani Pereira referiu-se à portaria do Ministro da Justiça, que determinou aos jornais destinados a estrangeiros que suas publicações fossem traduzidas para



a língua nacional. No entanto, o periódico alertou em outro artigo com o título “A nova educação e o nacionalismo” de Eneas Camargo, sobre excessos que poderão ser danosos.

Os modernos estudiosos de pedagogia e philosophia [sic] da educação estão quase todos imbuídos dos novos princípios educacionaes [sic], tendentes á [sic] “universalização” da escola, isto é, á exclusão do espírito nacionalista exaggerado [sic] no processo educacional. [...]. Entretanto, o que a realidade nos mostra é que, por mais que se modernizem os methodos [sic], processos, programmas [sic] e installações [sic] escolares, a tendência é para incutir um nacionalismo cada vez mais forte nas crianças. [...] Agora, porém, que cada paiz [sic] procura congregiar suas forças nacionaes [sic], a exemplo do Brasil, a escola está tomando rumos nitidamente nacionalistas, como é preciso que seja para a perfeita execução de um programma [sic] de reerguimento [sic] nacional. Mais ainda: a escola está sendo usada como instrumento para assimilação das minorias estrangeiras e diffusão [sic] de espírito anti-extremista [sic]. A escola do Brasil, está, enfim, se abrasileirando, mas dentro dum nacionalismo sadio, sem esquecer as altas finalidades da união continental e confraternização entre os povos. Ensinemos às nossas crianças o amor ao Brasil dentro da grande America, e ellas [sic] fatalmente acabarão “cidadãos do mundo”, sem perderem o espírito nacionalista vital para os povos que precisam sobreviver. (U.J.B.) (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1173 de 14/09/1939).

A questão do estrangeiro passou a ter uma atenção especial com o início da guerra. Mas o nacionalismo deveria ser equilibrado, sem extremismos. O *Correio da Lavoura* alertou quanto a uma imposição do governo para que estrangeiros se registrassem. O decreto é do ano anterior, mas ao iniciar a guerra o periódico deu esse destaque à lei que, mais do que nunca, deveria ser respeitada.

De accordo [sic] com o decreto Federal n. 3010, de 20 de agosto de 1938, todos os estrangeiros residentes no Brasil maiores de 18 annos [sic] e menores de 60, estão obrigados ao registro perante a autoridade policial competente até o dia 20 de dezembro próximo. Os que não se registrarem até essa data ficarão sujeitos á [sic] pena de expulsão do território nacional. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1183, de 23/11/1939, p. 01).

O discurso de *confraternização entre os povos* foi duramente atingido com a evolução da guerra e sua proximidade com o território nacional. O conflito com países do Eixo balançou a convicção de que essa sociabilidade seria possível entre eles. A hostilidade demonstrada pelos brasileiros após agosto de 1942, justificada pelos ataques no mar, demarcou de maneira dramática as diferenças, jogando por terra o desejo e o cuidado em manter a neutralidade. O nacionalismo aflorado surgiu também em Nova Iguaçu, e o *Correio da Lavoura* captou esses momentos, como veremos mais adiante.

Vale ressaltar mais uma forma de abordagem sobre a guerra que o *Correio da Lavoura* utilizou. O nacionalismo era o assunto em voga no momento, e foi destacando esse tema que os assuntos da guerra entraram nas páginas do jornal, no início da guerra.

No final de setembro de 1939 o jornal abriu um espaço um pouco maior para falar sobre o conflito.

Sob todos os aspectos, são inteiramente diversas as condições em que se encontra presentemente o paiz [sic] em face da nova conflagração européia, quando as comparamos ás [sic] condições em que nos apanhou com surpresa a guerra de 1914, que parece ter sido um ensaio geral para o conflito actual [sic]

[...] E si [sic] essas são as perspectivas do paiz [sic] em face da triste conflagração, é necessário que nos mantenhamos confiantes e resolutamente dispostos a cooperar pessoalmente para que essa neutralidade seja mantida na integridade de suas disposições. Não se permita que, por estrangeiros, sejam desrespeitadas nossas leis e instituições, mas também não nos permitamos que a hospitalidade nacional desmereça no presente as exemplares tradições de seu passado, especialmente nesta triste conjuntura em que se encontra o mundo, quando mais accentuados [sic] devem ser nossos esforços por fazer prevalecer todo o potencial de humanidade e de civilização de que somos capazes. (U.J.B.). (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1175 de 28/09/1939, p. 01).

Na primeira página da mesma edição que noticiou a morte de Silvino de Azeredo, em setembro de 1939, o jornal reservou a primeira página para falar sobre a Segunda Guerra Mundial. Mais uma vez o distanciamento característico e o apelo para a manutenção da neutralidade. O importante seria blindar a legislação, as instituições e os costumes brasileiros de possíveis intervenções.

Durante o mês de outubro, além da pequena nota citando a proibição de falar sobre a guerra, apenas mencionando a necessidade de maior produção na siderurgia foi notada. A publicação não menciona a guerra, apenas destaca a necessidade de dar maior atenção à segurança nacional. E a tendência das próximas edições do *Correio da Lavoura* foi seguir dando ênfase a problemas locais.

Os momentos de tensão iniciam-se em janeiro de 1942, quando na Conferência dos Chanceleres<sup>49</sup> o Brasil optou por romper com os países do Eixo. Assim como em várias partes do Brasil, Nova Iguaçu abrigava empresas e cidadãos italianos, japoneses e alemães. O *Correio da Lavoura* publicou uma nota divulgando as palavras de Getúlio Vargas no discurso de fim de ano em 1941. “Se formos agredidos, se tentarem violar qualquer trecho de nosso território, o Brasil coeso lutará, confiante na bravura dos seus soldados que cultuam, acima da própria vida, a honra, a disciplina e o dever.” (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1296 de 18/01/1942, p. 01). Em 08 de fevereiro o semanário apresentou instruções do secretário de Justiça e Segurança Pública para o estado do Rio. As instruções diziam respeito aos estrangeiros ligados às nações do Eixo. Para começar, a orientação foi de que o estrangeiro mantivesse as autoridades informadas sobre seu endereço.

1º - Os estrangeiros pertencentes às nações ligadas ao Eixo (Alemanha, Italia e Japão) com os quais o Brasil acaba de romper relações, deverão dentro do prazo Maximo de 15 dias, a contar desta data, comunicar á Delegacia de Ordem Política e Social, nesta capital, as suas residências; [...]. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1299 de 08/02/1942, p. 01).

A orientação de manter seu endereço informado reflete um controle mais rigoroso sobre o paradeiro de estrangeiros. Além disso, os “súditos do Eixo” não poderiam mais mudar-se de um lugar para outro sem autorização, nem fazer comentários sobre a situação internacional, reuniões em suas residências, portar armas ou usar seu idioma em locais públicos. Na mesma edição, o artigo de Silvino Silveira relatou a resolução do interventor sobre o fechamento de diversas sociedades estrangeiras. “O Comandante Amaral Peixoto,

---

<sup>49</sup> Reunião “convocada por Washington em seguida ao ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas realizou-se no palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, de 15 a 28 de janeiro de 1942. O principal objetivo da reunião era a aprovação unânime de uma resolução de rompimento imediato de relações diplomáticas e comerciais dos países americanos com o Eixo.” CPDOC. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil/ReuniaoChanceleres>. acesso em maio de 2018.

interventor Federal do Estado do Rio de Janeiro, ordenou o fechamento de várias sociedades estrangeiras, que resistiam às ordens oficiais no sentido de cumprir o decreto que exige a respectiva nacionalização.” (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1296 de 18/01/1942, p. 01). O artigo destacou o caso de “escolas coloniais” que insistiam em utilizar somente a língua de origem, desrespeitando a exigência de nacionalização. E acrescentou: “Muitas dessas entidades são verdadeiras células, vinculadas ao pensamento político imperialista que domina nos países de origem de seus membros componentes.” (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1296 de 18/01/1942, p. 01). O resultado do rompimento do Brasil com o Eixo já apresentava seus desdobramentos. A desconfiança com indivíduos desses países foi apenas o início de algo que se transformou em hostilidade após agosto de 1942.

Não consta no periódico movimentos de vandalismo por parte dos moradores da cidade. A informação que o periódico transmitiu foi de um movimento organizado com discursos e bandeiras. Embora não se possa afirmar que houve ou não algo do tipo, vale lembrar a existência de estrangeiros na cidade, que como tantos, foram atraídos pelo período áureo da laranja. Não há registros de atos de hostilidade no trato com essas pessoas, mas as publicações sobre nacionalismo e as exigências em relação aos estrangeiros podem ter despertado e gerado algum sentimento negativo.

O caso do sr. Antonio Vitagliano, de 53 anos e técnico da indústria de artefatos de borracha, foi um exemplo de cidadão da Itália que vivia em Nova Iguaçu no período, revelando a necessidade de defesa de estrangeiros para evitar que fossem confundidos com inimigos. Essa necessidade refletiu no mínimo um cuidado especial em uma área sensível da sociedade pelo momento vivido – a interação com estrangeiros de países do Eixo. Em uma coluna com o título “Declaração Espontânea” do *Correio da Lavoura*, o sr. Vitagliano fez uma declaração diante das autoridades, eximindo-se de qualquer participação com as questões políticas de seu país de origem. Depois de se apresentar, apresentar sua família, informar seu endereço, profissão entre outros dados, o italiano assinou a seguinte declaração:

Quando são levados a efeito os bárbaros atentados contra a soberania do Brasil, Pátria de seus filhos e sua segunda Pátria, vibra de indignação e junta seus protestos a dos brasileiros, - bem como, já não estando mais em idade de empunhar armas, oferece-se como técnico para auxiliar o esforço de guerra do país. [...]

Finalmente, neste momento de guerra, tem os olhos fitos na bandeira brasileira, e, nesta grande Pátria, com esposa e filhos, espera o futuro promissor que, quando emigrou, sabia não lhe seria possível na velha facciosa e gasta Europa. Nova Iguaçu [sic], 28-08-942. ANTONIO VITAGLIANO.” (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1329 de 06/09/1942, p. 07).

A necessidade de proteger-se de possíveis ações hostis revelou o estado de tensão na cidade. O governo do Rio de Janeiro tratou de publicar uma nota nos jornais do estado, divulgando algumas orientações do governo federal para a nação sobre a questão dos estrangeiros nessa hora difícil. A chamada era um alerta para não se cometer injustiças. A nota foi publicada na primeira página do jornal *Correio da Lavoura*, no final de agosto.

Quanto aos estrangeiros suditos [sic] do Eixo, não lhes devemos dar combate sistemático [sic]. Observemos suas atividades, mas diferencemos [sic] os que aqui constituíram [sic] família e trabalham, concorrendo para o engrandecimento nacional, daqueles outros que, agentes dos governos totalitários, aqui vieram para dividir, intrigar, preparar a destruição do que é nosso e abrir as portas do país á invasão de suas hostes. A destruição de seus bens, já em parte incorporados ao patrimônio [sic] nacional, é, sob todos os aspectos desaconselhável. A agitação e a

desordem só podem favorecer ás manobras desagregadoras dos nossos adversarios [sic]. Por outro lado, fechemos ouvidos aos intrigantes internacionais, que procuram lançar a desconfiança entre os povos americanos, bons vizinhos e amigos. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1328 de 30/08/1942, p. 01).

As autoridades dedicaram-se em manter a ordem a todo custo. O clima de desconfiança que assolava o país devido a possibilidade de espionagem em nosso território não poderia dar vazão a atos hostis. Amaral Peixoto enfatizou isso:

O momento é de união. Devemos afastar as nossas dissensões, por outro lado as competições pessoais, tudo em favor do fortalecimento da nacionalidade. Sigamos a exortação de Rui Barbosa. Não chamemos inimigos da Patria [sic] os que são apenas nossos proprios [sic] inimigos. Qualquer que tenha sido a ideologia política adotada por um brasileiro, até este momento, não deve ser invocada para desconfianças no presente; acreditemos que êle [sic], como nós, tudo fará para a defesa da Patria [sic] comum. Mas os que daqui por diante se insurgirem, em ação ou até mesmo em pensamento, contra o caminho já traçado, receberão todo o nosso rigor. Para isso cada brasileiro deverá se constituir num fiscal vigilante e rigoroso (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1328 de 30/08/1942, p. 01).

À medida que os navios brasileiros eram atingidos no Atlântico Norte, as notícias sobre a guerra no semanário ficavam mais constantes e a tensão com os estrangeiros aumentava. Os assuntos relativos à guerra se associavam cada vez mais à questão dos estrangeiros, que se tornou uma tônica. No final de março de 1942, vários navios brasileiros já haviam sido atacados. O último havia sido o *Cairú*, com número assustador de 53 mortes. No dia 29 de março, O *Correio da Lavoura* publicou um artigo logo na primeira página, destacando a mudança de atitude que a situação impunha.

O Brasil sempre foi conhecido no mundo inteiro pela sua hospitalidade. Nunca estrangeiro algum, obedecidas as [sic] exigências legais, bateu às nossas portas que não abrissemos de par a par, recebendo-o como um irmão, [...]. Infelizmente porém, chegou o momento de ficarmos alertas, pois há estrangeiros entre nós prontos para a traição.

Devemos isto ao fascismo internacional, ao fascismo da Italia [sic], ao nazismo da Alemanha, e ao imperialismo japonês, que não contentes na sua implantação local resolveram estender seus tentáculos pelo mundo, [...]. E o gérmen que Hitler e Mussolini tiveram a oportunidade de semear pelo Brasil a fora que hoje nos coloca na triste e dolorosa situação de dizer que existem mais brasileiros, cegos pela doutrinação ideológica, simpáticos a nações que nos odeiam [...].

O momento é de ação. Todos os brasileiros devem conjugar esforços na ação que o governo está movendo para a salvaguarda da nossa segurança. A nossa atitude deve ser serena, mas enérgica. [...] As vítimas inocentes do Cairú nos guiarão na trilha certa, na trilha do dever e da honra. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1306 de 29/03/1942, p. 01).

Esse longo trecho nos dá uma ideia da dimensão do problema. Não bastava a desconfiança com estrangeiros, a tensão estava presente também entre brasileiros. O cenário estava totalmente diferente e o discurso sobre a guerra passou a apresentar um drama, antes inexistente. As palavras demonstram isso. A guerra era um *horror* que chegava até nós e o inimigo comum agora virou uma sombra também entre os brasileiros. No final de abril o periódico registrou: “E a guerra prossegue, com todo o seu cortejo de horrores, com todo o seu sequito [sic] de fantasmas!” (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1310 de 26/04/1942, p. 01). Depois de vários outros ataques aos nossos navios, a guerra aproximou-se perigosamente do território brasileiro.

Os afundamentos dos navios no litoral nordestino ocorreram entre 15 e 17 de agosto. A primeira edição do *Correio da Lavoura* após esses dias foi a do dia 23. E pela primeira vez, a folha abriu um grande espaço para a publicação sobre o assunto.

A resposta veio com as ações populares. A percepção da guerra mudou gradativamente, e em agosto o termo *guerra europeia* já não fazia sentido. A guerra chegou ao Brasil. Os iguaçuanos expressaram sua indignação pelo atentado do Eixo.

Toda a família iguaçuana [sic], como que sentindo o contagio do entusiasmo do povo da capital da República e de todas as outras cidades do Brasil, terça e quarta-feira saíu [sic] á [sic] rua com a alma sentida, organizou-se, realizou passeatas cantando o Hino Nacional e fez um comício monstro de protesto contra a agressão covarde e brutal que sofreram nada menos que cinco unidades de nossa frota mercante por parte de submarinos corsários do Eixo. [...] (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1327 de 23/08/1942, p. 02).

Segundo o artigo, o comércio da cidade foi fechado em sinal de protesto. Ao cair da noite, manifestantes reuniram-se na praça *14 de Dezembro*<sup>50</sup>, onde ocorreram vários discursos que foram intensamente aplaudidos. Como oradores o movimento contou com sr. cap. Paulino Barbosa, cel. Sebastião Herculano de Matos, dr. Getúlio de Moura, Silvio Guimarães, dr. Mário Guimarães, Otacílio Chaves e ginásianos. Na ocasião ouvia-se gritos de vivas ao Brasil, a Vargas, a Roosevelt e a Oswaldo Aranha, também gritos de morras aos inimigos.

No dia seguinte o comércio continuou fechado. Através da *Rádio Cultura Futurista*, os discursos do professor Leopoldo Machado e do cel. Sebastião Herculano de Matos foram ouvidos, contagiando a população com o clamor patriótico. Estudantes seguidos de grande número de pessoas fizeram passeata pelas ruas da cidade, com bandeiras brasileiras e norte-americanas cantando hinos patrióticos.

Essas informações estão baseadas em textos publicados no periódico em 23 de agosto. A edição anterior é do dia 16 de agosto, segundo dia em que ocorreu as agressões. Sabe-se que as pessoas saíram às ruas na terça-feira, que seria o dia 18. Certamente programas de rádio e a leitura de jornais da capital garantiram a informação que provavelmente se espalhou rapidamente pela cidade. As edições posteriores se encarregaram de manter a população ciente do que estava acontecendo na guerra. A atenção dos iguaçuanos voltou-se para o conflito. O envolvimento popular ampliou-se consideravelmente em diversas áreas, inclusive na igreja, onde uma missa foi encomendada logo após os noticiários de 23 de agosto. A edição do dia 30 publica uma pequena nota com o título “Por alma dos naufragos [sic] brasileiros” convidando a população de Nova Iguaçu a participar da missa, que foi promovida pelas “senhoras de nossa sociedade”. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1328 de 30/08/1942, p. 02).

As autoridades políticas procuraram manter a população informada acerca do esforço de guerra. Algumas medidas tomadas pelo governo como a convocação de pessoas a contribuir de todas as formas para a ordem e segurança, a orientação para aumentar a produção agrícola e industrial do país, a fim de suprir as demandas da guerra e dos acordos feitos entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, são amplamente publicadas nos jornais de todo o país. O *Correio da Lavoura* também se somava-se a esse esforço, apresentando diversas notas com esse fim.

---

<sup>50</sup> Trata-se da atual Praça da Liberdade que fica em frente à estação ferroviária de Nova Iguaçu, na Av. M Floriano.

Quando o Brasil, pelos seus governantes e pelo seu povo, reage contra a covarde agressão sofrida nos seus mares, dirijo-me aos fluminenses, transmitindo-lhes a palavra de ordem do Governo e a certeza de que mais uma vez honraremos nossas tradições e cumprimos até o fim os nossos deveres, por mais penosos que sejam.

Confiantes na ação energica [sic], porém sempre serena do sr. Presidente Getúlio Vargas, em cujo coração pulsa o patriotismo daqueles que amam a sua terra acima de tudo, o povo fluminense deve entregar-se de corpo e alma á tarefa de desenvolver ao maximo [sic] a nossa produção, não só no sentido de suprir as necessidades internas que irão sempre aumentando, como também as dos nossos amigos, a quem mais do que nunca precisamos ajudar. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1328 de 30/08/1942, p. 01).

As autoridades municipais trabalharam para atender a esses objetivos. Uma nota com o título “Para a defesa do Brasil” relatou uma iniciativa do município em participar desse esforço.

Ante-ontem [sic], á tarde, no edifício do Forum [sic], sob a presidência do dr. Luiz Miguel Pinand, juiz de Direito da Vara Cível [sic], e do dr. Serpa de Carvalho, Promotor Publico, realizou-se uma reunião preliminar das pessoas que aqui ofereceram todo o seu esforço numa campanha patriótica: aquela que visa dar um navio à gloriosa Marinha de Guerra Brasileira. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1329 de 06/09/1942, p. 02).

Nessa reunião foi formada uma comissão, presidida pelo atual prefeito da cidade, dr. Ricardo Xavier da Silveira para cuidar do assunto. As respostas dos moradores também estão registradas no semanário. Uma nota com o título “Pirâmides de Metais” relatou uma campanha feita por algumas pessoas da cidade.

O povo de Nova Iguassú [sic], compreendendo o fim patriótico da campanha que se faz em todo o territorio [sic] nacional, apóia as comissões encarregadas da coleta de materiais utilizáveis para a industria de guerra do Brasil, como a constituída de alunos e professores do Ginasio [sic] Leopoldo e a que ha pouco se organizou pró pirâmide metálico da cidade de Nova Iguassú [sic].” (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1329 de 06/09/1942, p. 02).

Foi assim que o pátio do Ginásio Leopoldo abrigou grande amontoado de peças de metais de todos os tipos. Outro monte também foi formado na praça da rua Bernardino de Melo, “[...] atestando o que pode o entusiasmo da mocidade e do povo de Nova Iguassú [sic] que fazem a arrecadação de metais e contribuem com sua parte para a defesa de nossa soberania.” (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1329 de 06/09/1942, p. 02).

A produção agrícola era um assunto familiar para os iguaçuanos e a orientação para o aumento de produção foi publicada no jornal como um reforço, procurando despertar a população de que precisava empenhar-se ainda mais em cooperação com a campanha. No *Correio da Lavoura*, uma nota destacou: “Em colaboração com o Ministerio [sic] da Agricultura, a Secretaria de Agricultura do Estado do Rio tem orientado as suas atividades no sentido de intensificar racionalmente a produção campesina, [...]” (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1329 de 06/09/1942, p. 03).

O mundo do esporte também se manifestou, garantindo a participação do município na campanha nacional para adquirir aviões que teriam nomes dos navios afundados. A campanha foi anunciada em uma nota sobre o baile da Primavera promovida pelo clube *Filhos de Iguassú [sic]*. Algumas resoluções sobre a festividade que elegeu a Rainha da Primavera refletiram o engajamento da população em atos solidários. Num ato simbólico em respeito ao

momento de luto, a exigência costumeira do traje de gala para o evento foi descartada. A ideia era de uma festividade simples, sem pompa e circunstância, já que o momento não pedia comemorações. Outra resolução do clube de futebol explicou sua participação na campanha. Parte da arrecadação do baile seria disponibilizada para a campanha dos aviões.

Em face da situação que dolorosamente enlutou o nosso país, o sr. Presidente do Filhos de Iguassú, em sua ultima reunião, resolveu o seguinte:

[...] Fazendo-se esta festividade dentro das normas que o momento atual requer, com carater [sic] cívico, social e econômico, cumprimos a nossa obrigação em colaborarmos com a parte da receita desta festividade como contribuição para aquisição do avião Arará. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1329 de 06/09/1942, p. 05).

Na segunda página do jornal, da mesma edição, outra nota chamou a atenção por se tratar da preparação para a fundação do Aero Clube de Nova Iguaçu. Como consequência da guerra, a atenção para a aviação, contagiada pela criação do Ministério da Aeronáutica, inspirou municípios a empreender esforços no ramo. Nova Iguaçu não ficou de fora. A nota destacou a contribuição de funcionários públicos para a aquisição de um avião de treinamento.

O funcionalismo municipal, desejando colaborar também, nesta hora decisiva, com os que se empenham em promover o desenvolvimento da aviação nacional, acaba de dirigir um memorial ao Prefeito do município, comunicando-lhe que deliberou contribuir com um dia de trabalho, durante três meses, a fim de, com o produto total dessas parcelas, adquirir um avião de treinamento a ser oferecido ao futuro Aero Clube de Nova Iguassú [sic]. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1329 de 06/09/1942, p. 02).

De acordo com o *Correio da Lavoura*, o município de Nova Iguaçu esteve envolvido com a guerra através de movimentos populares nas ruas e de atos de solidariedade, inclusive em campanhas nacionais. A mudança de atitude dos munícipes com as questões do conflito é evidente. Naturalmente o envolvimento com a guerra surgiu mediante situações de agressão, que foram amplamente divulgadas pela mídia. O semanário atentou para a necessidade de maior espaço para publicações sobre a guerra, no momento em que os brasileiros começaram a tornar-se alvo de ataques. A partir de março de 1942, nota-se uma maior frequência nos assuntos sobre a guerra, sobretudo, assuntos voltados para estrangeiros e imigração, reforçando o sentimento nacionalista. O grau de envolvimento da Baixada Fluminense com a guerra está muito ligado à frequência de publicações na mídia sobre o conflito. O *Correio da Lavoura* inicialmente não abriu muito espaço para a guerra e não havia, de maneira geral um envolvimento ou qualquer interesse com as questões do conflito. A percepção de guerra mundial não existia, mas de uma guerra europeia.

O sentimento de inclusão na guerra é um tema que precisa ser discutido. As matérias que os jornais publicaram descreveram movimentos pontuais que não necessariamente refletiram o sentimento de todos. É fato que o envolvimento aparente existiu, proporcionalmente ao espaço que o jornal abriu para o assunto da guerra, mas o que a guerra representou para cada indivíduo vai muito além das ações populares divulgadas pelo jornal. A Baixada viveu momentos desafiadores entre as décadas de 1930 e 1940, e a necessidade de melhorar as condições de vida de quem vivia no interior tomou as energias dos editores do jornal e a atenção de seus leitores. A guerra foi um assunto pontual, que embora tenha potencializado alguns problemas, sobretudo na atividade citricultora, não foi uma tônica na vida dos munícipes.

Dentre as atividades desenvolvidas no processo de envolvimento da população com a guerra, uma significativa contribuição que ficou como legado foi o estabelecimento da LBA. A instituição não foi uma criação local, mas fez parte de uma rede nacional que, no caso iguaçuano, foi uma grande oportunidade de participação como um ato de solidariedade.

### 3.4 O Envolvimento Com a Guerra Através da LBA

De uma maneira ou de outra, a guerra atingiu a vida social dos brasileiros. A formação da Legião Brasileira de Assistência foi necessária para enfrentar as demandas da guerra naquele momento e ela se transformou em uma importante instituição assistencial nos anos posteriores. A instituição que surgiu com o conflito representou uma grande contribuição para os problemas sociais do país.

Dentre as organizações surgidas com o estado de guerra que nos foi imposto pelos senhores que sonharam com o domínio do mundo, urge destacar a Legião Brasileira de Assistência [sic], “à frente da qual se encontra a primeira dama do país, a exma sra d. Darcy Vargas. [...] (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1340 de 22/11/1942, p. 04).

A Primeira Dama, senhora Darcy Sarmanho Vargas foi a presidente da Comissão Central da LBA. Uma nota no *Correio da Lavoura* chamou a atenção para a iniciativa da primeira dama do país elogiando seus feitos. “Tendo em vista as justas exigências do momento histórico que atravessamos, a sra. Darcy Vargas, num gesto humanitário e do mais elevado patriotismo, fundou a LBA que, desde logo, merecem os mais francos e decididos aplausos do povo brasileiro.” (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1342 de 06 de dezembro de 1942, p. 05). O órgão foi fundado no finalzinho do mês de agosto de 1942. No dia 1º, em relatório da LBA à Comissão Estadual de Sergipe, a sra. Darcy escreve sobre seus objetivos.

A Legião se destina a dar assistência [sic] de ordem moral e material á [sic] família do soldado do Brasil, mobilizado em virtude das circunstancias [sic]. É esse o primeiro objetivo. A gente mais humilde de nossa terra se sentirá amparada e verificará que, em momentos em que é dever servir á [sic] Pátria [sic], os brasileiros estão coesos, unidos, fortes e preocupados com as dificuldades que possam decorrer do desligamento dos jovens para as fileiras do Exército [sic]. (Boletim da Comissão Estadual de Sergipe. Relatório da Legião Brasileira de Assistência, p. 05).

O estado de Sergipe foi contemplado de imediato com a LBA devido às tragédias em seu litoral. Muitas vítimas dos naufrágios moravam nas proximidades de Aracaju e em outras cidades do estado de Sergipe e suas famílias certamente precisariam de assistência. A sra. Darcy Vargas era Benemérita Presidente da Comissão Central da Legião Brasileira de Assistência e D. Helena Nobre Maynard<sup>51</sup>, a Presidente da Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência em Sergipe.

A Comissão Estadual que dirigimos, é sem vaidade que o dizemos, tem procurado cumprir as suas finalidades no terreno assistencial distendendo-as a outros setores da assistência, procurando desempenhar u'a [sic] missão cristã e sem artificios. Foi fundada no dia 30 de agosto de 1942, em sessão solene realizada no Palácio do Governo, tendo a ela comparecido o Exmo. Sr. Interventor Federal, Coronel Augusto Maynard Gomes, alto mundo político e social sergipano e representantes das classes armadas, da indústria, do clero, do jornalismo e do comércio em geral.

---

<sup>51</sup> Trata-se da Primeira Dama do estado de Sergipe.



(Boletim da Comissão Estadual de Sergipe. Relatório da Legião Brasileira de Assistência, p. 13).

A LBA contava com apoio de todos os lados, desde o interventor até de comerciantes locais. O órgão recebeu acomodações para seu funcionamento e funcionários públicos especializados foram cedidos para apoiar o projeto. Foram muitas as doações do comércio e indústria, como tecidos e alimentos, que já estavam sendo preparados para distribuição no primeiro natal após a criação da instituição. De acordo com o relatório, a organização da LBA contava com cinco departamentos: assistência médica, assistência social, departamento jurídico, departamento econômico e o departamento de Expediente e Publicidade.

À secretaria cabia “a criação e manutenção dos serviços de fichário das famílias dos soldados e pessoas outras assistidas e a comprovação das despesas efetuadas, [...]” (Boletim da Comissão Estadual de Sergipe. Relatório da Legião Brasileira de Assistência, p. 13). O jurídico cuidava entre outras coisas de registros de nascimento, contratos de aluguel de casas, de serviços, máquinas e instrumentos de trabalho, direitos trabalhistas violados, pensões alimentícias, alvará para retiradas bancárias que os pais deixaram para órfãos maiores de idade, etc. O departamento de Assistência Social fornecia alimentação, roupas, remédios, cuidava de funerais, reconstrução de casas, passagens, empregos e alugueis. O relatório apresentou números expressivos de pessoas assistidas em Sergipe, em um período de 15 dias - cerca de 2.572 pessoas foram assistidas com suas famílias. (Boletim da Comissão Estadual de Sergipe. Relatório da Legião Brasileira de Assistência, p. 23, 24). Dentre os beneficiados o relatório citou as famílias das vítimas dos torpedeamentos.

Vossa Excelência mesma já tem conhecimento do trabalho ingente e glorioso que desenvolvemos, para oferecer às vítimas do barbarismo sanguinário dos nazistas, o conforto físico e o amparo moral de que elas tanto careciam. Por esse grupo de moças também foram feitas visitas aos naufragos e às suas famílias, pois que dentre esses havia um grande número de conterrâneos nossos. (Boletim da Comissão Estadual de Sergipe. Relatório da Legião Brasileira de Assistência, p. 25).

As atividades da LBA eram as mais diversas. O relatório de Sergipe registrou entre outras coisas a distribuição de lençóis e fronhas, a oferta de cursos de enfermagem cujas alunas puderam participar de tratamento a vítimas dos torpedeamentos, desenvolveu também uma campanha da borracha arrecadando 1560 quilos e ofereceu uma biblioteca – A Biblioteca do Combatente. (Boletim da Comissão Estadual de Sergipe. Relatório da Legião Brasileira de Assistência, p. 28, 29).

A LBA de Sergipe teve uma atuação de grande importância. Como a primeira a ser instalada, foi considerada a organização padrão, tida como um exemplo para a implantação da instituição em outros estados: “O funcionamento da Legião de Sergipe foi considerado padrão, recebendo visitantes de fora de Aracaju para estudar sua organização.” (Boletim da Comissão Estadual de Sergipe. Relatório da Legião Brasileira de Assistência, p. 17). Em telegrama, D. Darcy fez questão de agradecer por seus serviços e demonstrar seu desejo que a LBA fosse estendida por todo o Brasil.

Palácio do Catete – Rio, 29. Visto Grandes dificuldades atravessa nosso País, mulher brasileira será chamada importante missão para proteção famílias nossos bravos soldados e execução todos deveres civis forem necessários. Com esse objetivo foi fundada nesta capital sob égide Federação das Associações Comerciais do Brasil, a Legião Brasileira de Assistência. Desejando estender todo País benefícios esta organização, sugerimos assumo nesse Estado a direção do movimento em conjunto Associação Comercial que a procura imediatamente. Muito

grata por sua colaboração. Cordialmente. Darcy S. Vargas. (Boletim da Comissão Estadual de Sergipe. Relatório da Legião Brasileira de Assistência, p. 14).<sup>52</sup>

No estado do Rio de Janeiro, assim como em vários outros estados do país, a LBA teve uma grande aceitação, refletindo uma necessidade social intensificada pela guerra.

Apesar de adolescente, a Legião já conta com varios [sic] núcleos e incontável [sic] número de legionárias. No Estado do Rio de Janeiro, sob a orientação inteligente e eficaz da exma. sra. d. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, a Legião progride assombrosamente, surgindo adesões de todos os municípios do Estado (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1340 de 22 de novembro de 1942, p. 04).

Em vários outros municípios do Rio de Janeiro as atividades da LBA funcionavam a todo o vapor. O município de Nova Iguaçu encontrava-se alinhada aos acontecimentos da guerra. Enquanto alguns homens foram convocados para o alistamento militar, as mulheres puderam empreender esforços através da LBA. “A situação grave em que estamos diz, sem duvida [sic] que o lugar a que deve acorrer a mulher iguassuana [sic] é na Legião Brasileira de Assistencia [sic], em cujos setores de atividade ela pode cooperar com a máxima eficiência na defesa da Patria [sic].” (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1331 de 20/09/1942, p. 02). Vale destacar que a inauguração da LBA no município de Nova Iguaçu foi realizada em menos de um mês da inauguração da LBA de Sergipe, demonstrando a presteza das autoridades locais no alinhamento às ações solidárias relativas à guerra que estavam acontecendo no país. A inauguração da instituição foi realizada com a participação de pessoas importantes da cidade e com ato solene.

Ante-ontem [sic] à noite, com o salão do Iguassú [sic] repleto de senhoras e senhoritas e outras pessoas de destaque em nossa sociedade, realizou-se a solene instalação da Legião Brasileira de Assistencia [sic] neste município [sic], juntamente com a filial da Cruz Vermelha Brasileira – duas importantes instituições que aqui darão ensejo a que a mulher iguassuana [sic] se prepare eficientemente para bem servir a Pátria querida.” (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1330 de 13/09/1942, p. 02).

A LBA de Nova Iguaçu teve alto índice de adesão. “No município de Nova Iguaçu [sic], sob a direção dinâmica [sic] da exma. sra. d. América Xavier da Silveira<sup>53</sup>, já conta com cinco núcleos em franca atividade [...]” (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1340 de 22/11/1942, p. 04). Logo o número de mulheres envolvidas na instituição da cidade se multiplicou. A sede do município funcionava a princípio em um sobrado na rua Marechal Floriano Peixoto, nº 2071 (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1331 de 20 de setembro de 1942, p. 02), em poucos dias já contava com mais de cem mulheres participantes. “Prossegue, com o extraordinário entusiasmo que ja [sic] se esperava, o movimento patriótico aquí [sic] iniciado pela exma. sra. d. America Xavier da Silveira. A Legião Brasileira de Assistencia [sic], importante instituição [...]” (Correio da Lavoura, ed. 1331 de 20/09/1942, p. 02). Posteriormente o núcleo da sede foi transferida, instalando-se no nº 1618 da mesma rua, com ampla sede (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1337 de 01/11/1942, p. 02). Como visto acima, em novembro de 1942 a cidade já contava com cinco núcleos.

O *Correio da Lavoura* cedeu espaço em suas páginas para convocar as pessoas diretamente envolvidas com a guerra a comparecerem à LBA a fim de se cadastrarem.

<sup>52</sup> O telegrama foi inserido na Ata da Fundação da Comissão Especial da Legião Brasileira de Assistência às famílias dos soldados.

<sup>53</sup> Trata-se da Primeira Dama da cidade de *Nova Iguaçu*.

A Legião Brasileira de Assistência [sic] pede, por nosso intermédio, a todas as famílias [sic] residentes neste município, de soldados convocados, voluntários e sorteados que se acham incorporados às fileiras do Exército, o seu comparecimento à sede da referida Legião, a fim de se inscreverem e se habilitarem para receber o auxílio ou amparo de que necessitarem. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1335 de 18/10/1942, p. 02).

O funcionamento da LBA está condicionado aos seus objetivos e planos de atividades. A instituição tinha uma estrutura muito bem organizada e bem documentado em seu estatuto. O *Correio da Lavoura* publicou parte dele.

O plano das atividades da LBA está condensado no artigo 2º e seus parágrafos do Estatuto da Legião, artigo esse que publicamos abaixo:

‘Art. 2º - A LBA tem por finalidade congregar os brasileiros de boa vontade e promover, por todas as formas, serviços de assistência social prestados diretamente ou em colaboração com o poder público e as instituições privadas, [...].

a) Prestar integral apoio e decidido concurso ao governo, inclusive apelando para a consciência cívica do povo brasileiro, visando arregimentar e aproveitar as atividades das pessoas não mobilizadas, [...].

b) Prover, sob a forma de serviço social básico às [sic] necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados;

c) Organizar serviços e promover todas as formas de atividades concernentes ao programa relativo à atual emergência’. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1337 de 01/11/1942, p. 02).

As agências da LBA funcionavam em vários distritos do município. Na sede e nos distritos de Nilópolis, Caxias, Vila Meriti e em Belford Roxo (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1335 de 18/10/1942, p. 02). Em particular, no distrito de Nilópolis, os dados divulgados expressam um grande grau de envolvimento da população. No mês de novembro, o núcleo do distrito contava com uma média de 150 mulheres, distribuídas entre as atividades de “visitadoras” e no “plantão diário”. “[...] A sra. America Xavier da Silveira, Presidente da LBA neste Município [sic], tem sido incansável na tarefa de organizar a Legião em Nilopolis [sic].” (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1339 de 15/11/1942, p. 02).

O tema da LBA tem relevância para a pesquisa por representar um importante indicador de participação local nos assuntos da guerra. Nenhuma outra instituição pode conferir esse “termômetro” melhor do que essa. É fato que esse envolvimento em torno da LBA não pode ser atribuído somente à motivação de esforço de guerra. As necessidades sociais da população iguaçuana, que já foram mencionadas no capítulo anterior, podem ter potencializado o movimento em torno da instituição. Fazer um curso ou participar como voluntário poderia representar uma qualificação e uma experiência almejada, agregando valor ao histórico profissional. A questão política de visibilidade em torno dos investimentos sociais através da LBA também poderia representar um atrativo para as autoridades, agregando valor à administração local. O fato é que a população carente foi amplamente beneficiada com uma assistência muito bem vinda de uma instituição que foi estabelecida em função da guerra. Sabe-se que a ideia inicial do projeto era de assistir convocados e suas famílias. No entanto, a história da instituição destaca sua importância para toda a população carente da localidade.

As motivações que levaram populares a aderir e participar amplamente da instituição exigem obviamente uma investigação mais aprofundada. Mas é importante neste momento

destacar o lugar que a LBA conquistou na sociedade da Baixada Fluminense, e seu importante papel como indicador de envolvimento no conflito mundial.

O *Correio da Lavoura* destacou a participação do município de Nova Iguaçu na movimentação em torno da guerra. Durante os anos de 1943 e 44 o município ainda enfrentou desafios como o racionamento de alimento, registrado em uma nota de 31 de outubro de 1943, com o título “A alimentação do povo em tempo de guerra”, a publicação relatou o racionamento de comida e orientações de como alimentar-se em tal situação. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1389 de 31 de outubro de 1943, p. 04). E esteve envolvido em campanhas como a distribuição de cobertores às famílias carentes de convocados. (CORREIO DA LAVOURA, ed. 1423 de 25 de junho de 1944, p. 02).

O periódico proporcionou uma visão geral do envolvimento de populares na guerra no município de Nova Iguaçu. Noticiou a forma como o município tornou-se participante do conflito, desde as notícias dos primeiros torpedeamentos no Atlântico Norte, passando por meados de agosto com os ataques nos mares do Brasil, até seu envolvimento com ações solidárias de esforço de guerra através da participação em campanhas de arrecadações e assistência como a LBA. É fato que o governo esteve engajado em ações oficiais de mobilizações e assistência, mas a participação popular foi marcante durante esse período.

A visão panorâmica que aqui apresentamos, fundamental para o conhecimento do envolvimento da região da Baixada Fluminense na guerra, possui acima de tudo o caráter de contribuição para o trabalho de futuros estudiosos do tema. O objetivo desta pesquisa foi relatar a maneira como o *Correio da Lavoura* abordou o assunto da guerra, e a partir daí, tomar conhecimento do movimento em torno do conflito na Baixada Fluminense. É um ponto de partida ou uma provocação, a fim de instigar outros a buscar outras informações sobre o tema, para que estudiosos da Baixada Fluminense possam aprofundar suas pesquisas sobre a região no período da Segunda Guerra Mundial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De setembro de 1939 a setembro de 1945, uma história foi escrita sobre o que a atmosfera de beligerância provocou no Brasil e no mundo, e essa história pode ser abordada com perspectivas diversas. Muito destaque tem sido dado ao avanço de Hitler na Europa e ao risco representado pela expansão inicial do domínio nazifascista sobre várias áreas do mundo. Também tem sido enfatizada a forma como os aliados se organizaram para conter esse avanço tanto territorial como ideológico. Muitos trabalhos historiográficos têm sido de inestimável valor para os estudos sobre a guerra, e todos eles têm representado uma grande contribuição nos avanços da pesquisa sobre o tema. O que nossa pesquisa propôs foi colocar uma lente sobre a percepção que a Baixada Fluminense adquiriu da guerra, de acordo com as informações contidas no jornal *Correio da Lavoura*.

A Segunda Guerra foi uma experiência única no cenário mundial. Suas consequências foram sentidas em diversas áreas em redor do mundo. No Brasil, a percepção da guerra foi se constituindo de acordo com as fases do conflito. O que se percebia da guerra desde o seu início foi tomando contornos distintos à medida que a guerra se aproximou do Ocidente. Especificamente no Brasil, o ano de 1942 teve um significado importante na maneira de enxergar o conflito mundial. A guerra chegou na Baixada Fluminense! O caso estudado elucidou a questão da percepção da guerra de uma maneira mais específica e o jornal *Correio da Lavoura* foi a ferramenta utilizada para investigar como foi o processo de construção dessa percepção local em diferentes momentos do conflito.

O papel da imprensa na sociedade e seu lugar na divulgação da Segunda Guerra mundial, temas abordados no primeiro capítulo, ajudaram no entendimento de como a imprensa pode contribuir para a percepção da guerra no Brasil. A análise teórica sobre a importância do uso da imprensa como fonte histórica destacou a relevância dos jornais por apresentarem informações sobre cotidianos e comportamentos. O comportamento inicialmente *morno* da população com relação ao conflito, por exemplo, teve relação com a omissão de assuntos da guerra em grande parte das edições do jornal *Correio da Lavoura*. A interação entre jornais e leitores apresenta um dinamismo social que precisou ser considerado na interpretação das notícias. A forma como o editor apresenta as matérias e a forma de interpretação do leitor depende essencialmente das experiências de ambos, de suas intenções e visões de mundo. A percepção da guerra está diretamente ligada a todos esses fatores da interação social.

Também foi fundamental situar o desempenho e os desafios da imprensa durante as demandas do Estado Novo. A condição de controle provocou questionamentos, direcionando a atenção para os problemas internos. A resistência às exigências do governo, presente em alguns casos, refletiram uma sociedade com percepção secundária da guerra, na medida em que, mesmo durante o conflito, com as demandas de uma *Guerra Total*, era notória a preocupação com assuntos locais, com as questões políticas do país. Nas entrelinhas dos acontecimentos registrados nos jornais, estavam implícitas insatisfações e protestos por algumas ações do governo. A guerra não era o foco dos assuntos da sociedade. No caso específico da Baixada Fluminense, foi apresentado o jornal *Correio da Lavoura* como o

principal meio de veiculação da informação na cidade de Nova Iguaçu durante os anos da guerra.

O periódico escolhido cumpriu seu papel de documento histórico, apresentando em suas páginas a história local com informações diversas sobre seu cotidiano demonstrando sua importante contribuição por ser este o único jornal da cidade na época.

Analisando seus bastidores, pudemos perceber a forte interação de seu editor com a cidade, dimensão fundamental na abordagem que adotamos sobre o conceito de jornalismo (ANTUNES, E. & VAZ, P, 2006). Essa interação explica em grande medida o processo por meio do qual as informações sobre a sociedade local vieram a ser registradas no jornal. A preocupação do editor com o homem do campo e a visibilidade do sertanejo no Brasil levou às páginas do jornal assuntos que atendiam às necessidades de seus leitores, o que pode explicar em parte a aceitação do periódico na região. O *Correio da Lavoura* representa uma fonte documental essencial para a pesquisa da Baixada Fluminense, sobretudo do município de Nova Iguaçu, que na época representava grande parte do que hoje conhecemos como Baixada Fluminense, e deve ser amplamente explorado nas pesquisas sobre a região.

A percepção da guerra na sociedade da Baixada Fluminense pode ser esclarecida a partir da compreensão da importância econômica local para o estado do Rio de Janeiro e como isso foi afetado pela guerra. O assunto abordado no segundo capítulo esclarece essa relevância, mostrando a crise da laranja como um indicador importante do impacto da guerra na localidade. Desde os primórdios da década de 1930 a região experimentou um avanço na produção da laranja, apresentando um crescimento considerável até o início da década de 1940, o que lhe conferiu um lugar de destaque econômico no cenário estadual. Esse reconhecimento ficou notório quando o comércio de exportação foi atingido pelo bloqueio naval durante a guerra, provocando transformações importantes na configuração da cidade, antes com características rurais, passando a urbano-industrial no final da década de 1940. Embora não seja o enfoque desta pesquisa, foi relevante citar a questão da laranja por representar um indicador de como o conflito afetou a região e também para compreensão de como os problemas econômicos podem ter roubado a cena no período da guerra, tirando a atenção do conflito. Sua percepção foi comprometida por problemas locais.

Ainda no segundo capítulo, a questão do envolvimento de Silvino de Azeredo, o editor do jornal *Correio da Lavoura* com a cidade, demonstrou sua participação não só nas demandas econômicas, mas também nas questões sociais locais. Seus interesses refletiram nas páginas do jornal uma tendência a focalizar mais nos problemas internos e menos na guerra. Essa tendência foi refletida no comportamento da sociedade local diante do conflito. O que se viu, de acordo com o periódico não foi a guerra alterando o cotidiano, mas uma percepção da guerra que norteou um comportamento mais voltado para os seus próprios problemas.

O terceiro capítulo explorou de maneira prática como a percepção da guerra conduziu os comportamentos. As características da *Guerra Total* que representou a Segunda Guerra Mundial nos forneceu o parâmetro para entender o nível de percepção do conflito que a Baixada Fluminense adquiriu. Conhecer a natureza da guerra e a intensidade de suas dinâmicas ajudou a perceber que o grau de envolvimento da Baixada foi tímido, apesar da participação da região em campanhas e movimentos sociais em torno das agressões do Eixo. Seus problemas internos preexistentes focalizados pelo jornal davam uma ideia de continuidade em um cotidiano de desafios. Problemas como a escassez de alimento, de trabalho, de serviços sociais básicos como saúde e educação também não foram uma condição

específica do período e nem do local. O Brasil sofria com problemas similares e tudo isso acabou por representar um peso maior do que os assuntos da guerra, apesar de sua natureza intensamente agressiva.

As restrições impostas pela política nacional também não eram prerrogativas locais. Todo o país sofria, por exemplo, com as exigências do esforço de guerra. Durante os primeiros anos do conflito, as preocupações dos munícipes giravam em torno das demandas internas, o que produzia uma atmosfera de normalidade. Sua percepção do conflito apresentou uma pequena mudança após 1942, já que o jornal local, como tantos outros, encarregou-se de noticiar os afundamentos dos navios brasileiros no Atlântico Norte, posteriormente também em águas brasileiras, o que, como em todo o país, provocou reações de protestos. Até então o que se via no jornal da cidade eram, além de notícias sobre problemas econômicos, políticos e sociais internos, notícias esporádicas de uma guerra europeia que quando mencionada, relacionava-se sempre a alguma dificuldade local como a crise na exportação da laranja ou a questão de imigrantes. É compreensível que a percepção da guerra na Baixada Fluminense tenha se movimentado de acordo com a forma como o *Correio da Lavoura* conduziu as informações.

A participação da Baixada na Segunda Guerra embora tenha sido tímida, foi significativa. A população não presenciou a guerra de forma direta, não passou por blackouts, ou treinamentos de guerra, como ocorreu em outros locais do país. Mas sua percepção do conflito a conduziu para um envolvimento importante. Assim, apesar de tão longe do local dos torpedeamentos, a Baixada Fluminense também se pronunciou com atitudes de protesto e solidariedade. Grupos se levantaram com pequenos gestos, marcando sua presença no luto pelo que aconteceu com os navios brasileiros. Missas, bailes beneficentes, a participação na campanha dos aviões, campanhas de metais, doações de dias de trabalho, além da participação nas ruas com passeatas e comícios, foram algumas formas de envolvimento popular local, de acordo com as informações fornecidas pelo *Correio da Lavoura*. O empenho com a formação e manutenção da LBA no município de Nova Iguaçu também representou uma grande oportunidade de contribuição por parte de voluntários. A instituição teve grande relevância na pesquisa por representar um indicador importante de envolvimento da região com a guerra.

As informações do *Correio da Lavoura* permitiram uma noção prévia sobre a percepção e o envolvimento da Baixada Fluminense na Segunda Guerra Mundial. No entanto, muitas outras questões podem ser consideradas singularidades locais, não encontradas nas fontes escolhidas. Algumas questões como por exemplo, a ausência de notícias sobre depredações no *Correio da Lavoura*, levantam outros questionamentos, tais como se essas reações inflamadas contra os súditos do Eixo realmente não ocorreram na região, ou se o jornal por alguma razão omitiu a informação. De fato, não sabemos ao certo nem mesmo qual era o percentual de imigrantes dos países do Eixo presentes na região. O assunto merece discussão, já que o periódico deu ênfase a questão do nacionalismo e ao problema da imigração, dando margem a se questionar se houve alguma mudança na maneira como a população passou a enxergar os estrangeiros. São informações importantes que abriria um novo leque de possibilidades de pesquisa. O desafio de fazer uso da imprensa como fonte já revela essas possibilidades. Debruçar-se sobre o *Correio da Lavoura* revelou muito mais do que o envolvimento da Baixada na guerra. O conteúdo do jornal revelou desafios, dificuldades, hábitos, costumes, paixões, rotinas rurais entre tantas outras coisas que moveram a sociedade local na época. São inúmeras possibilidades de temas que se apresentam para novas pesquisas sobre a região durante a guerra.

A pesquisa proporcionou a oportunidade de iniciar um mapeamento de uma realidade

singular com as experiências da Segunda Guerra Mundial. Este trabalho é apenas um início de um estudo que pode ser aprofundado. A Baixada Fluminense teve seu espaço na participação do conflito mundial. Esse espaço pode ter se desdobrado em inúmeras histórias além do que foi publicado pela imprensa. O que a pesquisa mostrou satisfaz em parte a curiosidade de como foi esse envolvimento, mas também esperamos que inspire outros pesquisadores a encontrarem algo mais.

A pesquisa historiográfica em torno da Baixada Fluminense durante a guerra demandaria mais informações de outras fontes documentais, como depoimentos ou documentos oficiais, que não foram acessadas durante o tempo disponível para esta pesquisa. No entanto, a investigação sobre aspectos da Segunda Guerra na Baixada Fluminense em a partir do *Correio da Lavoura* focalizou a região, conferindo-lhe uma visibilidade importante para os processos históricos locais no período. Esperamos que, apesar das suas limitações, os resultados alcançados por esta dissertação representem uma contribuição, tanto como um ponto de partida quanto como um estímulo para pesquisas futuras que desdobrem e desenvolvam as hipóteses aqui discutidas e os indícios revelados pelas fontes aqui analisadas.



## Fontes

**Boletim da Comissão estadual de Sergipe.** Das suas atividades de 1º de Setembro de 1942 a 31 de Dezembro de 1943. Aracaju – Imprensa Oficial. 1944 - Relatório da Legião Brasileira de Assistência. Disponível na Biblioteca Nacional.

**IBGE de Nova Iguaçu.** Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/historico>. Acesso em 09/01/2018.

**INEPAC,** Histórico dos municípios. Disponível em <http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/NovaIguacu.pdf> Acesso em 09/01/2018.

## Periódicos

Jornal *A Noite* – RJ – Hemeroteca Digital.

Jornal *Correio Paulistano* – SP – Hemeroteca Digital.

Jornal *Estado de Minas* - Belo Horizonte, MG – Biblioteca Pública de Belo Horizonte.

Jornal *Folha da Manhã* – Aracaju – Hemeroteca Digital.

Jornal *Correio da Lavoura* – Nova Iguaçu, RJ - Centro de Documentação e Imagem (CEDIM/IM/UFRRJ).

Jornal *Correio da Manhã* – Rio de Janeiro, RJ – Hemeroteca Digital.

Jornal *Diário de Pernambuco* – PE – Hemeroteca Digital.

Jornal *do Comércio* – AM – Hemeroteca Digital.

Jornal *Lavoura e Comércio* – Uberaba, MG – Hemeroteca Digital.

Revista *Diretrizes* - 1938-1944, Rio de Janeiro - Hemeroteca Digital.

## Referências Bibliográficas

### Publicações

ALCÂNTARA, Patrícia Costa de. Os Conflitos de um Conflito: processos trabalhistas ajuizados nas Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ, 2018.

ALEXANDRE, Maria Lucia Bezerra da Silva. Perseverança, serenidade e progresso: Nova Iguaçu nas páginas do jornal Correio da Lavoura (1920-1950). Apresentado no XXIX Simpósio Nacional de História. Contra os preconceitos: história e democracia. 2017.

AMARAL, Francisco. Francisco Amaral (depoimento, 1999). Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2001.

BAHIA, Juarez. Jornal, História e Técnica. 1ª edição. São Paulo: IBRASA, 1964.

BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa. Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa. Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BASILE, Marcello. CARVALHO, José Murilo. BASTOS, Lúcia. “Às armas, cidadãos” (Companhia das Letras/Ed. UFMG), de 2012.

BASILE, Marcello. Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império. In: Topoi: Revista de História, nº 3. Rio de Janeiro: 7 Letras, setembro 2001

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o Ofício do Historiador. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2002.

CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. As raízes do pessedismo fluminense: a política do interventor: 1937-1945. Rio de Janeiro, CPDDC, 1992. Disponível no site <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6578/795.pdf>. Acesso em março de 2017.

CERTEAU, M. “Artes de fazer” In: A Invenção do cotidiano. Nova edição, estabelecida e apresentada por Luce Giard. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, Emilia Viotti da. Da senzala a colônia. São Paulo : Difel, 1966.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. ARAS, Lina Maria Brandão de. A guerra já chegou entre nós! O cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942/1945). Artigo publicado no XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH) – Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Natal, RN. 22 a 26 de julho de 2013. Encontrado no site: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364735683\\_ARQUIVO\\_tcAGUERRAJA\\_CHEGOUENTRENOS!.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364735683_ARQUIVO_tcAGUERRAJA_CHEGOUENTRENOS!.pdf). Acessado em abril de 2018.

CYTRYNOWICZ, Roney. Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. 2ª edição. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

DIAS, Amália. Entre laranjas e letras. Processo de escolarização no distrito – sede de Nova Iguaçu (1916-1950). Rio de Janeiro. Quartet: Faperj, 2014.

FALCÃO, João. O Brasil e a Segunda Guerra – Testemunho e depoimento de um soldado convocado. Brasília, DF: EDU – UNB, 1999.

FERRAZ, Francisco Cesar Alves. Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FORTES, Alexandre . Os impactos da Segunda Guerra Mundial e a regulação das relações de trabalho no Brasil. 2014, p. 13.

FORTES, Alexandre. A espionagem aliada no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial: Cotidiano e política em Belém na visão da inteligência militar norte-americana. Revista Esboços, Florianópolis, v. 22, n. 34, p. 81-115, ago. 2016. P. 94. Artigo consultado através do site <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2015v22n34p81>

GOMES, Ângela de Castro. “A invenção do trabalhismo”, in: A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

GUIMARÃES, C. (org.). Narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. LeLivros. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4071685/mod\\_resource/content/1/Era%20dos%20Extremos%20%281914-1991%29%20-%20Eric%20J.%20Hobsbawm.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4071685/mod_resource/content/1/Era%20dos%20Extremos%20%281914-1991%29%20-%20Eric%20J.%20Hobsbawm.pdf) consultado em abril de 2018.

LAMARÃO, Sergio Tadeu de Niemeyer. Crise econômica e centralização política: o Estado do Rio nos primeiros anos da Era Vargas (1930-1937). Disponível em <http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/Lamarao-para-pdf.pdf>. Acesso em fevereiro de 2018.

LUCA, Tânia de. A grande imprensa no Brasil da primeira metade do século XX. São Paulo, 2008. Disponível em: [http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA\\_IX/Tania-Luca.pdf](http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Tania-Luca.pdf).

LUCA, Tania Regina de. Por trás da notícia. Revista de História, 2013. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/por-tras-da-noticia>.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos e MAYNARD, Andreza Santos Cruz. Dias de Luta: Traços do cotidiano em Aracaju (1939-1945). Artigo publicado OPSIS, Catalão, v. 9, n. 12, jan-jun 2009.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Primeira página da Apresentação da obra de ANTUNES, E. & VAZ, P. “Mídia: um halo, um aro, um elo”. In: FRANÇA, Vera. & GUIMARÃES, C. (org.). Narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. GUIMARÃES, C. (org.). Narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do (Org.). CL 94 Anos - Correio da Lavoura & A Crítica - Memória da Imprensa Fluminense. Nova Iguaçu, RJ: Secretaria de Cultura - RJ, 2011. 1 CD-ROM de divulgação dos jornais da Baixada Fluminense.

PEREIRA, Waldick. “Cana, Café e Laranja: História Econômica de Nova Iguaçu”. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973). Tese de Doutorado apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2015.

RICOEUR, Paul. O passado tinha um futuro. In: Morin, Edgar. A religião dos saberes: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Conflito industrial e radicalismo no Brasil. São Paulo:Difel, 1966.

RÜSEM, J. Razão Histórica. Teoria da história: Os fundamentos da ciência histórica. (tradução Estevão de Rezende Martins). Brasília: Ed. UnB, 2001

SANDER, Roberto. O Brasil da Mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SILVA, Hélio. 1942 – Guerra no Continente. O ciclo de Vargas – vol. XII. Editora Civilização Brasileira S A. Rio de Janeiro, 1972.

SOUZA, Sonali Maria de. Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu. Rio de Janeiro, Museu Nacional, PPGAS. Dissertação de Mestrado, 1992.

TAVARES, Adilson. CORREIO DA LAVOURA CEM ANOS. Artigo escrito por AMNI, em 15 de Abril de 2017. Fonte: <http://amni.org.br/correio-da-lavoura-cem-anos/>

THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward. Costumes em comuns. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

## Sites

- <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/Imprensa>.
- [http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA\\_IX/Tania-Luca.pdf](http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Tania-Luca.pdf).
- <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/por-tras-da-noticia>.
- <https://extra.globo.com/noticias/rio/baixada-fluminense/com-95-anos-jornal-correio-da-lavoura-mantem-viva-memoria-da-baixada-4734208.html>.

- <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,foto-de-bebe-morto-nos-bracos-de-socorrista-ressalta-drama-vivido-no-mediterraneo,1874581>
- [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De11949.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De11949.html).

### **Documentários**

CASTRO, Erik de. O Brasil na Batalha do Atlântico – As Marinhas de Guerra e Mercante na Segunda Guerra Mundial. Documentário do Ministério da Cultura, BSB Cinema e Panda Produções.

Murilo Melins. Depoimento. In: CARVALHO, Rubens. U-507. Sergipe, 2008. 15min. No site <https://www.youtube.com/watch?v=Cg3WXi2Zg9Q>, consultado em agosto de 2017.